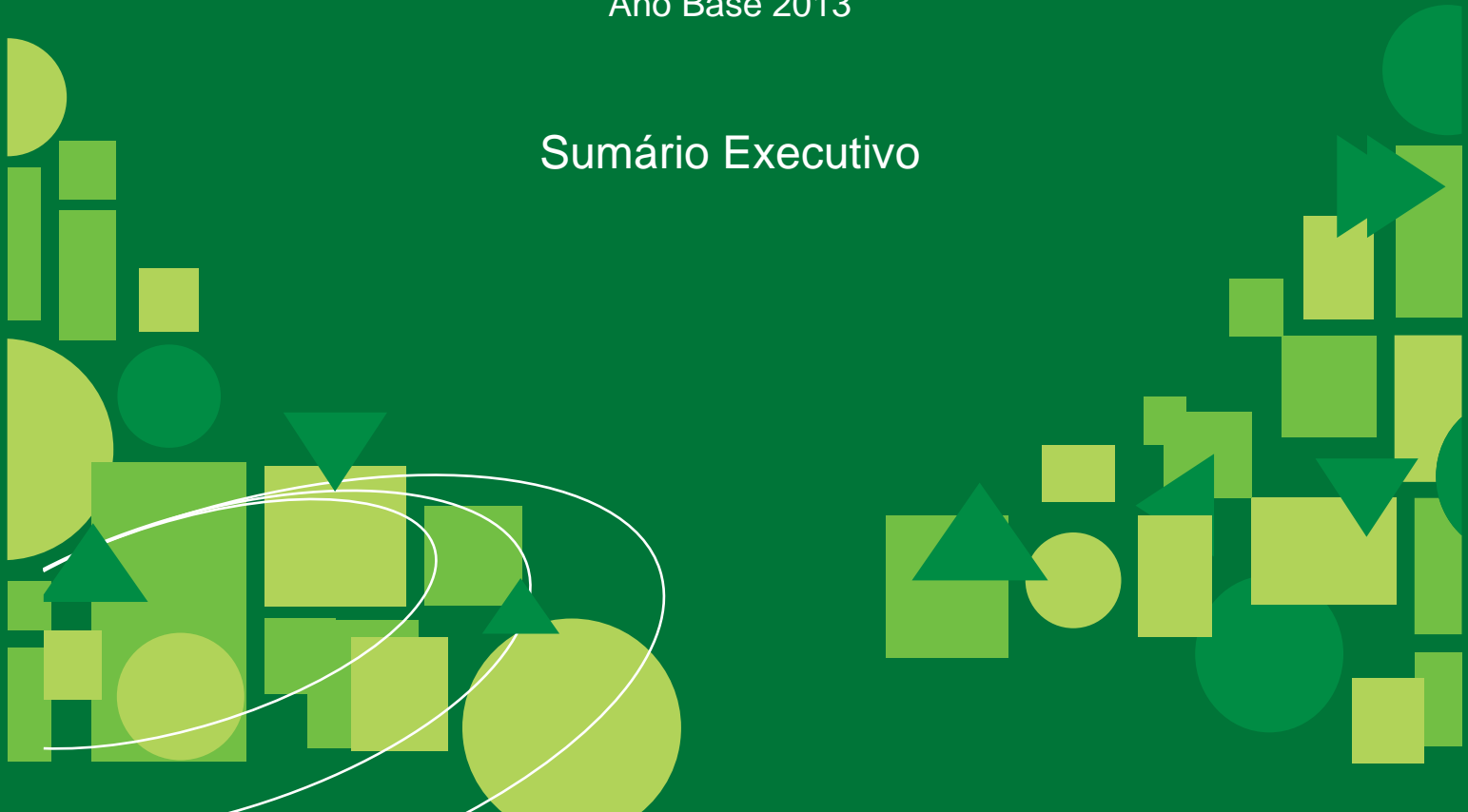


# AGENDAS AGENDAS TRANSVERSAIS

## MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

PLANO MAIS BRASIL  
PPA 2012 • 2015  
Ano Base 2013

Sumário Executivo





**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria Nacional de Articulação Social

**AGENDAS TRANSVERSAIS**  
Monitoramento Participativo

**PLANO MAIS BRASIL**  
**PPA 2012-2015**  
ANO BASE 2013

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

Dezembro de 2014

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

© 2014, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de  
Planejamento e Investimento Estratégico.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2013 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico ; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2014.

113 p.

Conteúdo: Sumário Executivo

1. Plano Plurianual, 2012-2015 2. Planejamento governamental - Brasil 3. agenda transversal – monitoramento participativo 4. Igualdade racial 5. Povos indígenas 6. Políticas para mulheres 7. Criança - adolescente 8. Juventude 9. Pessoa idosa 10. Pessoa com deficiência 11. População em situação de rua 12. População LGBT I. Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social II. Brasil. [Plano Mais Brasil (2012-2015)]

CDU 338.26 “2012-2015”(81)

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria Nacional de Articulação Social

**AGENDAS TRANSVERSAIS**  
Monitoramento Participativo

**PLANO MAIS BRASIL**  
**PPA 2012-2015**  
ANO BASE 2013

**VOLUME I**  
**SUMÁRIO EXECUTIVO**

Dezembro de 2014

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Miriam Aparecida Belchior

Secretária Executiva  
Eva Maria Cella Chiavon

Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos  
Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretora do Departamento de Temas Sociais  
Ana Lúcia de Lima Starling

Assessor para o Monitoramento Participativo  
Leopoldo Vieira Teixeira

Secretaria Geral da Presidência da República

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República  
Gilberto Carvalho

Secretário Executivo  
Diogo de Sant'Ana

Secretaria Nacional de Articulação Social  
Paulo Roberto Martins Maldos

Diretor de Participação Social  
Pedro Carvalho Pontual

Diretor Substituto de Participação Social  
Daniel Pitangueira Avelino

Supervisão geral e texto  
Ana Lúcia de Lima Starling  
Aloysio Antonio Castelo Guapindaia  
Kalid Nogueira Choudhury  
Maria do Rosario de Holanda Cunha Cardoso

Equipe Técnica  
Ana Luisa Borges Leal  
Andréa Araújo Pereira  
Clézio Marcelino de Medeiros  
Danyel Iorio de Lima  
Denise Schuler  
Eduardo Franca Neves Bassani  
Evandro Macedo  
Helder Moreira Carvalho  
Igor Vinicius de Souza Geracy  
Isabela Baião Dowsley  
Isadora Louzada Hugueney Lacava Delmont  
Kalid Nogueira Choudhury  
Leonardo de Vargas Marques  
Maria do Rosário de Holanda Cunha  
Marta Santa Cruz Pordeus  
Mauro Henrique de Miranda Siqueira  
Nivaldo de Oliveira Sousa  
Olga Lopez Ibanez Novion  
Rafael Luis Giacomini  
Rafael Martins Ferrari

# Sumário

---

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>Estratégia de Desenvolvimento Nacional .....</b>	<b>11</b>
<b>Estratégia de Desenvolvimento e Agendas Transversais.....</b>	<b>13</b>
<b>Democracia e participação social .....</b>	<b>17</b>
<b>Agendas Transversais .....</b>	<b>19</b>
Criança e Adolescente .....	21
Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais.....	37
Juventude .....	50
Pessoa com Deficiência .....	62
Pessoa Idosa .....	69
Políticas para as Mulheres.....	76
População LGBT.....	85
População em Situação de Rua .....	94
Povos Indígenas.....	101





# Introdução

---

Importantes mudanças foram introduzidas na estrutura do Plano Plurianual PPA 2012-2015 visando, entre outros pontos, a incorporar ao Plano os objetivos de governo tais como declarados, em uma linguagem capaz de comunicá-los tanto ao próprio governo como à sociedade civil. Como resultado, o PPA 2012-2015 revela, com mais clareza, os compromissos de governo para públicos específicos: negros, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, mulheres, jovens, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBT e população em situação de rua. Isso ocorreu, inclusive, em programas não voltados exclusivamente a esses públicos, pela indução realizada para a explicitação de compromissos relativos a públicos específicos em programas temáticos da educação, da saúde, da assistência social, da agricultura familiar, entre outros.

A partir da maior riqueza das informações contidas no PPA 2012-2015, foram constituídas as Agendas Transversais - documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial. São formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, que permitem apreender a ação planejada para assuntos que estão dispersos nos programas temáticos, fazendo uso da maior capacidade do PPA 2012-2015 de revelar os compromissos de governo para os públicos específicos. São, desse modo, uma referência, outra perspectiva, para o seu monitoramento.

Nesse sentido, este Relatório de Avaliação das Agendas Transversais consolida os principais resultados para os programas, objetivos e metas que compõem as Agendas e foi elaborado a partir do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2013, encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 2013, sendo assim parte dos esforços de monitoramento e avaliação do PPA vigente.

Os dados e informações disponíveis permitem afirmar que o país continuou a avançar, em 2013, garantindo a estabilização monetária, ampliando o emprego, diminuindo a desigualdade e reduzindo a pobreza. Para tanto, foram fundamentais as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela erradicação da pobreza extrema, que está próxima de se tornar realidade; o

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa, Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais necessitados; os estímulos à produção por meio da desoneração tributária; o reforço da tendência de redução histórica da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento em curso, enunciada nos últimos três Planos Plurianuais. Essa estratégia faz da justiça social uma das alavancas primordiais para o desenvolvimento, conjugando crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Em sua dimensão social, essa estratégia busca a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, a promoção da inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e a melhoria da distribuição de renda, resultando assim em fortalecimento das políticas sociais. Esse fortalecimento pode também ser visto como um movimento de expansão e consolidação do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988.

O PPA 2012-2015 reforça esse compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando a importância do Estado e da democracia, seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios, seja na coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

Além desta introdução, o presente documento conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e outra sobre essa mesma estratégia e sua relação com as Agendas Transversais. Na sequência, apresenta uma síntese das políticas refletidas em cada uma das Agendas, bem como os destaques e as principais realizações observadas nas mais diversas áreas. Anexos, estão os Relatórios de Avaliação das Agendas Transversais 2013 em sua versão completa.

# Estratégia de Desenvolvimento Nacional

---

As políticas públicas organizadas a partir da estratégia nacional de desenvolvimento buscam dar materialidade aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 3º da Constituição Federal. A estratégia exposta nos últimos três Planos Plurianuais do Governo Federal contém um projeto executável de construção democrática nacional e um novo padrão de transformações estruturais que, em termos analíticos, pode ser organizado a partir de quatro pontos centrais:

i. Em sua dimensão social, a estratégia é:

- universalização e institucionalização dos direitos da cidadania;
- inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população; e
- melhoria na distribuição de renda.

ii. Em sua dimensão econômica, a estratégia caracteriza-se por:

- praticar uma macroeconomia e um financiamento para o desenvolvimento que garantam os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento com redistribuição de renda;
- dar curso e velocidade às três frentes de expansão que se encontram atuantes na economia brasileira - investimentos em produção e consumo de massa, investimentos em infraestrutura econômica e social e investimentos em atividades intensivas em recursos naturais -, buscando dar maior potencial a elas por meio do fortalecimento dos encadeamentos produtivos;
- promover avanços substanciais nos terrenos da educação, ciência, tecnologia e inovação, construindo uma “sociedade de conhecimento”, até o ponto em que o processo de inovação possa tornar-se uma quarta frente de expansão da economia.

iii. As dimensões social e econômica devem guiar-se pela observância à sustentabilidade ambiental, bem como ao desenvolvimento regional – vale dizer, a redistribuição de oportunidades e de renda entre regiões do país.

iv. A estratégia de desenvolvimento não pode prescindir de uma agenda de contínuo aperfeiçoamento da inserção internacional do país – nas esferas política, econômica, social e de acordos sobre tratamento do meio ambiente–, bem como de uma agenda de contínuo fortalecimento do Estado e da institucionalidade a serviço do desenvolvimento socioeconômico e da plenitude democrática.

Dando continuidade a essa trajetória, a **visão de futuro** anunciada no PPA 2012-2015 aponta para um país que seja reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental; e
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Essa visão de futuro se desdobra em onze **macrodesafios**: 1) Projeto nacional de desenvolvimento; 2) Erradicação da pobreza extrema; 3) Ciência, tecnologia e inovação; 4) Conhecimento, educação e cultura; 5) Saúde, previdência e assistência social; 6) Cidadania; 7) Infraestrutura; 8) Democracia e participação social; 9) Integridade e soberania nacional; 10) Segurança pública; e 11) Gestão pública.

A superação destes macrodesafios envolve uma série de políticas públicas que, para fins de avaliação e cooperação federativa, foram organizadas em seis **eixos**: 1) Macroeconomia para o desenvolvimento; 2) Sistema de proteção social; 3) Infraestrutura; 4) Produção com sustentabilidade e inovação; 5) Inserção internacional; e 6) Estado, federalismo, planejamento e gestão.

# Estratégia de Desenvolvimento e Agendas Transversais

Para dar visibilidade aos compromissos do Governo Federal relativos a públicos socialmente mais vulneráveis, que estão dispersos ao longo de toda a programação do PPA 2012-2015, foram construídas nove Agendas Transversais. São elas: Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas; Políticas para as Mulheres; Criança e Adolescente; Juventude; Pessoa Idosa; Pessoa com Deficiência; População em Situação de Rua; e População LGBT.

As Agendas Transversais são compostas de compromissos expressos tanto em programas/políticas de caráter setorial (saúde, educação, desenvolvimento urbano, assistência, previdência, cultura, etc.), como em programas/políticas de caráter transversal, que buscam a garantia de direitos de públicos específicos por meio da ação direta e por meio da coordenação das políticas setoriais mais relevantes para atendimento dos públicos.

**Figura 1 – Sistemas de Direitos da Constituição Federal de 1988**



Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) – 2013 confirmam a melhoria da qualidade de vida de grande parcela da população brasileira, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis.

Tal resultado é atribuído, em grande medida, à expansão das políticas sociais implementadas pelo Governo Federal, que se expressa na oferta de bens e serviços públicos e nas transferências de renda aos mais pobres.

Sendo assim, as políticas sociais constituem pilar fundamental no modelo de desenvolvimento que está em curso no País, caracterizado por conjugar crescimento da renda com redução das desigualdades sociais e regionais, exibindo entre seus resultados as expressivas quedas no número de pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza.

Além do mais, essas políticas ultrapassam os limites da esfera social, impactando positivamente a dimensão econômica por meio da dinamização do mercado interno.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento adotado proporciona um ciclo virtuoso, no qual a elevação dos gastos sociais estimula a economia que, por sua vez, permite a geração de emprego e renda e a ampliação das receitas públicas necessárias ao financiamento das políticas sociais em expansão.

Nesse modelo de desenvolvimento, como vimos, é central o papel da ampliação das políticas sociais, com destaque para as políticas de transferência de renda, geração de emprego e renda e valorização do salário mínimo; a retomada dos investimentos em infraestrutura social; e o esforço de ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos, como saúde, educação e assistência social.

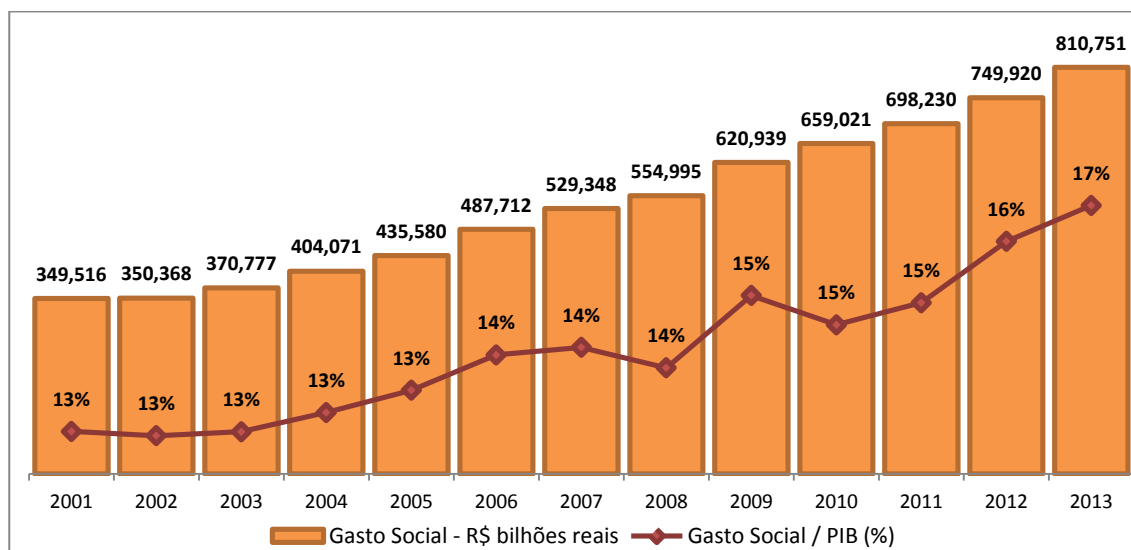
A trajetória de crescimento do gasto público federal em políticas sociais ilustra o movimento de fortalecimento do sistema de proteção social.

Orientado por uma estratégia de institucionalização de novos direitos, políticas e programas de governo, e permeado por inovações de planejamento e gestão que aprimoraram a sua efetividade e o seu alcance sobre públicos e territórios mais vulneráveis, o gasto federal em políticas sociais atingiu o patamar de R\$ 811 bilhões em 2013, o que corresponde a 16,8% do PIB<sup>1</sup>. Esse valor representa um crescimento real de 137% com relação a 2001.

---

<sup>1</sup> Para estimar o dispêndio em políticas sociais nos orçamentos da União, foi utilizada a execução orçamentária (valor liquidado) para as funções saúde, trabalho, educação, segurança pública, assistência social, previdência social, cultura, direitos da cidadania, urbanismo,

**Gráfico 1 – Evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União (R\$ de 2013 e % do PIB)**



Fonte: SIOP/MP e Conta Nacionais/IBGE.

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Essa estratégia tem materializado a expansão da capacidade das políticas sociais brasileiras de oferecer proteção, oportunidades e bem-estar à população, especialmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A Figura 2 retrata alguns exemplos de oferta de bens e serviços públicos essenciais à cidadania que traduzem esses avanços, destacando-se a grande magnitude dos benefícios providos no âmbito da seguridade social.

---

habitação, saneamento, organização agrária e desporto e lazer. Também foram consideradas ações da função encargos especiais relacionadas às políticas sociais, como: repasses da arrecadação de PIS/PASEP ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (para aplicação via BNDES em projetos de desenvolvimento econômico e social), integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (financiamento do Minha Casa, Minha Vida), equalização de juros para a agricultura familiar (Pronaf), subvenção econômica destinada à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais, entre outras.

**Figura 2 – Benefícios e serviços ofertados em 2013**

<b>BENEFÍCIOS E SERVIÇOS OFERTADOS EM 2013</b>	
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	14,09 milhões
Beneficiários do BPC e RMV*	4,17 milhões
<b>PREVIDÊNCIA</b>	
Beneficiários do RGPS*	27,01 milhões
<b>TRABALHO E RENDA</b>	
Beneficiários do Seguro Desemprego**	8,4 milhões
Abonos pagos aos participantes PIS/PASEP***	20,78 milhões
<b>SAÚDE</b>	
Procedimentos ambulatoriais	3,78 bilhões
Consultas	1,37 bilhão
Internações	11,17 milhões
Cirurgias eletivas	2,19 milhões
Transplantes	23,46 mil
<b>EDUCAÇÃO</b>	
Matrículas na Educação Básica (infantil, fundamental e médio)	50,04 milhões
Matriculas na Educação Infantil (creches e pré-escolas)	7,59 milhões
Matriculas na Educação Profissional de nível médio	1,44 milhão
Matriculas no Ensino Superior**	7,06 milhões
<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
Moradias do Minha Casa Minha Vida****	1,5 milhão
<b>DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>	
Contratos realizados no Pronaf – Safra 2012/2013	2,2 milhões

\* Estimativa realizada a partir da quantidade de benefícios concedidos em dezembro de 2013.

\*\* Dados de 2012.

\*\*\* Dados até abril de 2014

\*\*\*\* Moradias entregues desde o lançamento do programa até o final de 2013.

Fonte: MEC, MS, MDS, MPS, MCidades, MDA, MTE.



# Democracia e participação social

---

Democracia e Participação Social é um dos onze macrodesafios que se desdobram da visão de futuro do PPA. Para alcançá-lo o Governo Federal se pauta pela abertura permanente para o diálogo, debate de ideias e construção de soluções para as demandas da população. Atualmente, estão mapeados 40 Conselhos e Comissões de Políticas Públicas, formados por 668 representantes do governo e 818 representantes da sociedade civil, além de outros órgãos colegiados de participação social. Desde 2003 foram realizadas 102 conferências nacionais sobre 44 temas diferentes. Nos anos de 2013 e 2014<sup>2</sup>, foram realizadas 15 Conferências Nacionais. O crescimento da participação social vem sendo diretamente estimulado e apoiado pelo Governo Federal.

Os resultados das pactuações realizadas nos espaços de participação social influenciam, cada vez mais, os Planos Setoriais do Governo Federal e o alinhamento deles com o PPA. Para o próximo ciclo do PPA (2016-2019), espera-se buscar um alinhamento ainda maior do PPA com estes Planos Setoriais e outros instrumentos de planejamento, que refletem os compromissos assumidos nos espaços de participação social.

Neste sentido, cabe destacar o Fórum Interconselhos, mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos de políticas públicas para formular e acompanhar as políticas públicas e programas governamentais, aprimorando a sua intersectorialidade e transversalidade. O Fórum Interconselhos é parte de uma estratégia mais ampla de democratização do planejamento e orçamento público, que não se encerra no dia do encontro, mas envolve toda uma agenda de debates com esses e outros interlocutores, contribuindo para a apropriação do tema pela sociedade. O Fórum não pretende ser o espaço exclusivo de discussão sobre a execução do planejamento e do orçamento, mas uma instância de articulação com forte papel indutor.

O primeiro Fórum Interconselhos ocorreu em maio de 2011 e coletou as propostas da sociedade para o PPA. O segundo aconteceu em outubro do mesmo ano e apresentou as respostas governamentais às propostas: foram apresentadas 629 contribuições da sociedade civil, das quais 77% foram incorporadas integralmente. O terceiro foi realizado em

---

<sup>2</sup> Previsão até o final de 2014. Já foram realizadas 2 conferências nacionais este ano e mais 3 devem acontecer até dezembro.

novembro de 2012 e pactuou a estratégia de monitoramento do PPA por meio das Agendas Transversais. O quarto Fórum se reuniu em setembro de 2013 para submeter à sociedade o primeiro relatório de execução do PPA, referente ao ano de 2012.

É importante registrar que os relatórios de execução que são hoje apresentados atendem a anseios antigos dos movimentos sociais e podem ser considerados transformadores dessa relação, ao menos por dois motivos: em primeiro lugar, porque são manifestações do governo como um todo sobre os temas, não de um ou outro órgão ou ministério isoladamente; em segundo lugar, porque são fundamentados na execução, portanto informam as ações concretas, efetivamente realizadas, sob o parâmetro das metas previstas. Assim, explicitam com mais transparência o que está sendo feito – e o que ainda falta fazer – e com isso fomentam uma crítica social mais qualificada.

Merece destaque a premiação que o Fórum Interconselhos recebeu, em junho de 2014, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), na categoria estímulo à participação em decisões sobre políticas públicas por meio de mecanismos inovadores. O Fórum Interconselhos, que foi criado para propiciar a participação da sociedade na elaboração e monitoramento do PPA, foi premiado com o United Nations Public Service Awards – UNPSA, edição 2014, como uma das melhores práticas de gestão de políticas públicas do mundo.

# **Agendas Transversais**

---



# Criança e Adolescente

---

O Brasil conta hoje, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD 2012, com cerca 55,5 milhões de pessoas com idade entre 0 e 17 anos, pouco mais de um quarto da população total.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e da sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, esse público é reconhecido como sujeito de direitos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades.

A partir de então, torna-se dever compartilhado das famílias, da sociedade e do Estado a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

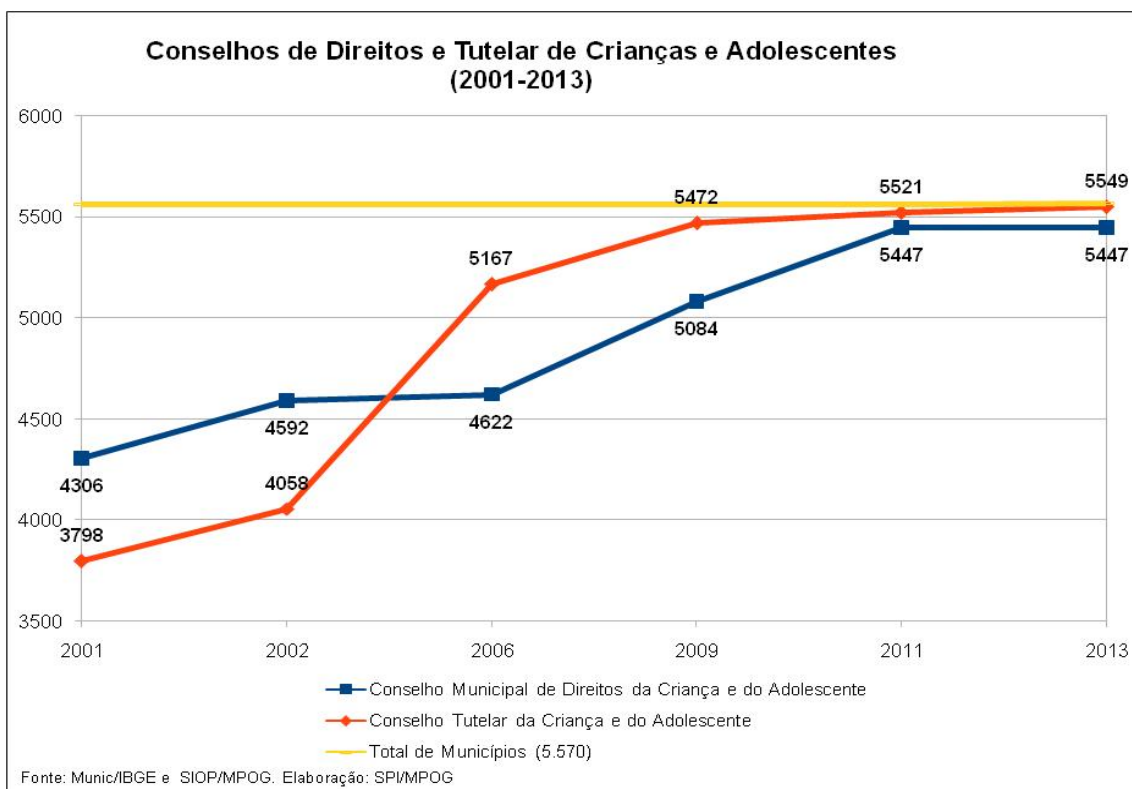
Com esse intuito, foram criados os conselhos de direitos de crianças e adolescentes e os conselhos tutelares.

Os Conselhos de Direitos são órgãos colegiados deliberativos que têm por missão desenvolver a intersetorialidade e a transversalidade na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações empreendidas para crianças e adolescentes no país.

Já os conselhos tutelares têm função executiva e atuam quando os direitos de crianças ou adolescentes estão ameaçados ou foram violados. Sua atribuição, resumidamente, é atender e encaminhar crianças e adolescentes a medidas e políticas públicas que possam garantir e reestabelecer seus direitos.

Ao encaminhar os atendimentos para as diversas políticas públicas disponíveis no território, os conselheiros tutelares concretizam a transversalidade da política de crianças e adolescentes para o beneficiário de direito, seguindo as necessidades levantadas no atendimento.

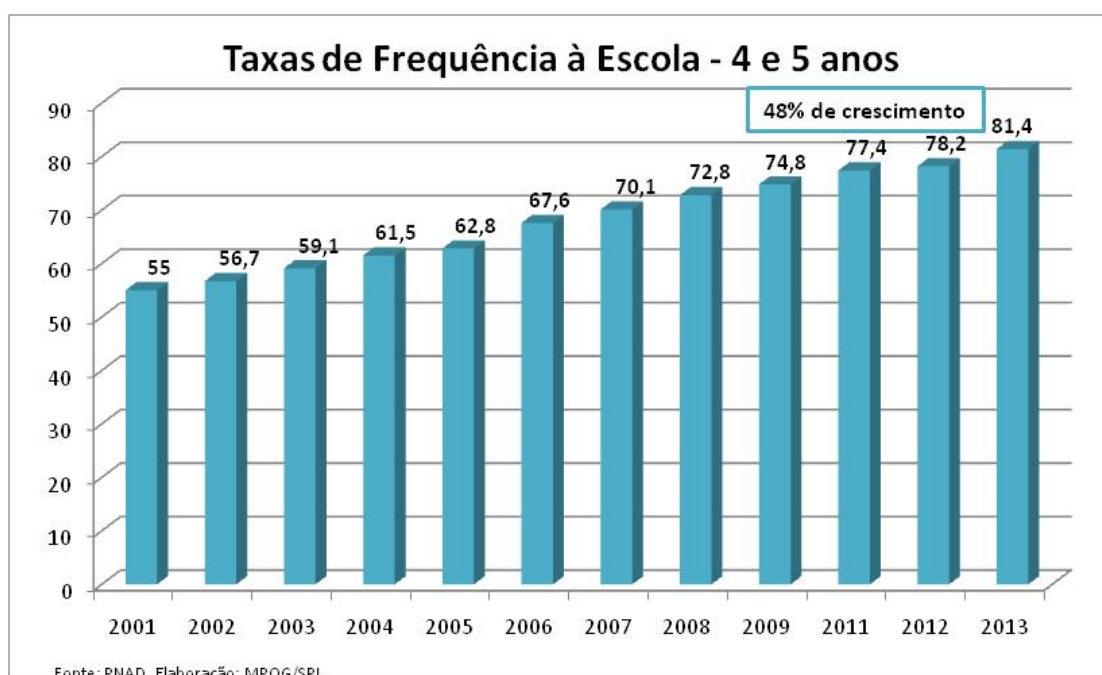
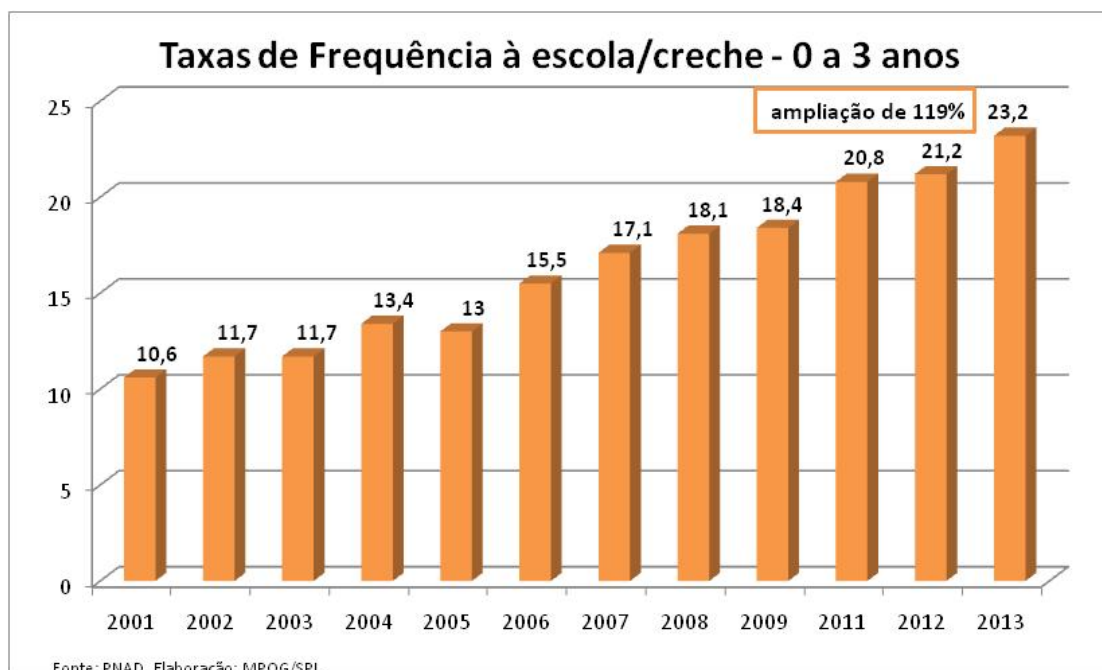
Em síntese, percebe-se que o papel que esses conselhos desempenham para os direitos difusos, coletivos e individuais de crianças e adolescentes é fundamental. Ambos encontram-se atualmente em praticamente todos os municípios do país (99% de cobertura).



Em relação ao direito à educação, o ciclo inicia-se com a educação básica, que compreende três etapas: a educação infantil (para crianças com até 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para adolescentes de 15 a 17 anos).

A taxa de frequência à escola/creche<sup>3</sup> vem sendo ampliada constantemente, destacando-se na faixa dos 0 aos 3 anos com crescimento de 119% entre 2001 e 2013.

<sup>3</sup> TAXA DE FREQUÊNCIA: percentual que permite comparar o total de matrículas (pessoas de qualquer idade) com a população total na faixa etária adequada.



Neste íterim, destaca-se a meta de construção e equipagem de 7.000 escolas de educação infantil, iniciativa que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Até 2012 foi aprovada a construção de 3.126 estabelecimentos, atendendo a mais de 1.600 municípios. Já em 2013 foi apoiada a construção de 2.131 creches e pré-escolas em 1.018 municípios e, no primeiro semestre de 2014, mais 942 construções apoiadas em 704 municípios. Desde o início do ProInfância, em 2007, foram aprovados 8.751 projetos para

construção, totalizando um investimento superior a R\$ 10,3 bilhões. Destas unidades, 2.183 estão concluídas.

Soma-se a esse esforço a Ação Brasil Carinhoso, lançada em 2012, com meta de superar a miséria em todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos, além de ampliar o acesso à creche, à pré-escola e à saúde.

Por meio dessa ação, em 2013 e 2014, a título de recurso suplementar, houve aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente, o qual foi repassado aos municípios que atendem, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em 2013 foram transferidos mais de R\$ 520 milhões para 3.299 municípios.

Já no primeiro semestre de 2014, foram repassados mais de R\$ 160 milhões para 1.163 municípios, beneficiando mais de 154 mil alunos entre janeiro e junho deste ano.

Além desses recursos, as prefeituras e o DF podem solicitar, também no âmbito do Brasil Carinhoso, recursos para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil.

Em 2013 foram liberados cerca de R\$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Já em 2014, a liberação de recursos alcançou cerca de R\$ 34 milhões para manutenção de novas turmas e estabelecimentos, beneficiando mais de 56 mil alunos entre janeiro e junho deste ano.

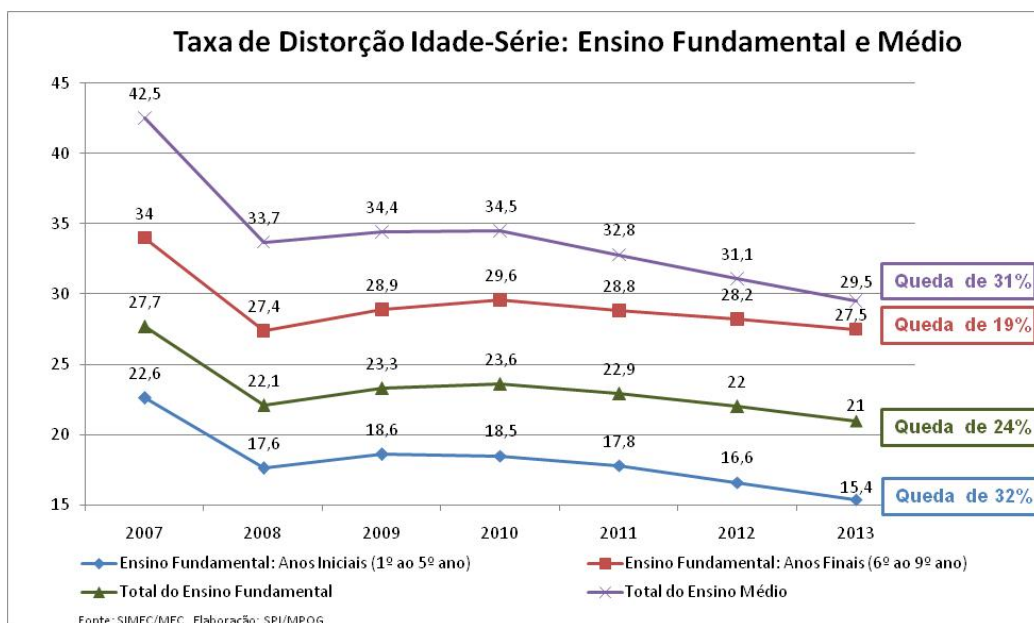
Também o valor repassado para alimentação escolar de todas as crianças matriculadas em creches públicas e conveniadas com o poder público foi ampliado em 66% e o Programa Saúde na Escola foi estendido às creches e às pré-escolas.

Em 2004, a taxa de analfabetismo registrada entre os jovens de 15 a 17 anos era de 2,1%. Atualmente, apenas 0,8% dos jovens nessa faixa etária não sabe ler e escrever, taxa essa muito inferior à média geral (8,5%).

Nos últimos anos mais alunos têm frequentado aulas em séries adequadas à sua idade, reduzindo a média geral de atraso escolar.

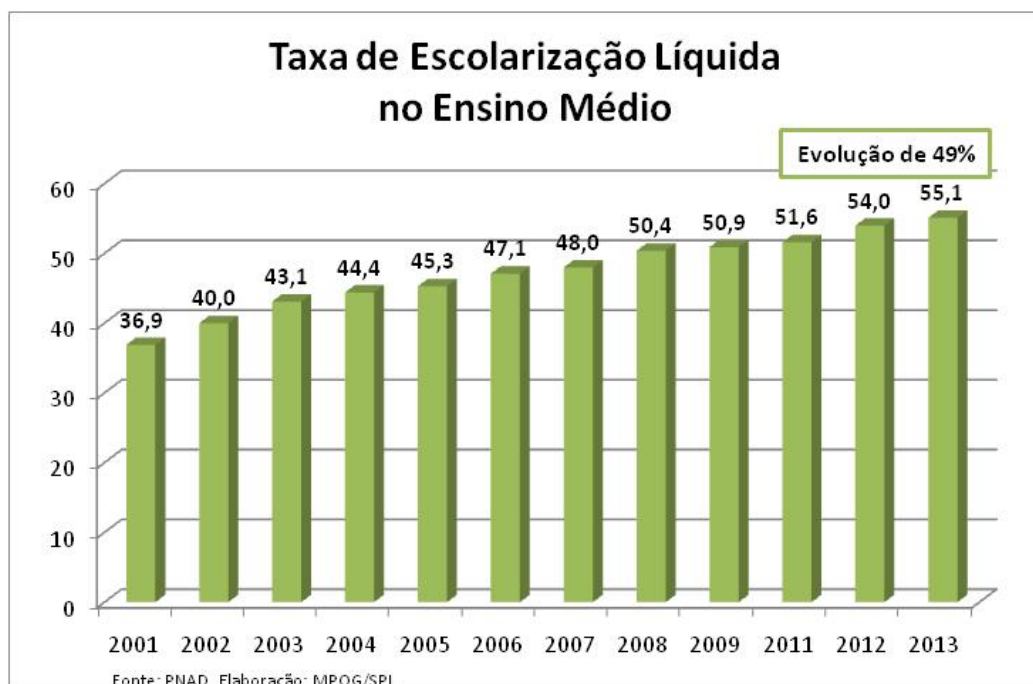


A taxa de distorção idade-série do ensino fundamental, que permite avaliar o percentual de alunos com idade superior à recomendada, caiu de 27,7% em 2007 para 21% em 2013. Destacam-se os anos iniciais (1º ao 5º ano): de 22,6% em 2007 para 15,4% em 2013.



O ensino médio e os anos finais do ensino fundamental apresentam taxas semelhantes (29,5% e 27,5%, respectivamente) no último levantamento.

Ainda com relação ao ensino médio, a taxa de escolarização líquida, que identifica o percentual da população de 15 a 17 anos matriculada em relação à população total dessa faixa etária, evoluiu 46% na última década.



As condicionalidades de educação dos programas de transferência de renda contribuíram para estes resultados: o compromisso das famílias beneficiárias é a frequência escolar de pelo menos 85% de cada integrante de 6 a 15 anos e de pelo menos 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

No último período de coleta, referente a abril e maio de 2014, foi acompanhada a frequência escolar de 15,4 milhões de crianças e adolescentes, filhos e filhas de famílias participantes do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 46% das matrículas da educação básica.

Dados do Censo Escolar e do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS apontam que os estudantes do ensino público do Bolsa Família têm alcançado resultados positivos nos últimos anos.

No ensino fundamental a taxa de aprovação passou de 81,1% em 2008 para 85,2% em 2012. A taxa de abandono no mesmo ano foi de 2,8% para os beneficiários do programa, enquanto foi de 3,2% para não beneficiários.

No Ensino Médio, ainda em 2012, a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família foi de 79,7%, enquanto foi de 75,5% para os não beneficiários. Já a taxa de abandono foi de 7,4% entre os beneficiários do programa, ante 11,3% dos não beneficiários.

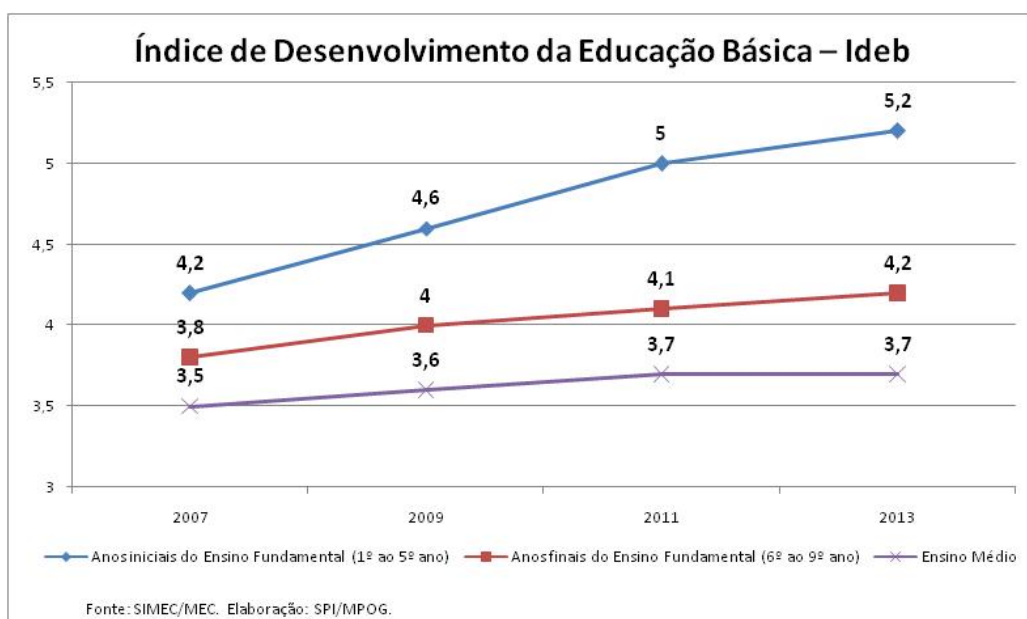
Outra estratégia importante, iniciada em 2008, é o Programa Mais Educação (PME), que induz a agenda da educação integral em jornada ampliada: mínimo de 7 horas/diárias na escola.

O Programa atendeu a 54.125 escolas até o primeiro semestre de 2014 (90% da meta), totalizando 8 milhões de alunos participantes, sendo que 32 mil escolas tem mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ressalta-se ainda que aderiram mais de 19 mil escolas do campo, indígenas ou quilombolas.

Também na perspectiva da educação em tempo integral, a prática desportiva na escola tem como objetivo viabilizar a oferta do esporte educacional integrado ao projeto pedagógico. Nesse sentido, o Programa Segundo foi integrado ao Mais Educação, com a criação do projeto “Esporte na Escola”. Até o primeiro semestre de 2014, o projeto proporcionou a prática de esporte a mais de 3,6 milhões de estudantes.

Para auxiliar nas atividades a serem desenvolvidas com a ampliação da jornada escolar, 10.323 quadras esportivas escolares estão sendo construídas ou cobertas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. Com isso, cerca de cinco (5) milhões de estudantes terão acesso à prática de esporte educacional.

Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb tem apresentado desenvolvimento constante nos últimos anos, revelando o esforço do país em aprimorar a qualidade do ensino concomitantemente à busca pela universalização do ensino básico e a diminuição do abandono e evasão escolar.



No que diz respeito ao acesso à cultura e ao esporte por crianças e adolescentes, têm sido implementados Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) e Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).

No primeiro caso, os CEUs proporcionam, em um mesmo espaço físico, o acesso a atividades esportivas, culturais e de lazer, além de possibilitar a formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

Até 2014 foram selecionados 401 CEUs em 324 municípios, em todos os estados.

No caso dos CIEs, são integradas atividades voltadas ao esporte de alto rendimento para estimular a formação de atletas entre crianças e adolescentes.

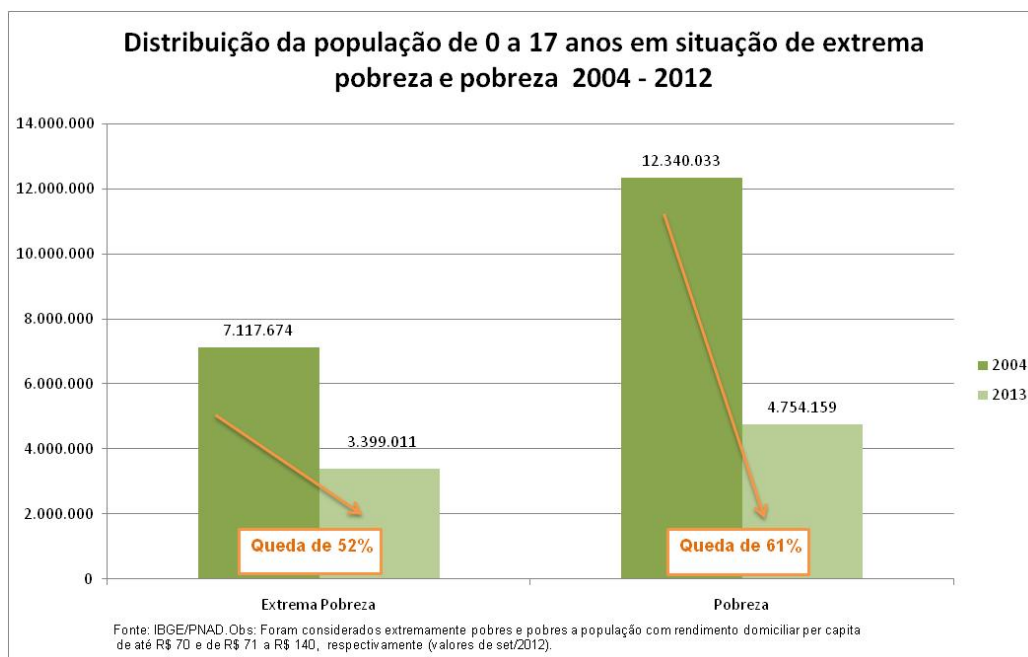
Até abril deste ano, 285 CIEs foram selecionados em 263 municípios em todos os estados brasileiros.

Em relação à renda, o programa Bolsa Família contribuiu de forma significativa para a queda da pobreza e extrema pobreza entre crianças e adolescentes ao longo dos últimos anos.

A Ação Brasil Carinhoso, lançada em 2012, criou complemento para o benefício do Bolsa Família assegurando renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa a famílias extremamente pobres com crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos, eliminando a extrema pobreza entre os beneficiários do programa.

Mais tarde o benefício foi ampliado para beneficiar todas as famílias do Bolsa Família extremamente pobres, independente de terem crianças em sua composição e, em 2014, foi ampliada a faixa de renda da extrema pobreza para até R\$ 77 reais e da pobreza entre este valor e R\$ 154 reais de renda familiar per capita .

É importante notar que neste processo fica evidenciada a prioridade absoluta de crianças e adolescentes, os quais são atendidos antes da expansão para os demais públicos.



Tratando-se da saúde de crianças e adolescentes, o programa de transferência de renda contribui com condicionalidades de saúde que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Para gestantes e nutrizes, deve-se realizar o pré-natal, comparecer às consultas e participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

Para os responsáveis de crianças menores de 7 anos, deve-se acompanhar o calendário de vacinação e realizar o acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo.

Já no âmbito da Ação Brasil Carinhoso, expandiu-se a distribuição de doses de vitamina A para crianças entre 6 meses e 5 anos com intuito de prevenir a deficiência dessa vitamina, que acomete 20% das crianças menores de 5 anos e, quando severa, pode provocar deficiência visual (cegueira noturna), aumentar o risco de morbididades, mortalidade e o risco de as crianças desenvolverem anemia.

Também foi aumentada a oferta de sulfato ferroso na Rede de Atenção Básica de Saúde para crianças menores de 24 meses. A necessidade de ferro desse público é muito elevada e dificilmente provida apenas por alimentos e, caso não seja suprida, pode levar à deficiência de ferro e à anemia, o que prejudica o desenvolvimento da criança.

Ainda implementou-se a distribuição gratuita, nas unidades do “Aqui Tem Farmácia Popular”, de medicamentos para asma, a segunda maior causa de internação e óbito de crianças.

Neste ínterim, temos ainda a estratégia Rede Cegonha, que incentiva a qualificação da atenção obstétrica e infantil.

Foram criados 440 novos leitos neonatais (193 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN e 247 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal - UCIN) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. O Brasil conta com 2.970 leitos de UTI Neonatal habilitados, sendo 766 criados desde o início do programa, e 2.204 leitos de UTI Pediátrica no âmbito da Rede Cegonha.

A triagem neonatal (Teste do Pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), está universalizada em todo o Brasil, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). A triagem neonatal para seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV) será expandida para todos os Estados até o final de 2014. Até o fim de 2013, 12 Estados estavam habilitados para a triagem neonatal na fase IV.

Além disso, foram elaboradas as diretrizes “Cuidando de Adolescentes na Rede Cegonha” com o objetivo de apoiar as equipes de saúde na mudança de suas práticas e atitudes para responder às singularidades e às necessidades específicas da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens.

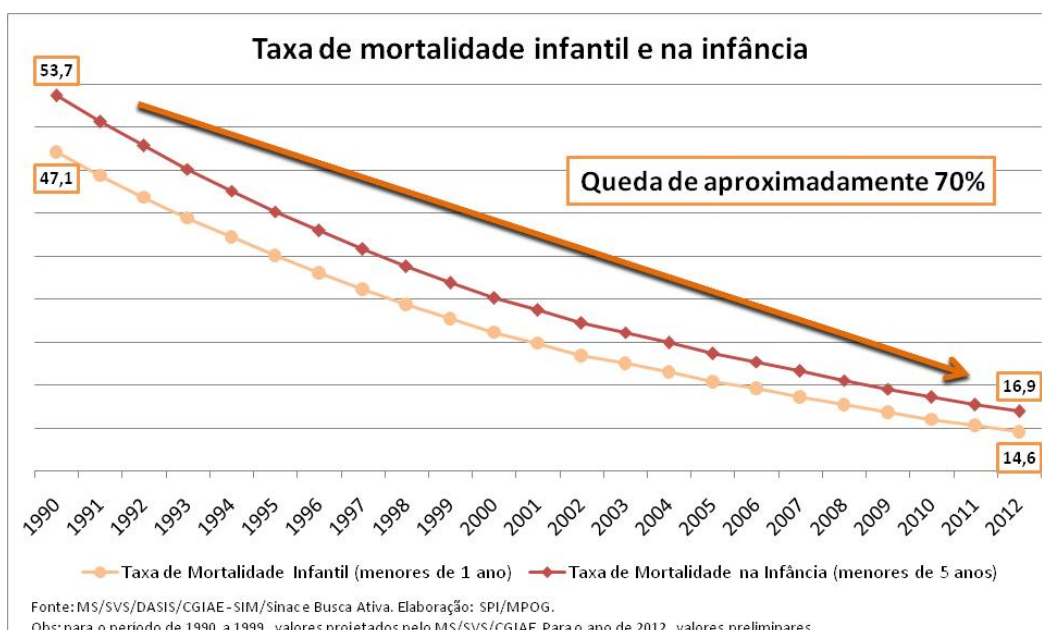
Esta estratégia vem sendo desenvolvida conjuntamente com a distribuição da Caderneta de Saúde de Adolescentes que possui orientações específicas para este período do desenvolvimento. Desde 2009 já foram distribuídas 26 milhões de cadernetas para utilização nas Unidades Básicas de Saúde.

As condicionalidades e medidas listadas acima, entre outros fatores, contribuem para que a taxa de mortalidade infantil continue em trajetória descendente no país.

O Brasil é destaque na redução da Mortalidade Infantil (menores de um ano) e na infância (menores de 5 anos).

No ano de 2011 o país superou as metas estabelecidas para os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM):

- Para menores de 1 ano, a meta ODM é 15,7 até 2015.
  - ✓ Foi superada com índice de 15,3 em 2011. Em 2012 estima-se que foi reduzida para 14,6.
- Para menores de 5 anos, a meta ODM é de dois terços do índice de 1990, ou seja, 17,9 até 2015.
  - ✓ Foi superada em 2011 com 17,7. Em 2012 é estimada em 16,9.

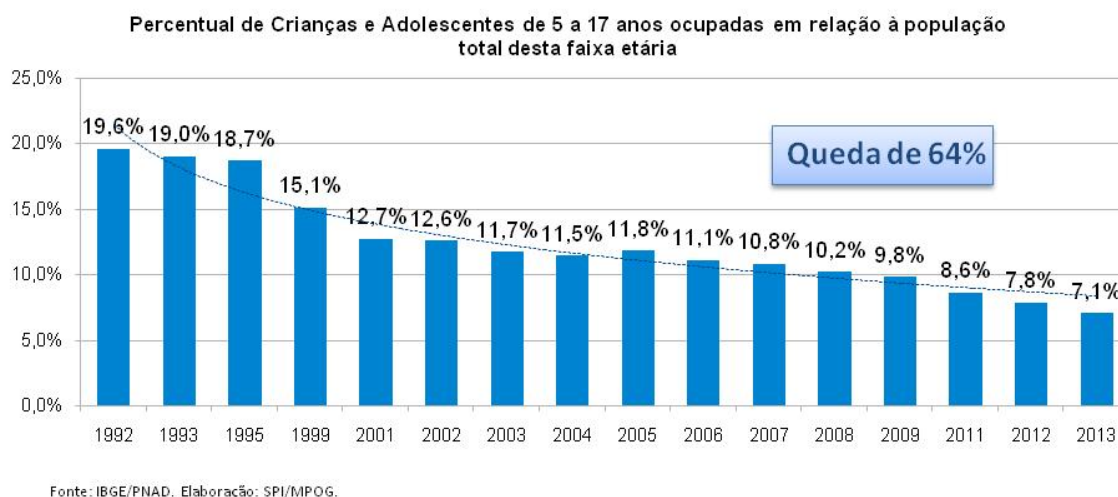


Ressalta-se ainda, em articulação com o sistema de ensino, o Programa Saúde na Escola – PSE.

O PSE tem por finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Em 2013 foram incluídos no Programa creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, totalizando 80.4 mil escolas para 18,7 milhões de educandos em 4.864 municípios (87,3% do total). Em cada município pelo menos uma creche ou pré-escola participa do PSE.

Já entrando nas políticas públicas de proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes, o Brasil é destaque mundial no combate ao trabalho infantil e suas piores formas por seus resultados positivos ao longo dos últimos 20 anos. Por conta disso foi escolhido como sede, em outubro de 2013, da 3ª Conferência Global do Trabalho Infantil, realizada em Brasília-DF.



Uma das iniciativas no combate ao trabalho infantil são as fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego. Para o período do PPA 2012-2015 são esperadas 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil sendo que, até o momento, foram realizadas 19.597 ações fiscais, 78% da meta.

Não obstante, avalia-se que o Brasil alcançou o “núcleo duro” do trabalho infantil, ou seja, a incidência encontra-se em atividades produtivas desenvolvidas em empreendimentos informais e familiares, em territórios urbanos e rurais, atividades desenvolvidas em locais geralmente fora do alcance dos órgãos de fiscalização, exigindo a construção de novas estratégias e de ações intersetoriais no processo de erradicação do trabalho infantil.

A partir deste diagnóstico, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI foi redesenhado em 2013.

O programa contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, oferecendo transferência de renda, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais.



O redesenho compreende as seguintes ações: a) sensibilização e mobilização social dos agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais, associações entre outros para as ações de erradicação do trabalho infantil; b) realização de campanhas nacionais e estaduais; c) realização de audiências públicas para definir estratégias e firmar compromissos com os municípios; d) intensificação da busca ativa; e) acesso a transferência de renda e desenvolvimento de ações intersetoriais para inserção da criança, adolescente e suas famílias nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas; f) fomento das ações de fiscalização; g) articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares para garantir a devida aplicação de medida de proteção para crianças e adolescente em situação de trabalho infantil.

Como condicionalidade do Bolsa Família, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo PETI, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do programa e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

De acordo com o Registro Mensal de Atendimentos - RMA, que capta informações no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2013 foram inseridas em acompanhamento no PAIF/CRAS um total de 180.363 famílias e no PAEFI/CREAS um conjunto de 20.263 famílias, totalizando 200.626 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil inseridas em acompanhamento familiar durante o ano.

Concorre ainda para o combate ao trabalho infantil e para a inserção protegida de adolescentes no mercado de trabalho a Aprendizagem Profissional.

Esta ação coordena-se com as fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego, já que existe previsão legal de que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do seu contingente total de trabalhadores aproximadamente. Comprovado o descumprimento dessa obrigação, as empresas são notificadas a contratar aprendizes.

Importante ressaltar que dos 854.328 aprendizes contratados até o primeiro semestre de 2014, 565.251 eram adolescentes de 14 a 17 anos, representando 66% do total.

Em relação ao enfrentamento da violência sexual, o Governo Federal desenvolve o PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro, apoiando técnica e financeiramente

municípios na a) articulação das redes locais; b) construção de diagnósticos participativos; c) definição de planos locais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; d) articulação com o setor corporativo; e a e) realização de campanhas educativas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A partir de 2011, a Comissão intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes estabeleceu como critérios de prioridade para implantação do PAIR municípios que recebem grandes obras de desenvolvimento, grandes eventos e cidades de regiões de fronteira, por conta da vulnerabilidade destes territórios verificada por meio da matriz intersetorial, ferramenta de gestão com dados do Disque 100 – Disque Direitos Humanos.

O PAIR encontra-se em 506 municípios em todo o país, sendo 25 municípios abrangidos pelos critérios indicados e 83 municípios com mais de 100 mil habitantes.

Além disso, o Governo Federal cofinancia a oferta de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros) nas mais de 2.314 unidades CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) distribuídas por 2.078 municípios do país.

Esses serviços, que têm dentre seus públicos alvos crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, visam contribuir para romper com padrões violadores de direitos, situações de violência e exploração, fortalecer vínculos familiares e comunitários e a função protetiva da família, objetivando a superação das situações vivenciadas, o acesso à rede de proteção social e a prevenção de agravamentos por violação de direitos.

Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados nos CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas.

No âmbito da Segurança Pública, o Governo Federal atua no fortalecimento e qualificação das Delegacias Especializadas de Atendimento às crianças e adolescentes com a instituição de linha de financiamento para apoio à sua estruturação física, com aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, viaturas, armamentos e equipamentos de EPI (equipamento de proteção individual) por meio de convênios com os estados.

Em 2013, foram apoiadas 12 propostas de estados para qualificação destas delegacias, com investimentos de R\$ 6,44 milhões.

No campo da capacitação de profissionais da Segurança Pública, realizou-se as seguintes capacitações que abordam, direta ou indiretamente, delitos contra a criança e adolescente, em especial, a exploração sexual:

- Na modalidade presencial é ministrado o curso de investigação de homicídios e drogas ilegais, capacitação referente ao Programa Brasil Mais Seguro, no qual faz parte a disciplina “Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes”.
  - ✓ Foram capacitados 476 profissionais de segurança pública (80 horas-aula), 107 em 2012 e 369 em 2013.
- Na modalidade à distância, entre 2012 e 2013, foram promovidos diversos cursos que abordam ilícitos penais cometidos contra criança e adolescentes, incluído o tema da exploração sexual. Ao todo foram capacitados 41.676 profissionais da segurança pública nesta modalidade.
  - ✓ Os principais cursos ofertados foram: a) Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, com 9.241 aprovados; b) Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com 12.368 aprovados; c) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com 156 aprovados; d) Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com 14.988 aprovados; e) Prevenção da Letalidade de Crianças e Adolescentes, com 923 aprovados; f) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, com 3.990 aprovados.

Outra política importante para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes é o atendimento a adolescentes em conflito com a lei realizado pro meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Após a promulgação da Lei Federal 12.594/12, foi elaborado no ano seguinte o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com 73 metas previstas para os próximos dez anos. O plano compõe-se ainda de diagnóstico situacional do SINASE em âmbito nacional, estabelecendo princípios e diretrizes da política de socioeducação.

Como metas do plano nacional que tem por finalidade o reordenamento do sistema socioeducativo, foram elaborados projetos padrão referenciais para construção de Centro de Atendimento Socioeducativo e de Núcleos de Atendimento Inicial visando a desativação de unidades consideradas impróprias. Desde a promulgação da lei já foram formalizados 7 convênios para a construção de novas unidades de acordo com os parâmetros nacionais do SINASE.

Destaca-se ainda a Escola Nacional de Socioeducação – ENS, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento das formações continuadas dos/as profissionais de todas as áreas e níveis de atuação vinculados às medidas socioeducativas.

A ENS objetiva ser veículo de produção de conhecimento e publicização das boas práticas em socioeducação por meio da construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências, a valorização dos saberes profissionais, a reflexão crítica, a sistematização e o registro das práticas institucionais, bem como a construção de fundamentos teóricos e metodológicos comuns e constituir acervo bibliográfico referencial para a socioeducação no país.

# Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais

---

Fruto da mobilização que a antecedeu, a Constituição de 1988 foi o principal marco na introdução de importantes fundamentos dos direitos humanos tais como: a dignidade da pessoa humana, como fundamento da República; a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e os direitos sociais. De caráter mais específico e vinculado à questão racial, destacam-se: a definição da prática do racismo enquanto crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão; o tombamento dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos; e o reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Ainda em 1988, foi criada a Fundação Cultural Palmares (Lei 7.688/1988), vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Os anos pós-constituente assistiram a uma série de iniciativas relativas ao combate ao racismo, à valorização da população negra e ao debate da questão racial como objeto de políticas públicas. No âmbito legal, foram aprovadas a Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) e a Lei nº 9.459/1997, que definem os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Em novembro de 1995, ocorre a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, reunindo cerca de 30 mil pessoas em Brasília.

Os anos 2000 têm como marco inicial a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (África do Sul) em 2001. Imediatamente após Durban, além de programas e ações, são criadas instituições com vistas a enfrentar as questões de caráter racial, sejam elas a discriminação e o racismo, assim como os seus efeitos perversos traduzidos no acesso desigual a oportunidades que têm desdobramentos concretos sobre os indivíduos pretos e pardos. Como exemplo, pode-se citar: o Programa Nacional de Ações Afirmativas (Decreto nº 4.228/2002); a criação da SEPPIR e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (Lei 10.678/2003); a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR

(Decreto 4.886/2003); a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (Decreto 4.887/2003); a criação do Programa Brasil Quilombola, em 2004; a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007); lançada a Campanha Igualdade Racial é Pra Valer (2011); o lançamento do Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva; o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; a regulamentação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir (Decreto 8.136/2013); e aprovação da Lei de Cotas no Serviço Público (Lei 12.990/2014), entre outros programas e ações.

No âmbito setorial, iniciativas relevantes ocorreram na área de educação e de saúde. Como exemplos: o Programa Diversidade na Universidade (Lei 10.558/2002); a inclusão da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino (Lei 10.639/2003); o Programa Universidade para Todos – ProUni (Lei 11.096/2005); e a Lei de Cotas nas universidades (Lei 12.711/12). Na Saúde, instituiu-se o Programa de Combate ao Racismo Institucional (2005-2006); e foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009). Destacam-se, também, a instituição de grupos de trabalho e formulação de programas, a exemplo do Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde (1996) e do Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente.

No plano normativo, um dos elementos centrais foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (lei 12.288/2010), para atuar no combate à discriminação racial e às desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas e outras ações desenvolvidas pelo Estado.

Em termos de participação e controle social foram realizadas três Conferências de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR. Em 2005, quando da realização da I CONAPIR, o debate sobre “Estado e Sociedade - Promovendo a Igualdade Racial” possibilitou estabelecer as propostas em torno das quais se organizam os eixos do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em 2009, a II CONAPIR centrou-se na avaliação dos “Avanços, Desafios e Perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, num momento de expansão de órgãos municipais e estaduais voltados para esta temática. Já a III CONAPIR, realizada em 2013, com o tema “Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um

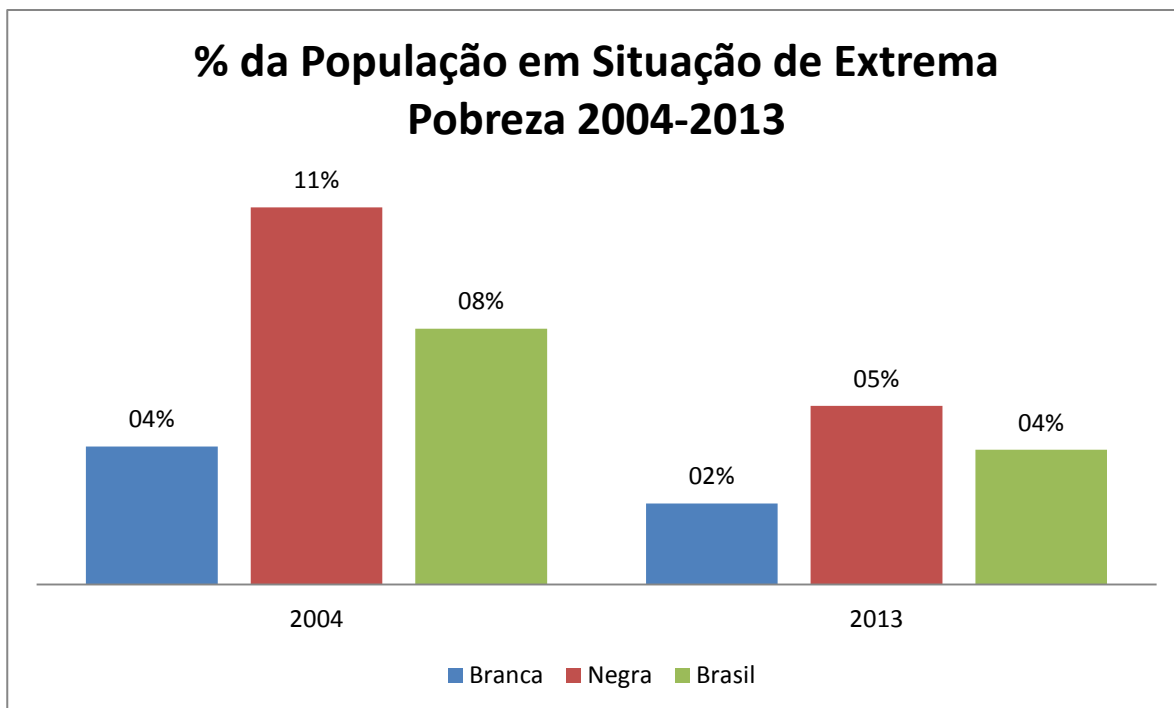
Brasil Afirmativo”, procurou responder aos novos desafios que se colocam para que as políticas de promoção da igualdade racial, passados dez anos de sua institucionalização no Governo Federal, venham a ocupar um novo patamar no contexto das mudanças que se operaram no país. Cabe registrar que cerca de 80% das resoluções da III CONAPIR já estão contempladas, total ou parcialmente, no PPA 2012-2015.

Apesar dos avanços alcançados, ainda persistem desigualdades no acesso a oportunidades decorrentes de racismo, preconceito e discriminação racial, que criam obstáculos ao pleno gozo da cidadania e à fruição dos direitos por parte significativa da população brasileira, constituída de pretos e pardos.

Nesse sentido, saber quantos são e onde estão os brasileiros que sofrem cotidianamente preconceito, discriminação e racismo é insumo fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade racial no país de forma mais precisa e focalizada.

Dados da PNAD 2013 apontam que do total da população residente por raça/cor, mais de 106 milhões de pessoas são pretas e pardas, o que representa 53% da população brasileira. Em termos absolutos, a população negra está concentrada nas regiões Nordeste e Sudeste, com respectivamente 40,2 e 38,0 milhões de residentes. Quando observado o peso deste segmento em relação ao total da população de cada região, verifica-se que na região Nordeste 72% da população é negra e no Norte este percentual é de 75,6%, alavancado pelo grande número de pessoas que se autodeclaram pardas (70,1%). Já no Sudeste, o percentual atinge 45,0% e no Centro-Oeste, 58,9%. Na região Sul, onde 76,4% dos residentes são brancos, apenas 22,9% são pretos e pardos.

A política de combate à pobreza e à extrema pobreza apresentou resultados significativos para a população negra, fruto, sobretudo, dos programas de transferências de renda.



Fonte: PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

<sup>1</sup>Na população negra foram somados os pretos e pardos.

Obs.: Foi considerado extremamente pobre a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$70 (valores de jun/2011).

Cabe ressaltar que o Decreto 8.232/2014 altera os valores que definem a situação de pobreza e extrema pobreza para entrada no rol de beneficiários do Bolsa Família, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 154,00 e R\$ 77,00, respectivamente.

O Governo Federal vem promovendo a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios no intuito de dar concretude à natureza transversal e intersetorial das políticas de promoção da igualdade racial. Neste sentido, a Agenda de Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e outros Povos e Comunidades Tradicionais é composta por 27 Programas, 73 Objetivos e 155 Metas do PPA 2012-2015, nas áreas de gênero, educação, saúde, esporte, cultura, assistência social, direitos humanos, desenvolvimento agrário, cidadania e justiça, segurança pública, trabalho e emprego, meio ambiente, entre outras.

Um dos arranjos de gestão para a descentralização das políticas de Promoção da Igualdade Racial de forma articulada entre as esferas de governo é o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir. Ele busca organizar e fortalecer a institucionalização da igualdade racial no país, com especial atenção para os estados, distrito



federal e municípios. O Decreto que regulamenta o Sinapir foi publicado em novembro de 2013 e a portaria que aprova os procedimentos de adesão e as modalidades de gestão foi publicada em fevereiro de 2014.

### **Programa Nacional de Ações Afirmativas**

Os programas de ação afirmativa são políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país. As ações afirmativas se concretizam por meio de uma série de iniciativas implementadas em vários órgãos: a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, os editais voltados a artistas e produtores negros, o programa de bolsas do Instituto Rio Branco, a Lei de Cotas no serviço público, entre outras.

Com a publicação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), 50% das vagas ofertadas pelas instituições públicas federais de ensino superior devem ser destinadas, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Um percentual destas vagas é reservado a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em proporção igual a destes segmentos na população em cada unidade da Federação. Por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), foram ofertadas 479.552 vagas no período de 2012 a 2014, sendo que no 1º semestre de 2014 foram ofertadas 171.401 vagas. Destas, 64.082 vagas foram reservadas para estudantes do ensino médio público, o que corresponde a 37%. Tal percentual é superior àquele definido pela já mencionada Lei de Cotas, que para o ano de 2014 estipulou a reserva de, no mínimo, 25% das vagas nas instituições públicas de ensino superior aos estudantes do ensino médio público. Das vagas reservadas, 38.739 foram destinadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas.

Cabe ainda destacar o Prouni, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação, dirigido a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, e reserva de bolsas de estudo para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a participação desses segmentos na população da respectiva unidade da Federação. Desde a criação do programa, em 2005, até o primeiro semestre de 2014, foram concedidas 1.420.290 bolsas de estudo, sendo que 50,3% dos alunos beneficiados são pretos ou pardos.

O Programa Bolsa Permanência concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e estudantes quilombolas matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2013, foram beneficiados 5.889 estudantes, 29% de origem indígena ou quilombola. Em 2014, foram 8.873 beneficiados no primeiro semestre, 30% de origem indígena ou quilombola.

Ainda na área de Educação, foi instituído o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que tem como objetivos a formação e a mobilidade internacional de estudantes brasileiros pretos, pardos e indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais em áreas prioritárias para a promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e inclusão. O 1º edital do programa foi publicado em maio de 2014, e estabelece as normas relativas à seleção de Instituições de Educação Superior – IES públicas federais, estaduais, municipais e comunitárias, para apresentarem projetos. As propostas selecionadas serão apoiadas no ano de 2015.

Em junho de 2014 foi aprovada a Lei 12.990 que, durante dez anos, reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. O objetivo da medida é tornar o perfil racial dos servidores da Administração Pública Federal (30% são negros) mais representativo da composição racial da sociedade brasileira (50,74% são negros).

Outro Programa de Ação Afirmativa é o Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, do Instituto Rio Branco, que procura investir na capacita o de candidatos afrodescendentes   carreira de diplomata, por meio de concessão de bolsas de estudos, com dura o de dez meses, destinadas a custear cursos e aulas preparatórios ao Concurso de Admissão   Carreira de Diplomata, além da aquisi o de livros e material didático.

### **Política Nacional de Saúde Integral da Popula o Negra – PNSIPN**

A Política Nacional de Saúde Integral da Popula o Negra estabelece a oes de cuidado, aten o e preven o, além de orienta oes sobre a gestão, forma o de pessoal e

produção de conhecimento, visando à promoção da equidade em saúde da população negra. O objetivo geral desta Política consiste em promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS. Cabe destacar que nos sistemas de informação do SUS já existe o quesito raça/cor, o que contribui para mensurar as desigualdades raciais e planejar ações de enfrentamento ao racismo no SUS.

Mais especificamente, vale lembrar que a Doença Falciforme faz parte de um grupo de doenças e agravos relevantes que afetam primordialmente a população negra. Quanto mais precoce o diagnóstico da Doença Falciforme e o estabelecimento da atenção integral aos seus portadores, maior a probabilidade de longevidade com qualidade de vida. Em vista disso, a Doença Falciforme foi incluída na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, sendo necessário, dentre outras ações, realizar os exames de detecção desta doença tanto nas gestantes quanto nos recém-nascidos.

Nesse sentido, cabe destacar que o Brasil possui atualmente cinco centros de pesquisa implantados; todos os estados já fazem a triagem neonatal em Doença Falciforme (teste do pezinho) e possuem pelo menos um serviço de atenção à Doença Falciforme; e sete hemocentros já possuem cadastro informatizado, visando conhecer a prevalência da doença e a distribuição destas pessoas pelas diversas regiões do País. Além disso, foi incorporado ao rol de exames de pré-natal, financiados pelo SUS, o teste de eletroforese de hemoglobina. Em 2013, foram repassados recursos para 5.023 municípios, o que corresponde a 90% dos municípios brasileiros.

### **Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva**

O Plano Juventude Viva é uma ação integrada que envolve onze ministérios, e reúne ações de prevenção que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema. Maiores informações em relação ao Juventude Viva estão detalhadas na Agenda Transversal de Juventude.

## **Comunidades Quilombolas**

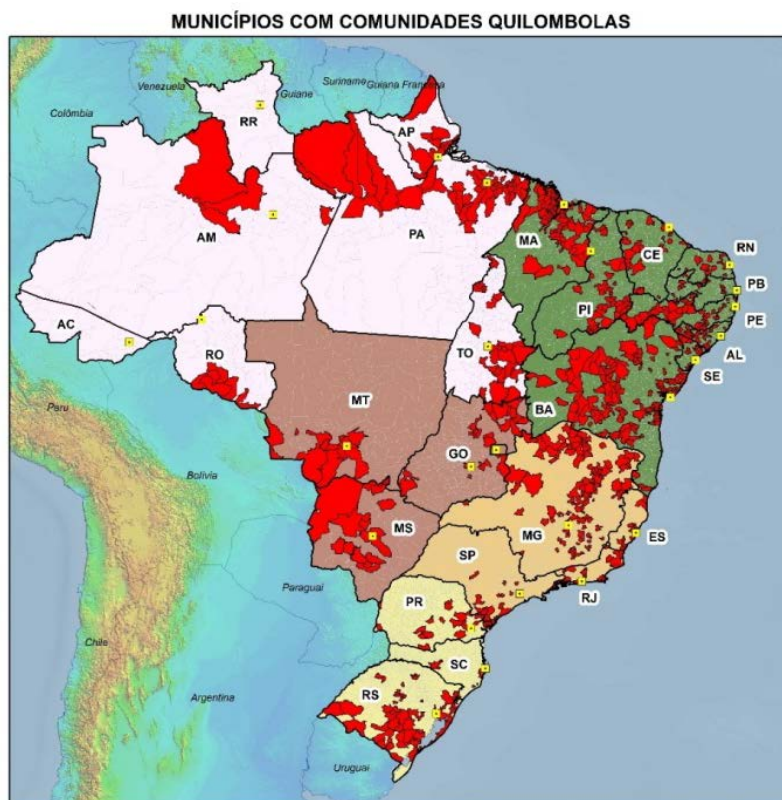
A regularização fundiária dos territórios quilombolas envolve as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, Decretação do Território como de Interesse Social, Desintrusão dos ocupantes não-quilombolas e Titulação. No total, nos anos de 2012 e 2013, foram publicados 24 RTID, identificando 71,4 mil hectares e beneficiando 2.306 famílias; publicadas 21 portarias, reconhecendo 33,8 mil hectares e beneficiando 2.624 famílias; decretados 21 territórios de interesse social de terras quilombolas; e foram publicados 14 títulos, etapa final do processo.

Em 2013, um marco importante em relação à política de acesso à terra para quilombolas, foi a criação da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, com participação de diversos órgãos de governo e participação da sociedade civil. A primeira Mesa ocorreu em agosto de 2013 e está institucionalizada com encontros bimestrais. A Mesa também foi aberta em 15 estados, com a mesma periodicidade e pluralidade. Além disso, a Mesa é especialmente importante por articular políticas de governo para os territórios e por dialogar diretamente com o movimento social.

Entre os compromissos da Mesa estão a aceleração dos processos de regularização, a garantia de recursos para desintrusão em territórios quilombolas, as mudanças nos trâmites que contribuam para antecipar problemas recorrentes, a implementação de estratégias diferenciadas para os casos de regularização mais complexos, conversas com o CNJ para agilizar as sentenças de vários processos que já estão com imissão na posse, entre outros.

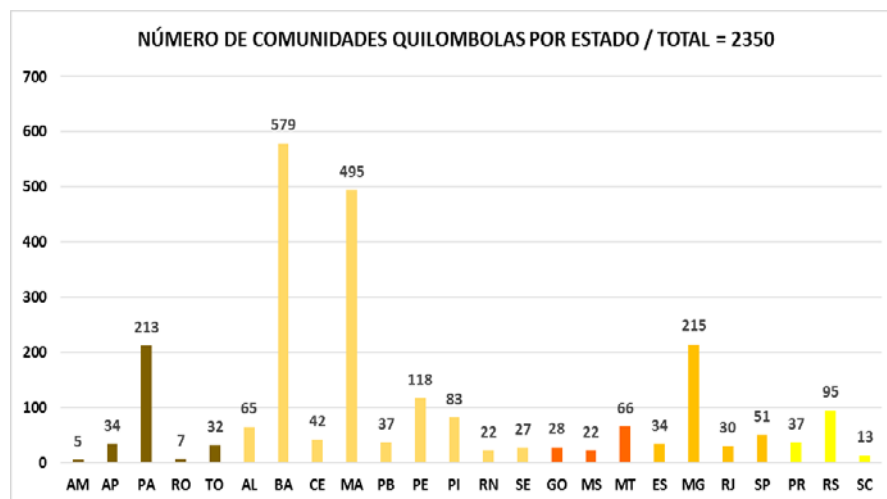
Atualmente, existem 2.350 comunidades oficialmente reconhecidas, localizadas em 728 municípios de 24 Estados da Federação. Dentre estas comunidades, 2.302 estão devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 48 comunidades sem a devida certificação, porém já tituladas por órgãos estaduais, principalmente o Pará. Não obstante, são 198 comunidades que hoje se encontram na etapa de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado, 22 comunidades com Portarias de Reconhecimento publicadas, 22 comunidades decretadas de Interesse Social e 174 comunidades que receberam título de propriedade (em 123 territórios).

## Representação da presença de comunidades quilombolas por município.



Fonte: SEPP/PR

## Distribuição das comunidades quilombolas por estado/região

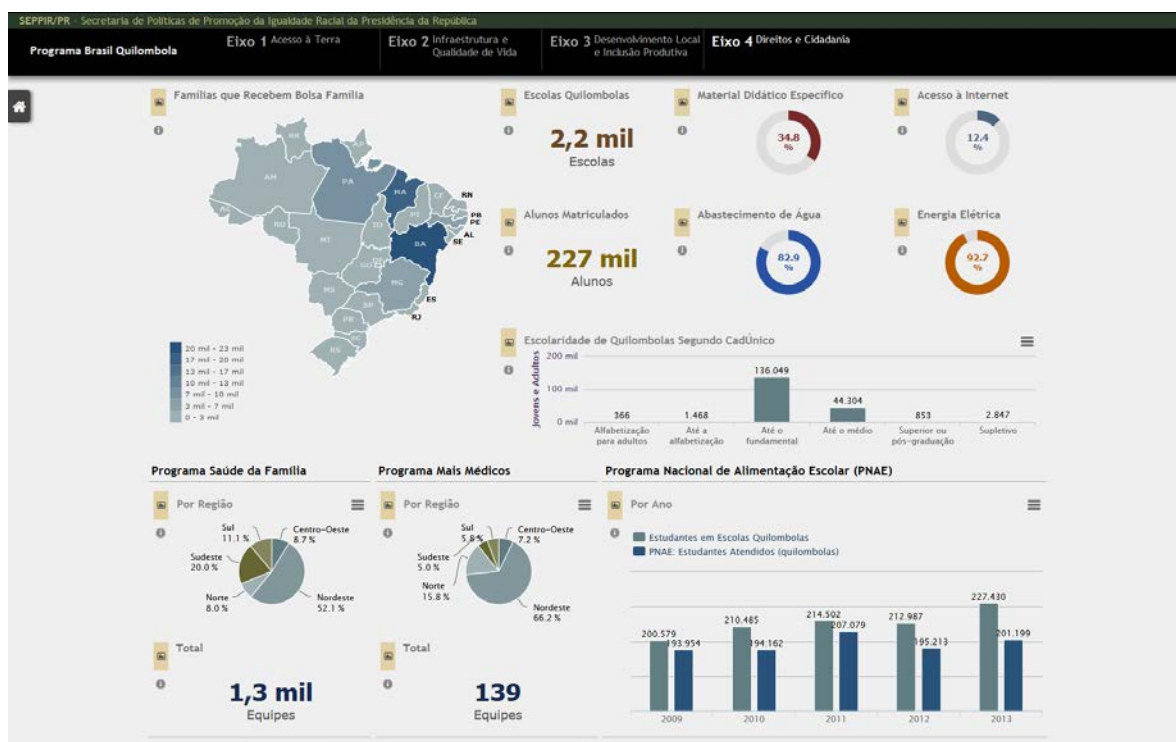


Fonte: [www.monitoramento.seppir.gov.br](http://www.monitoramento.seppir.gov.br)

## Programa Brasil Quilombola

O Governo vem fazendo um esforço de qualificação da informação sobre as comunidades quilombolas, para que os dados de certificação, processos fundiários e acesso a serviços estejam atualizados e em bases comuns. Para isso, foi criado o Sistema de

Monitoramento de Promoção da Igualdade Racial ([www.monitoramento.seppir.gov.br](http://www.monitoramento.seppir.gov.br)). Demandado pelo movimento social, o Sistema de Monitoramento é um dos maiores legados desta gestão. Esta é a interface do Sistema:



Fonte: [www.monitoramento.seppir.gov.br](http://www.monitoramento.seppir.gov.br) (acessado em 03/11/2014)

Vale dizer que o esforço de qualificação dos dados pode servir para a criação de setores censitários exclusivos quilombolas no próximo Censo 2020. É importante inserir os setores na base territorial do IBGE para que a delimitação das áreas quilombolas se tornem úteis para extração de dados sociodemográficos das comunidades.

O Programa Brasil Quilombola articula e acompanha uma série de políticas públicas, cujo objetivo final é a melhoria das condições de vida dos quilombolas. Há muitas comunidades que avançaram em determinados serviços públicos e outras que não puderam ser atendidas em suas demandas.

Com relação à Educação, conforme dados do Censo Escolar, em 2013, estiveram ativas 2.235 escolas em territórios quilombolas, com 13.757 professores e 227.430 matrículas, principalmente no Ensino Fundamental e EJA. Ainda em 2013, foram repassados R\$ 26 milhões para alimentação de estudantes quilombolas, em 1.948 escolas. Já o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) atendeu a 1.702 escolas quilombolas, com um repasse total de R\$ 6,4 milhões. O ano de 2013 também contou com avanço nos

programas de formação de professores no âmbito da educação quilombola. Vinte e oito instituições de ensino superior, de quinze Unidades da Federação, ofertaram 3.480 vagas em cursos de Especialização e Aperfeiçoamento para professores em Educação para as Relações Étnico-Raciais ou Educação Quilombola.

No que tange a Estratégia Saúde da Família, cerca de 1.300 equipes foram alocadas para o atendimento de comunidades quilombolas em 689 municípios. Ainda no âmbito da saúde, em 2013, um total de 139 médicos do Programa Mais Médicos atuaram em 293 equipes da Estratégia Saúde da Família, atendendo comunidades quilombolas de 108 municípios.

No tocante às ações para o meio rural, destacam-se a emissão de 48 mil declarações de aptidão ao Pronaf – DAP para quilombolas, das quais 10.784 ocorreram em 2013; e o atendimento de 4.145 famílias com assistência técnica e extensão rural (ATER). Outras 4.500 famílias estão em fase de identificação para receber os serviços.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único - CadÚnico vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa. Em janeiro de 2013, foi finalizada ação de qualificação e atualização da listagem das comunidades quilombolas constante do CadÚnico. A listagem conta, até abril de 2014, com 110,5 mil famílias quilombolas, em 5.076 comunidades, das quais 1.749 são certificadas e 139 tituladas.

Em relação à Infraestrutura e qualidade de vida, desde o início do Programa Luz para Todos, foram atendidos 117 mil domicílios quilombolas, mediante 29.297 ligações. Por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, de janeiro de 2012 até março de 2014, foram contratados projetos para a construção de 7.214 Unidades Habitacionais (UHs) em comunidades quilombolas. Neste período, foram gastos com estes projetos R\$ 213,5 milhões.

Quanto às ações de saneamento básico em comunidades remanescentes de quilombos, entre 2012 e 2013, foram atendidos 9.455 quilombolas de 160 comunidades em 78 municípios com obras de sistemas de abastecimento de água.

## **Outros Povos e Comunidades Tradicionais**

Ainda como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento no Sistema de Cadastro Único, até abril 2014, estão cadastradas 2.648 famílias ciganas e 3.534 famílias pertencentes a comunidades tradicionais de matriz africana.

Em janeiro de 2013, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que se organiza em três eixos estratégicos: Garantia de Direitos; Territorialidade e Cultura; e Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, com 10 objetivos, 19 iniciativas e 56 metas.

Em maio de 2013, foi realizado o Seminário Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, reunindo cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas das diferentes regiões do país, oriundas de 19 estados e do Distrito Federal. O evento proporcionou aos participantes um espaço político de discussão entre entidades e comunidades ciganas e destas com instituições do poder público federal. Neste ambiente, foi possível aprofundar o debate sobre a pauta de reivindicações dos Povos Ciganos junto ao Estado brasileiro, com ênfase no acesso diferenciado às políticas públicas de cultura, saúde, desenvolvimento social, combate à discriminação, mecanismos de defesa dos direitos humanos e valorização das culturas ciganas.

## **SISTEMA DE MONITORAMENTO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

O Sistema de Monitoramento de Promoção da Igualdade Racial é mais uma ferramenta de transparência e controle social disponibilizada ao cidadão. Lançado na III Conapir, o Sistema permite que duas grandes políticas públicas, o Plano Juventude Viva e o Programa Brasil Quilombola, possam ser acompanhadas com dados integrados e gráficos amigáveis. O Sistema também facilita o gestor na tomada de decisões, na medida em que apresenta possibilidades de cruzamentos de informações que contribuem para elaboração de diagnósticos.



# Sistema de Monitoramento

das Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Acesse aqui informações de diagnóstico e monitoramento de duas Políticas Estratégicas para a Promoção da Igualdade Racial no Brasil



## Painéis de Monitoramento PBQ

Programa Brasil Quilombola – Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



## Painéis de Monitoramento PJV

Plano Juventude Viva – Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



## Mapa de Territórios Quilombolas

Programa Brasil Quilombola – Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



## Mapas de Município

Plano Juventude Viva – Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

COOPERAÇÃO:



APOIO:



ORGANIZAÇÃO:



Fonte: [www.monitoramento.seppir.gov.br](http://www.monitoramento.seppir.gov.br) (acessado em 03/11/2014)

# Juventude

---

As políticas públicas de juventude pautam-se pela busca da autonomia e emancipação de indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, reconhecendo a juventude enquanto fase singular da vida, dotada de especificidades e rica em diversidade (social, cultural, sexual, econômica, de gênero, étnico-racial e territorial), não constituindo mera transição da adolescência para o mundo adulto.

Hoje o Brasil conta com cerca 49 milhões de jovens, o que representa aproximadamente 25% da população total (PNAD 2013).

O marco inicial da política se dá em 2005 com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

Em 2008 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Juventude, o primeiro grande processo de diálogo com a juventude brasileira. A 2ª Conferência foi realizada em 2011, dando sequência à participação social, fundamental em uma política pública tão diversa.

A partir de 2010, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 65/2010, o jovem é reconhecido como sujeito de direitos: “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

No ano de 2013 é sancionado o Estatuto da Juventude, inaugurando novo momento da política no qual novos direitos são conquistados para a juventude brasileira.

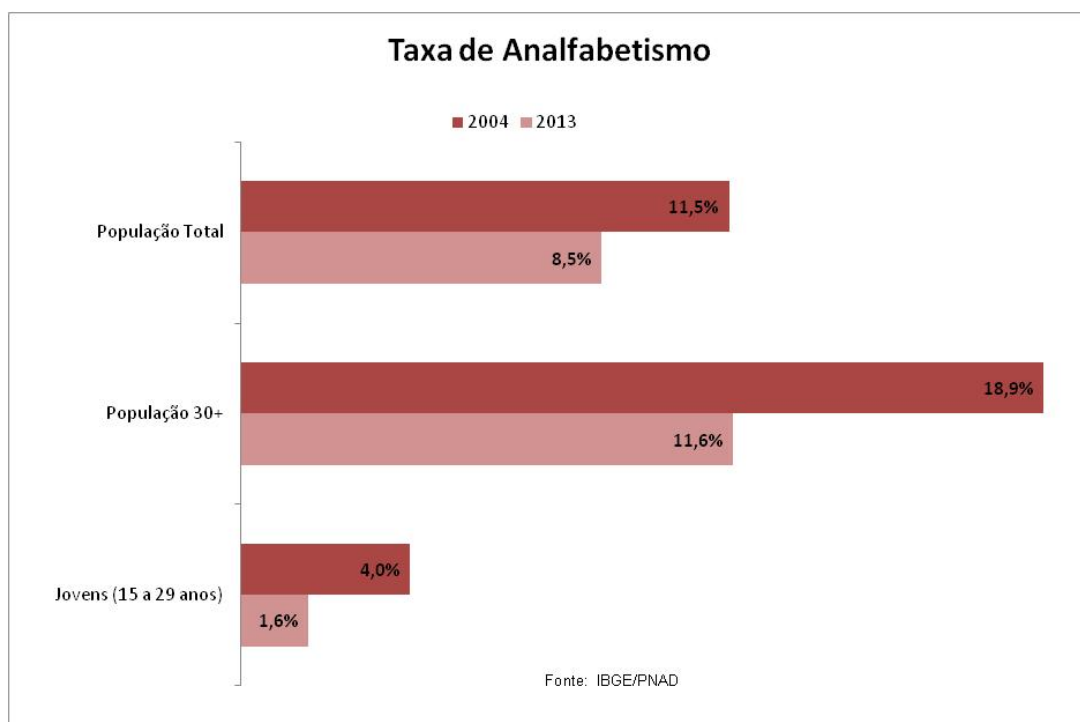
São eles o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; e à segurança pública e ao acesso à justiça.

Além da sanção do estatuto, um dos destaques no período do PPA 2012-2015 é a inovação no arranjo de gestão com a instituição do Coijuv - Comitê Interministerial da Política de Juventude (Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013), responsável pela formulação da política, do sistema e plano nacionais e respectivo monitoramento.

Também é importante o lançamento do “Participatório – Observatório Participativo da Juventude”, espaço voltado à produção do conhecimento sobre a juventude brasileira, com participação e mobilização social, inspirado no modelo de redes sociais.

Em relação à promoção da autonomia e emancipação da juventude, deve-se levar em conta que a transição da escola para o trabalho é um momento crucial no ciclo de vida dos indivíduos, pois representa o início do processo de autonomização que prepara o jovem para o futuro e permite sua contribuição para o bem-estar do país.

No tocante à alfabetização, a existência de longo período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental permitiu que se atingisse baixa taxa de analfabetismo entre os jovens, saindo de 4% em 2004 para 1,6% em 2013.



Voltado aos jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não conseguiram terminar o ensino fundamental na idade ideal, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano oferece projeto pedagógico integrado em três dimensões: elevação da escolaridade (ensino fundamental), qualificação profissional inicial e participação cidadã.

O objetivo é proporcionar a inclusão social e profissional, de modo a reduzir a desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades, além de fomentar a participação social e cidadã e o resgate de sua autonomia como sujeito de direitos.

O programa é desenvolvido em escolas públicas estaduais e conta com auxílio-financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 condicionado à frequência das atividades e à entrega dos trabalhos pedagógicos.

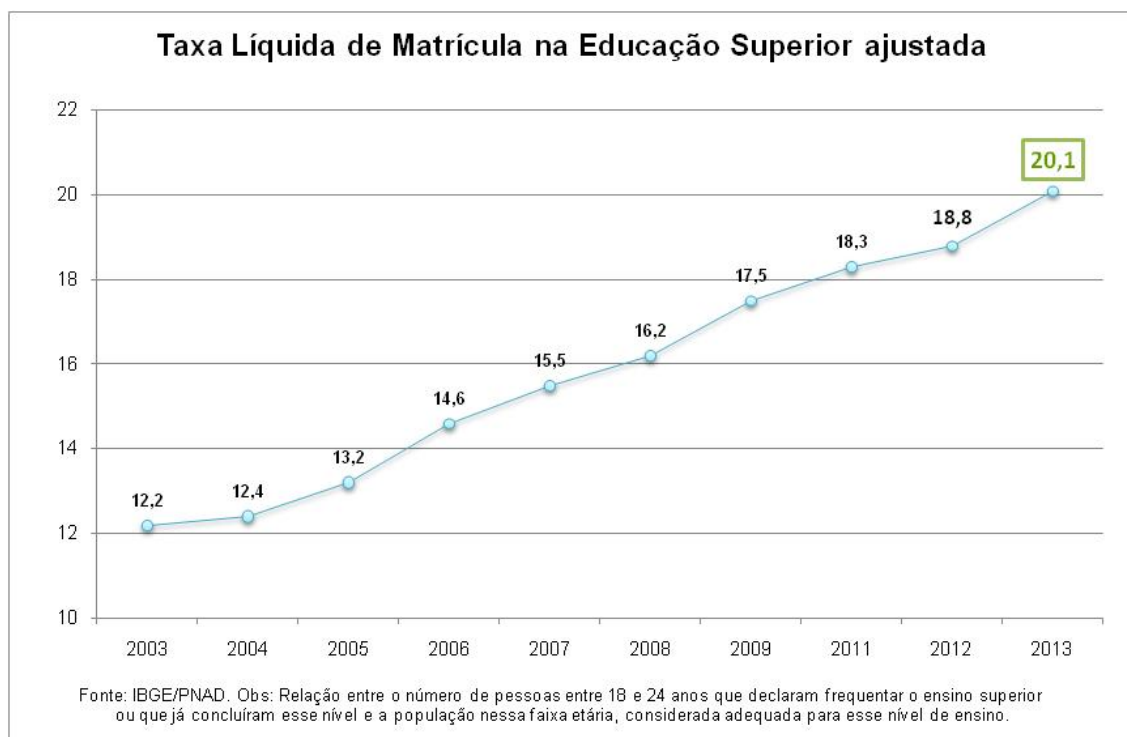
Como forma de apoiar a permanência das jovens mães estudantes até a conclusão do curso são oferecidas as Salas de Acolhimento para acolher seus filhos, de 0 a 8 anos, nos horários de aula.

Em 2012 o programa foi implementado em 309 municípios e em 2013 em 302 municípios, sendo que 67 deles integram o Plano Juventude Viva. Nesses dois anos, o programa atendeu a cerca de 200 mil jovens e para 2014 conta com a adesão de 116 municípios e de 15 estados.

Voltado aos jovens agricultores, o Projovem Campo – Saberes da Terra será implementado, em 2014, em 303 municípios e 15 estados, beneficiando mais de 46 mil jovens rurais com ações voltadas à elevação de escolaridade, propiciando a conclusão do ensino fundamental com qualificação social profissional.

O Programa apresenta um conjunto de inovações, como a gestão por meio das secretarias estaduais e municipais de educação, priorizando os municípios que compõe os Territórios da Cidadania e os 80 municípios com o maior número de escolas do campo.

De modo geral, o acesso ao ensino superior também apresenta resultados bastante positivos na última década.



A taxa líquida de matrícula na educação superior evoluiu 65% desde 2003: hoje 20,1% dos jovens de 18 a 24 anos que ainda não concluíram o ensino superior matricularam-se para iniciar sua trajetória em alguma de suas modalidades.

No mesmo período houve ampliação de 84% no número de matrículas no ensino superior: de 3,9 milhões em 2003 para 7,3 milhões em 2012.

Para que esses números continuem melhorando, encontra-se em fase de implementação a expansão da Rede Federal de Educação Superior, com meta de implantação de 47 novos *campi* até o final de 2014, dos quais 30 já iniciaram suas atividades.

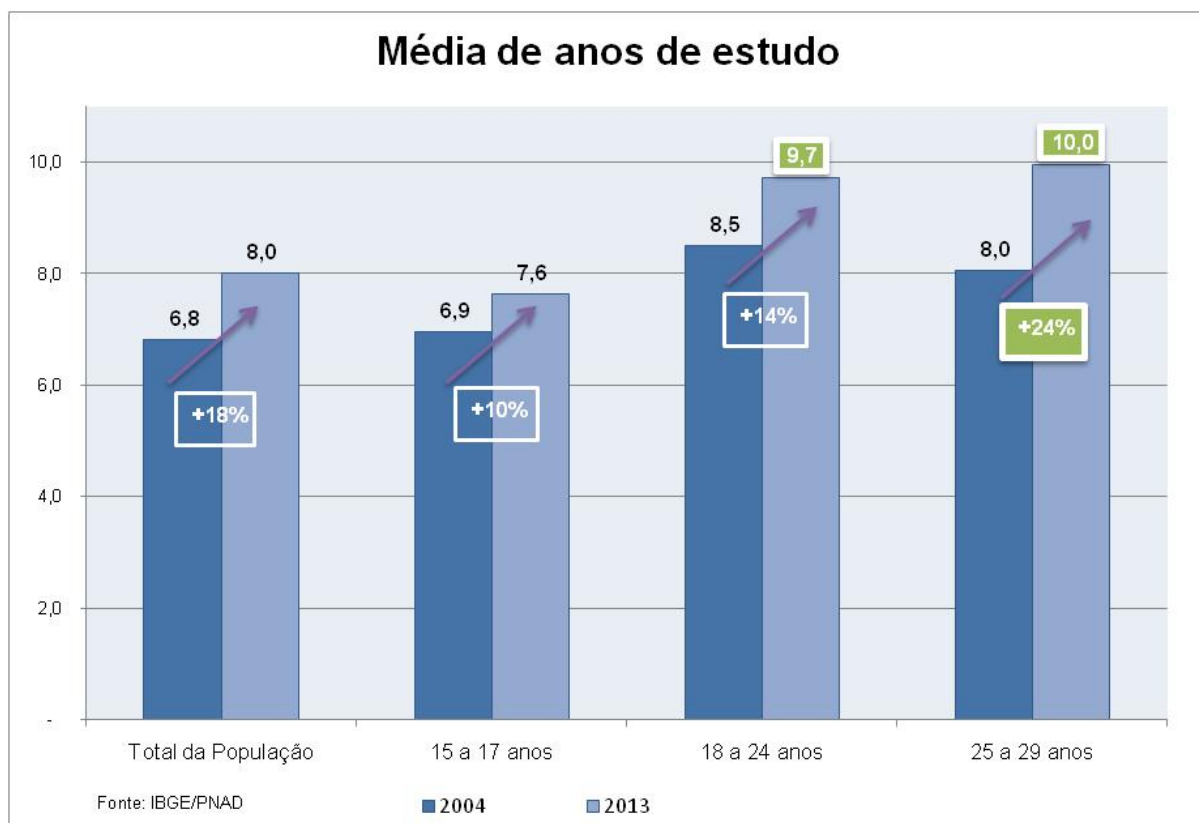
Ao final desta fase da expansão, a rede federal contará com 321 unidades em 272 municípios.

A expansão ainda prevê a ampliação das vagas de graduação presencial em cursos noturnos: em 2012 foram ofertadas 74.342 vagas, o que corresponde a 31% do total.

Importante ainda ressaltar o ProUni – Programa Universidade para Todos e o Fies - Fundo de Financiamento Estudantil, como instrumentos de acesso a instituições privadas de ensino superior.

Em 2014 o ProUni já concedeu 146 mil bolsas, alcançando a marca de 1.42 milhão de estudantes atendidos. O Fies atingiu mais de 1.69 milhão de novos contratos, 520 mil firmados apenas no primeiro semestre de 2014.

O esforço do governo federal na promoção da autonomia e emancipação do jovem via política de educação básica e de educação superior vem contribuindo para a ampliação da média de anos estudados, com valores mais expressivos na faixas etárias a partir dos 18 anos.



Com relação à educação profissional e tecnológica, o Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego tem meta de oferecer 8 milhões de vagas até o final de 2015.

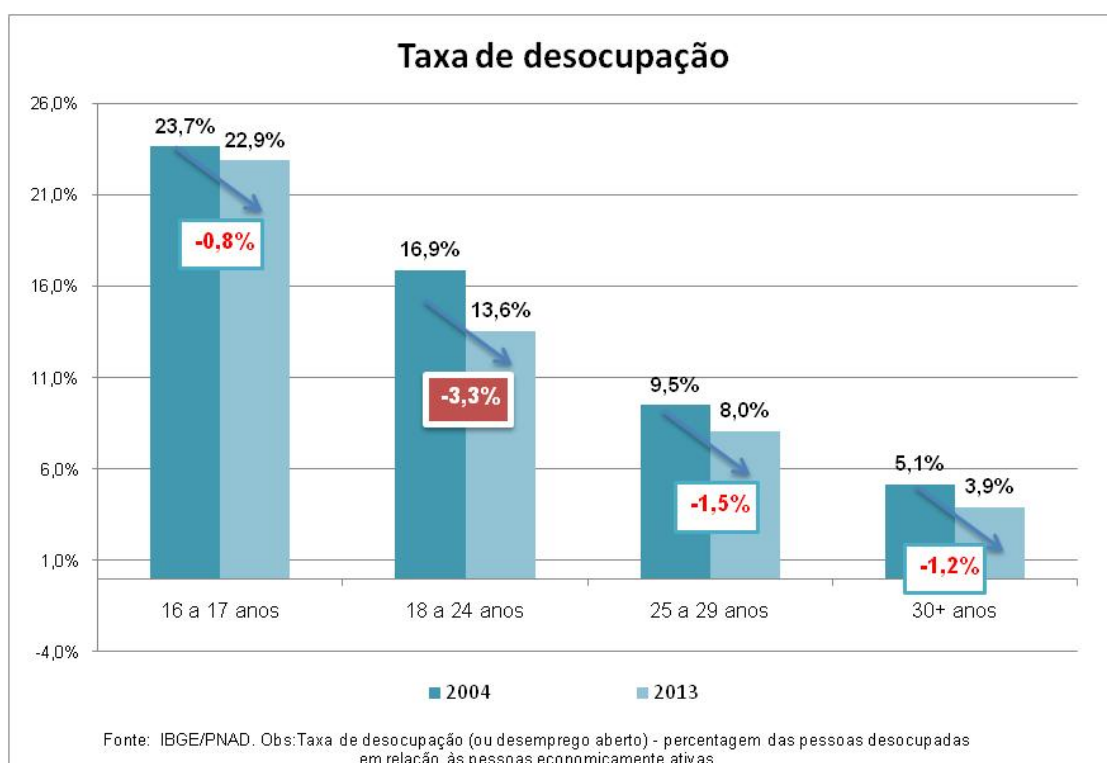
Até o primeiro semestre de 2014 cerca de 7.7 milhões de pessoas foram beneficiadas pelo programa.

A Expansão de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem previsão de entregar 208 novas unidades no período 2011-2014, sendo que 193 unidades já estão em funcionamento.

Ao final da expansão serão 562 unidades em 512 municípios.

As políticas de investimento e desenvolvimento econômico, a valorização do salário mínimo e a política de incentivo à formalização contribuíram para que a situação dos jovens no mercado de trabalho melhorasse significativamente nos últimos anos.

Um dos resultados positivos é a diminuição do desemprego para todas as faixas etárias da juventude, que caiu 3% entre 2004 (15%) e 2012 (12%). Comparando-se com a população maior de 30 anos, na qual o desemprego caiu 1,2% no mesmo período, constata-se que o ritmo de queda do desemprego foi mais acelerado para os jovens.



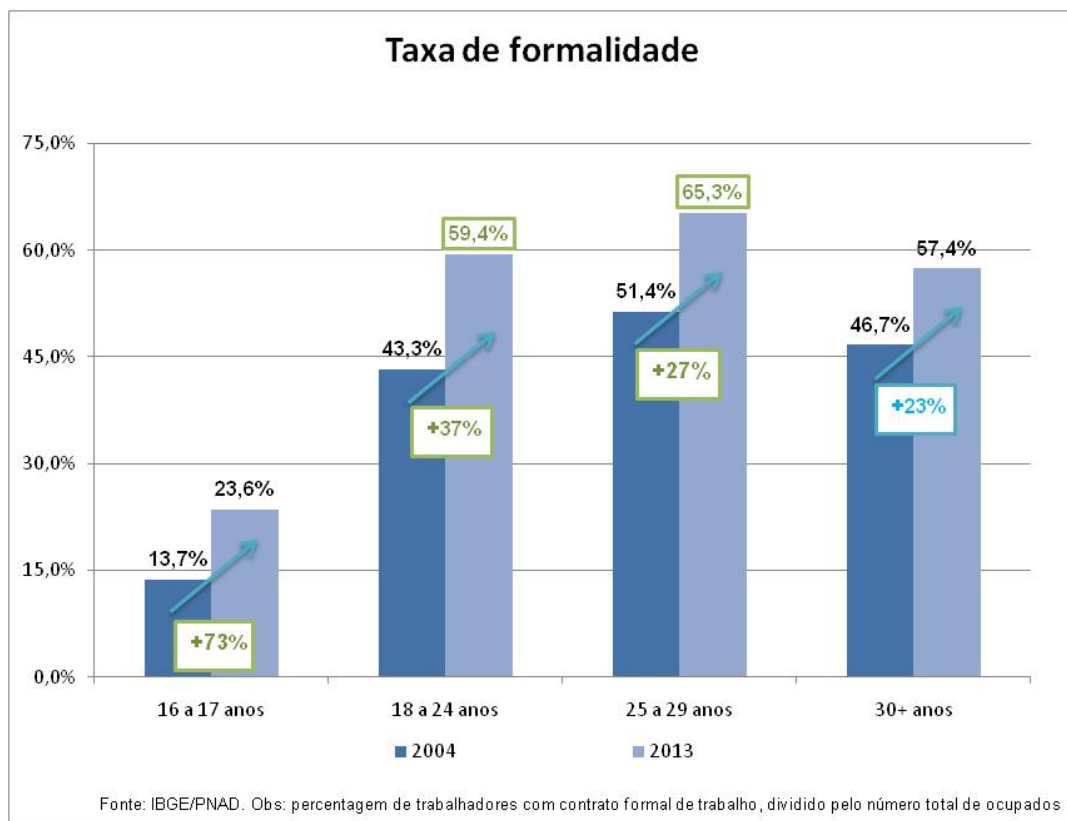
Entretanto, ainda persistem problemas graves que precisam ser enfrentados para a garantia de trabalho decente para a juventude e para evitar que, em função das desigualdades de renda, gênero, cor/raça, situação de domicílio e grau de escolaridade alcançada, os jovens ingressem no mercado de trabalho precocemente e em condições pouco favoráveis para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Um dos aspectos dessa possível precarização é a informalidade dos postos de trabalho.

No último período, entretanto, as taxas de formalidade do público jovem, nas faixas após os 18 anos de idade, têm apresentado resultados bastante positivos: de 18 a 24 anos –

59,4%; e de 25 a 29 anos – 65,3%, ante a 57,4% de trabalhadores formalizados na população com mais de 30 anos.

O crescimento da formalidade foi um fenômeno geral, mas a evolução foi mais acentuada nas faixas inferiores de idade: 16 e 17 anos – 73%; e 18 a 24 anos – 37%; ante 23% crescimento da formalidade na população com mais de 30 anos.



Em relação à taxa de formalidade das faixas etárias mais jovens (16 a 24 anos) podemos citar a contribuição da Aprendizagem Profissional, que promove a inserção protegida de jovens de 14 a 24 anos e das pessoas com deficiência sem limite de idade.

Com base em dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exige-se que médias e grandes empresas contratem, aproximadamente, número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores.

Por meio desse programa foram inseridos 854 mil aprendizes entre 2012 e o primeiro semestre de 2014, 70% da meta de 1.2 milhões até 2015. Desde 2005 foram contratados cerca de 1.9 milhão de aprendizes.

Já em relação à juventude rural, foi lançado em 2014 o Pajur - Programa de Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural, coordenado pela Secretaria Nacional da



Juventude - em parceria com o MDA, Incra, MiniCom, Minc e Conab - que aportará um conjunto de projetos e ações prioritárias e pragmáticas de intervenção na realidade socioeconômica de grupos de jovens em diversos territórios por meio da articulação de políticas públicas do Governo Federal que perpassam a realidade da juventude brasileira

O Programa associa e articula formação cidadã (com base nos preceitos agroecológicos sustentáveis), estímulos ao intercâmbio de experiências, integração de políticas públicas e ampliação do acesso a direitos e a tecnologias sociais que atendam à juventude rural.

O objetivo é assegurar a ampliação do acesso à políticas públicas, capacitação e o apoio projetos produtivos, fortalecendo a autonomia e emancipação da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.

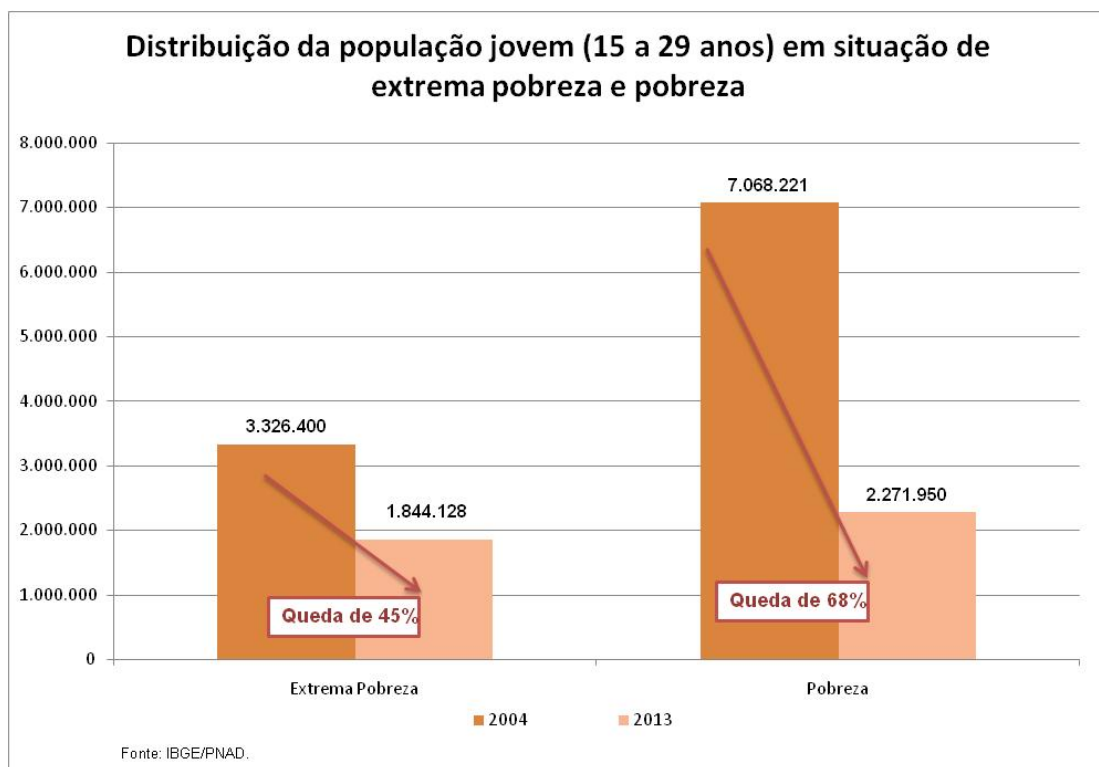
O Pajur pretende somar esforços para fortalecer a possibilidade de escolha dessa juventude, considerada estratégica para o desenvolvimento rural sustentável, pela permanência no campo de forma digna.

Ainda no tocante às ações para a juventude rural, estão sendo atendidos com serviços específicos de assistência técnica 5.180 jovens rurais.

No período de 2012/13, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional para a Agricultura Familiar, com o apoio do PRONATEC, foram qualificados 3 mil jovens agricultores familiares e 13 mil jovens e adultos participaram de cursos de formação inicial e continuada. Outros 4 mil participaram de cursos de formação de agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) com foco em questões como gestão e agroecologia.

Já a política de transferência de renda atua garantindo o conjunto dos direitos dos jovens por meio da superação da pobreza e da extrema pobreza, mitigando a necessidade de se gerar renda familiar e prevenindo a entrada precoce e pouco qualificada no mercado de trabalho dos jovens e demais membros de sua família, objetivando a quebra do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

Ao assistir a família, além de aliviar imediatamente a pobreza, a política garante o direito das crianças à saúde, à educação e à infância livre do trabalho infantil, preparando-os de forma sadia para a entrada na fase juvenil.



Apesar dos avanços já remarcados, ainda persistem situações de exclusão que interrompem a superação da pobreza.

Uma delas é a situação das jovens mulheres de baixa renda com filhos pequenos, que muitas vezes interrompem seus percursos educacionais e laborais.

As políticas públicas, portanto, devem levar em conta que parcelas expressivas dos jovens são compostas por chefes de família e cônjuges que, para que tenham seu acesso garantido ao estudo e ao trabalho, necessitam de serviços públicos de creche e educação infantil próximos de suas residência e/ou locais de trabalho.

Neste íterim, é importante a meta de construção e equipagem de 7.000 escolas de educação infantil, iniciativa que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Desde 2011 foram aprovadas 6.208 propostas para construção de creches e pré-escolas, sendo que 45% encontram-se na regiões Norte e Nordeste. Foram atendidos neste processo 2.735 municípios.

Em relação à violência contra o jovem, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Mais da metade (53,3%) dos quase 56 mil mortos por homicídios em 2012 no Brasil eram jovens, dos quais 77% eram negros (pretos e pardos) e 93,3% do sexo masculino.



## Plano Juventude Viva – Adesão Pactuada (2014)

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude, 2014

Em 2012, após diversas consultas à sociedade civil, conselhos, organizações de juventude e especialistas em segurança pública, foi formulado o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República- SNJ/SG/PR e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR.

O Plano é uma articulação de políticas públicas (44 programas de 11 ministérios) com o objetivo de ofertar ações nos 142 municípios brasileiros que concentraram, em 2011, 70% dos homicídios contra jovens.

Atualmente o plano está presente em 7 estados e 47 municípios na modalidade adesão pactuada, em que os entes são convidados a aderir ao plano em parceria com o governo federal, realizando pactuação específica de ações federais para os territórios.

Na modalidade adesão voluntária, em que as localidades devem aderir às ações por iniciativa própria às ações, 40 municípios tiveram sua adesão validada em 12 estados.

No âmbito do programa “Crack, é possível vencer!”, até o fim de 2013, foram ofertados cursos de capacitação para 141.770 educadores de escolas públicas, da Educação

Básica, habilitando-os para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar.

A partir de uma ampla pesquisa nacional realizada entre 2011 e 2013, percebeu-se que o perfil dos usuários problemáticos de crack tem grande sobreposição com aquele dos jovens vítimas de homicídio.

A partir daí, foi iniciada por meio de chamamento público (editais "VivaJovem") uma política de incentivo a projetos que promovam o protagonismo de jovens em situação de vulnerabilidade pro meio da cultura e dos esportes, fortalecendo fatores de proteção tanto contra o uso prejudicial de drogas quanto contra a violência.

Com intuito de promover o acesso da juventude ao conjunto das políticas públicas ressalta-se o Programa Estação Juventude.

Cada unidade do programa envolve a execução de uma série de ações, ancoradas em um equipamento público, fixo ou itinerante, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas e serviços que contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social.

Em 2012 foi lançado o edital para uma versão experimental, que resultou na assinatura de 22 convênios. No segundo edital, já em 2013, foram inscritos cerca de 800 projetos, evidenciando alto interesse no programa por parte dos municípios: foram classificados 151 projetos e firmados 49 convênios até o momento.

Os jovens também têm acesso à cultura e ao esporte por meio dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) e de Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), ambos pertencentes à carteira do PAC2.

No primeiro caso, os CEUs proporcionam, em um mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de possibilitar a formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

Foram contratados 348 CEUs em 318 municípios localizados em todos os estados, somando investimentos de R\$ 770 milhões no total. Destes, 91% estão em obras, sendo que 27 CEUs já estão concluídos.

Os CIEs ofertam equipamento esportivo público qualificado, incentivando a iniciação ao esporte em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. Neles, são integradas atividades voltadas ao esporte de alto rendimento para estimular a formação de atletas entre os jovens.

Os CIEs serão implantados em todos os estados com 263 municípios selecionados. Serão 285 centros com previsão de investimento total da ordem de R\$ 967 milhões. Como o programa foi criado no ano de 2013, todos os centros encontram-se em fase de contratação.

Como vimos até aqui, houve avanços na execução de ações que buscam garantir direitos aos jovens por meio não só da ampliação da rede de atendimento das políticas universais, mas também da execução de uma série de programas de inclusão e de ações afirmativas.

No entanto, ainda é preciso ampliar o acesso dos jovens a essas políticas, ainda não acionadas por todos os segmentos da juventude.

O Programa Estação Juventude atende a essa demanda: cada unidade envolve a execução de uma série de ações, ancoradas em um equipamento público, fixo ou itinerante, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas e serviços que contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social.

Em 2012 foi lançado o edital para a versão experimental, que resultou na assinatura de 22 convênios. Desses, hoje 7 Estações Juventude em funcionamento e 6 em vias de inauguração e os demais em processo de implantação.

Em 2013 foi lançado o segundo edital, no qual foram inscritos cerca de 800 projetos, evidenciando um alto interesse no programa por parte dos municípios. Foram classificados 151 projetos e firmados até o momento 49 convênios que estão, em 2014, iniciando seu processo de implantação.

# Pessoa com Deficiência

---

As pessoas com deficiência enfrentam grandes obstáculos para viver plenamente a sua vida, que incluem preconceitos que dificultam o acesso ao trabalho, barreiras arquitetônicas na moradia, na mobilidade e acessibilidade e necessidades especiais de saúde e educação, que agravam ainda mais o sofrimento geralmente associado à existência da deficiência. E esses problemas afetam quase 24% da população brasileira, segundo o Censo de 2010.

Para fazer frente a essa realidade foi instituído pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº. 7.612/2011, o **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite**, como resultado do firme compromisso político com a plena cidadania das pessoas com deficiência no Brasil. O Plano Viver sem Limite (PVSL) tem suas ações monitoradas por um Grupo Interministerial coordenado pela Casa Civil e pela Secretaria de Direitos Humanos, e tem a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

O plano tem ações desenvolvidas por 15 ministérios e a participação do **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)**, que traz as contribuições da sociedade civil. O **Viver sem Limite** envolve todos os entes federados e prevê um investimento total de **R\$ 7,6 bilhões até 2014**.

Cada eixo do PVSL trata de um aspecto das dificuldades das pessoas com deficiência e das ações em prol de superação dessas dificuldades: atenção à saúde, acesso à educação, acessibilidade e inclusão social, que formam os quatro eixos em que está estruturado o Plano Viver sem Limite. Cada ação presente nesses eixos é interdependente e articulada com as demais, construindo redes de serviços e políticas públicas capazes de assegurar garantias de direitos para as pessoas com deficiência, a partir de suas necessidades nos diferentes momentos de suas vidas.

No eixo Acesso à Educação estão as ações que garantem conteúdos específicos para pessoas com deficiência, como LIBRAS, equipamentos multifuncionais que colaboram com o aprendizado, além das ações de acessibilidade arquitetônica, tanto para o ensino básico e

fundamental como para o ensino superior, e transporte escolar acessível. As ações também preveem o levantamento e superação das dificuldades para os beneficiários do BPC frequentarem a escola e a prioridade das pessoas com deficiência para matrícula no PRONATEC.

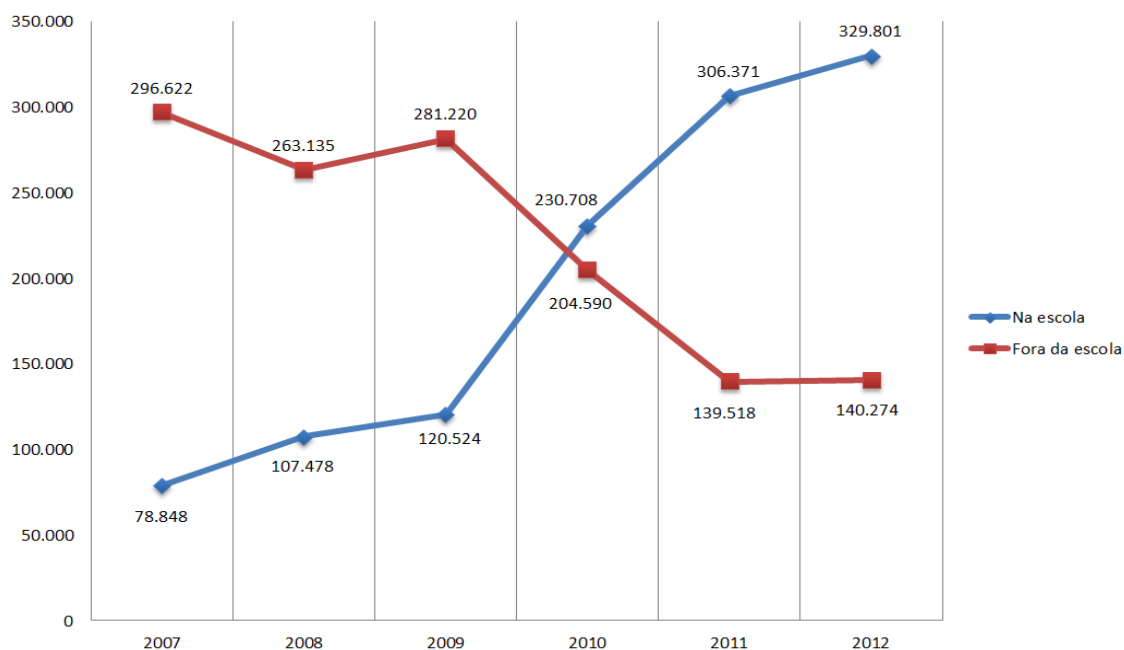
Ainda nesse eixo consta a meta de apoiar com recursos financeiros 42 mil escolas no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Acessível, para promover acessibilidade arquitetônica e adquirir equipamentos de tecnologia assistiva, destinados à eliminação de barreiras no contexto escolar, favorecendo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Desde 2011, 39.352 escolas receberam recursos, num universo de 151.884 estabelecimentos públicos (26%).

Antes do Plano Viver sem Limite, 24.000 escolas possuíam salas de recursos multifuncionais para apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O PVSL estabeleceu uma meta de implantar 15.000 salas de recursos multifuncionais e atualizar aquelas em funcionamento, com a aquisição de 30.000 kits de atualização. Até agora, 13.360 novas salas de recursos multifuncionais estão prontas e 12.317 kits de atualização foram entregues. Até o final de 2014, 30.000 kits de atualização serão entregues, e as novas salas totalizarão 17.500 unidades, superando a meta de 15.000.

Para garantir Transporte Escolar Acessível, foram adquiridos 2.304 ônibus escolares acessíveis de uma meta de 2.609 unidades, e já foram entregues 1.366.

O Programa BPC na Escola é uma das ações do PVSL, e promove visitas domiciliares aos beneficiários do BPC de 0 a 18 anos para identificação de barreiras de acesso e permanência na escola e viabilização de meios para superá-las. São 4.405 municípios com adesão formalizada; foram realizadas 121.743 visitas domiciliares; 8.840 gestores intersetoriais capacitados; e foram identificados 329.801 beneficiários do BPC com deficiência de 0 a 18 na escola na escola.

**Gráfico 1 – BPC na Escola**



O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo principal expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica do país. O PVSL garante atendimento preferencial e garante que todas as vagas ofertadas podem ser ocupadas por pessoas com deficiência, independente do ofertante, do curso e do tipo de deficiência. Para facilitar o acesso das pessoas com deficiência ao Pronatec, estão sendo desenvolvidas ações para viabilizar oferta e demanda em relação ao PRONATEC, ou seja, reunir empresas interessadas em cumprir a Lei de Cotas e pessoas com deficiência que buscam emprego. Já foram realizadas mais de 15 mil matrículas de pessoas com deficiência em cursos desse Programa.

Também estão sendo desenvolvidas ações no sentido de garantir acessibilidade na educação superior, por meio do apoio a 59 instituições federais de ensino superior. Além disso, estão sendo implementadas centrais de interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e ações visando a criação de cursos, formação e contratação de profissionais e professores com conhecimento em LIBRAS, assim como ações para inclusão do ensino de LIBRAS como disciplina curricular.

A Secretaria de Direitos Humanos realiza, desde 2013, doação de mobiliário, equipamentos e veículos para a implantação de Centrais de Interpretação de Libras – Língua Brasileira de Sinais, que têm o objetivo de atender pessoas com deficiência auditiva. Até

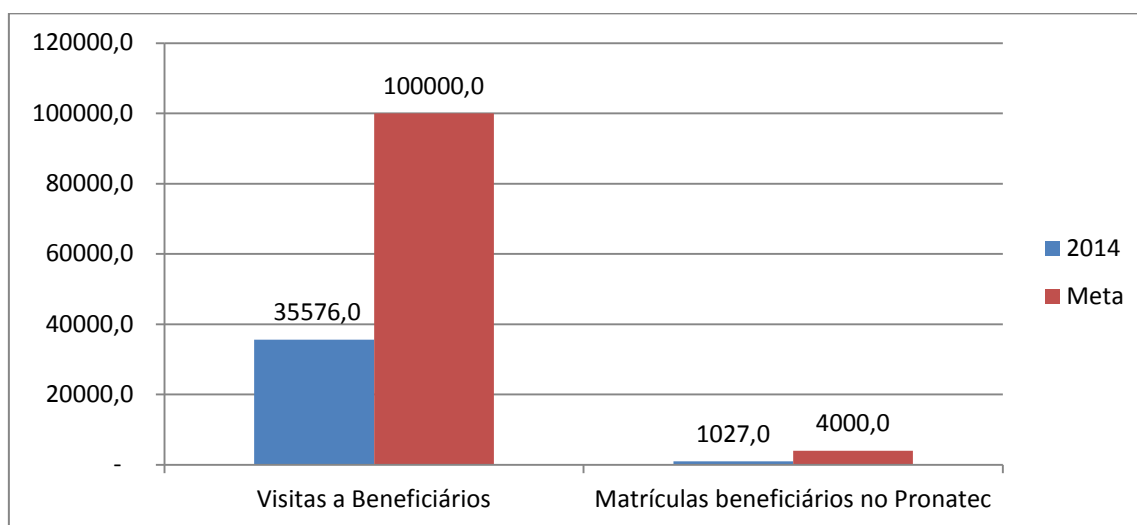


2014, 37 kits já foram entregues. Além disso, a Secretaria oferece, por meio de convênio, recursos para implantação e fortalecimento de conselhos dos direitos da pessoa com deficiência. Desde 2011, o número de conselhos municipais e estaduais passou de pouco mais de 200 para 580.

No eixo da Inclusão Social estão inseridas as ações que visam minimizar os problemas das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social – existência de residências inclusivas, implantação de Centros Dia, que são unidades do Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS) para cuidados pessoais a jovens adultos e BPC Trabalho.

Nesse eixo, a ação BPC Trabalho tem como objetivo facilitar a inserção profissional, por meio de busca ativa e de visitas domiciliares aos beneficiários com deficiência e idade entre 16 e 45 anos, para identificação e possível eliminação de barreiras de acesso e permanência no trabalho, principalmente por meio da qualificação profissional. O Gráfico 2 traz os resultados das Visitas realizadas (35.576) e das que resultaram em matrículas no Pronatec (1.027).

**Gráfico 2 – BPC Trabalho**



Fonte: Comitê Interministerial Plano Viver sem Limite

As Residências Inclusivas são equipamentos de moradia coletiva destinadas a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência. Trata-se de modalidade de Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir da organização de grupos de até 10 pessoas por residência, com acolhida e suporte à convivência a fim de promover o desenvolvimento de capacidades de autonomia e adaptação à vida diária. Da

meta de 200 unidades, 72 estão em funcionamento, com adesão de 155 municípios e seis governos estaduais.

Já os Centros-Dia de Referência são unidades de serviço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que atuam de forma articulada com demais serviços no território e que têm como objetivo ofertar cuidados pessoais, durante o dia, a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, em apoio aos cuidadores familiares. Cada Centro-Dia tem capacidade para atender até 30 pessoas por turno e seu público prioritário é composto de beneficiários do BPC, com deficiência. Da meta original de um Centro-Dia por unidade da Federação, 12 já estão em funcionamento, em São Luís-MA, João Pessoa-PB, Curitiba-PR, São Gonçalo-RJ, Natal-RN, Caxias do Sul-RS, Joinville-SC, Campinas-SP, Belém-PA, Teresina-PI, Campo Grande-MS e Aracaju-SE

No âmbito desportivo, o programa Bolsa Atleta tem financiado e estimulado o treinamento de atletas paraolímpicos visando a participação brasileira nos Jogos Olímpicos Rio 2016. O programa contemplou 100% dos atletas que postularam a bolsa e preencheram os requisitos. O apoio ao treinamento dos atletas paraolímpicos também se dá pela construção e reforma de 22 centros de treinamentos, selecionados em conjunto com os Comitês Olímpico e Paraolímpico. Além disso, os projetos de construção de Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) e de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) têm como premissa a acessibilidade aos atletas com deficiência.

Na dimensão da Acessibilidade são tratadas as ações que têm como objetivo minimizar as barreiras físicas ao deslocamento e vivência diária, como moradias adaptadas, treinamento de cães-guia e recursos para o desenvolvimento e crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva - equipamentos que facilitam as ações das pessoas com deficiência.

O acesso à habitação é garantido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), no qual as pessoas com deficiência têm prioridade de atendimento e a garantia de adaptação de suas unidades habitacionais. Desde a segunda fase do Programa (MCMV2), além de todas as áreas comuns dos empreendimentos habitacionais serem acessíveis, todas as unidades habitacionais destinadas à população de mais baixa renda estão sendo construídas com maior área interna, portas mais largas, com 80 cm de largura, cômodos que possibilitam o trânsito e giro de uma cadeira de rodas e piso com desnível máximo de 1,5mm. De uma

meta de um milhão e duzentas mil unidades habitacionais, já foram contratadas mais de 925 mil unidades.

Ao término da obra e definida a família que irá ocupar a unidade habitacional, pode ser feita adaptação no imóvel, por meio da instalação de um *kit* de adaptação, específico para cada tipo de deficiência. Por hora, o número de unidades habitacionais, é de 11.400. Sabe-se, entretanto, que o número de famílias atendidas é superior a esse: alguns grupos familiares que têm pessoa com deficiência têm dispensado a instalação do *kit* na unidade adaptável.

No campo do planejamento urbano, a ação Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência dá suporte à elaboração de planos e projetos e execução de obras de rotas acessíveis, as quais contribuem para um deslocamento confortável e seguro das pessoas, inclusive aquelas com deficiência, nas cidades. Essa ação tem o objetivo de melhorar a situação geral das calçadas brasileiras, de facilitar a circulação de pessoas no território, assim como diminuir a quantidade de acidentes em passeios. De 2013 até o momento, foram contratados com estados e municípios cerca de 35 projetos e obras de acessibilidade para a construção de 130 km de calçadas acessíveis, sobretudo no entorno de grandes empreendimentos de mobilidade urbana. Os contratos somam repasse de recursos da ordem de 33 milhões de reais.

Além disso, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a modalidade de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas objetiva proporcionar à população um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via, inclusive com elementos que promovam a acessibilidade universal. Como resultado desses investimentos, já foram executados 802 quilômetros de calçadas associadas à pavimentação asfáltica das vias.

No Eixo da Atenção à Saúde o PVSL trabalha na criação e implantação de Diretrizes Terapêuticas para os diversos tipos de deficiência, nos Centros Especializados em Reabilitação (CER), na Atenção Odontológica e no provimento de órteses e próteses. Também já alcançou a meta de instituição da triagem neonatal para todos os tipos de doença detectados pelo teste do pezinho em todas as 27 Unidades da Federação. Os testes da orelhinha e do olhinho também estão sendo implantados.

Existem três tipos de Centros Especializados em Reabilitação – CER, que atendem dois, três ou quatro tipos de deficiência. A ação de implantação dos CERs prevê construções e/ou qualificações e custeio via Sistema Único de Saúde (SUS). Os CER também contam

com transporte, para facilitar o acesso à saúde. A meta inicial, de 45 CER, foi ultrapassada, atingindo o número de 102 Centros habilitados.

Quanto à Atenção Odontológica, a meta é qualificar o atendimento no SUS para a pessoa com deficiência. Foram habilitados 469 Centros de Especialidades Odontológicas, 81 hospitais receberam equipamentos para implantação de Centros Cirúrgicos e existem mais de 5.600 técnicos em processo de capacitação.

Conforme se pode observar, a Agenda Transversal Pessoa com Deficiência obteve grandes avanços a partir do Plano Viver sem Limite, o que representa resposta significativa do Governo Federal às necessidades e demandas da população brasileira. As ações podem ser acompanhadas através do observatório do Plano Viver sem Limite, pelo site [www.pessoacomdeficiencia.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br).

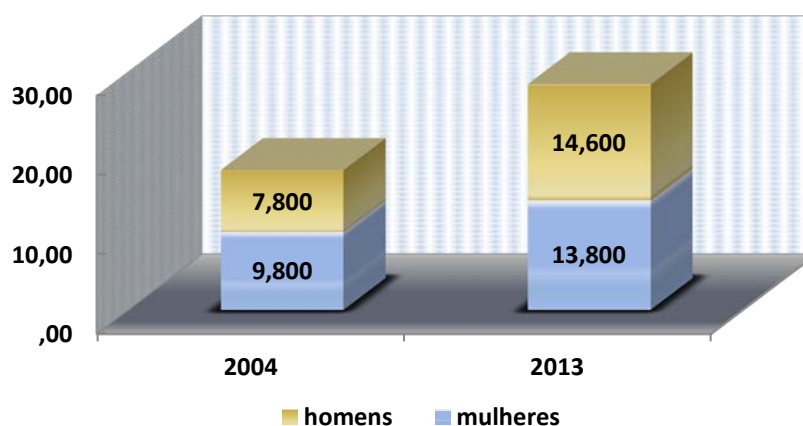
# Pessoa Idosa

---

Nas últimas décadas, o Brasil apresentou um envelhecimento populacional de forma rápida e intensa. De acordo com dados do IBGE, a população idosa saltou de 17,6 milhões, em 2004, para 26,2 milhões, em 2013, o que representa 13% da população. Diante dessa nova tendência demográfica que vem ocorrendo não só no Brasil, mas em diversos países, a tradicional visão da pessoa idosa como aquela sujeita à incapacitação progressiva nos âmbitos físico, econômico e social, contrapõe-se a uma mudança de percepção, em direção à maior possibilidade de integração e reinserção dinâmica da população idosa na sociedade.

Por um lado, o envelhecimento da população representa uma importante conquista social uma vez que é resultado da melhoria das condições de vida, da ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e curativos, do avanço da tecnologia médica, da ampliação da cobertura de saneamento básico, do aumento da escolaridade e da renda, entre outros fatores. Por outro, o envelhecimento populacional interfere na relação entre a sociedade e o estado, desafiando o governo a fortalecer as políticas já existentes, bem como criar novas políticas que possam atender as demandas da população idosa.

## Evolução da população idosa 2004 a 2013



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI

A Agenda Transversal Pessoa Idosa explicita os compromissos do Governo Federal para implementar as políticas públicas relacionadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas. Tais compromissos estão expressos em programas, objetivos e metas do PPA 2012-2015.

No que tange a seguridade social, as políticas de saúde têm importante papel para atender as demandas específicas da população idosa com intuito de promover o envelhecimento ativo e saudável. Ações relacionadas à saúde da pessoa idosa são pautadas pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria do Ministério da Saúde nº 2.528/06).

Entre as metas estabelecidas no PPA 2012-2015 que compõem Agenda Pessoa Idosa, destaca-se a implantação 602 Equipes de Atenção Domiciliar no período entre 2012 e 2014, sendo 397 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 205 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). O atendimento das Equipes de Atenção Domiciliar é voltado para pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Consiste em uma assistência multiprofissional e humanizada nos domicílios, onde o paciente recebe os cuidados de que precisa, ficando mais próximo da família. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, formadas prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeuta.

Em 2013, outro importante resultado na esfera da atenção à saúde da pessoa idosa foi a campanha nacional de vacinação contra a gripe, que no âmbito Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), alcançou 87,93% de cobertura, vacinando mais de 18 milhões de idosos.

No período entre 2012 e 2014, foram formados 2.547 alunos por meio de curso à distância de aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, com o objetivo de desenvolver habilidades profissionais visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa.

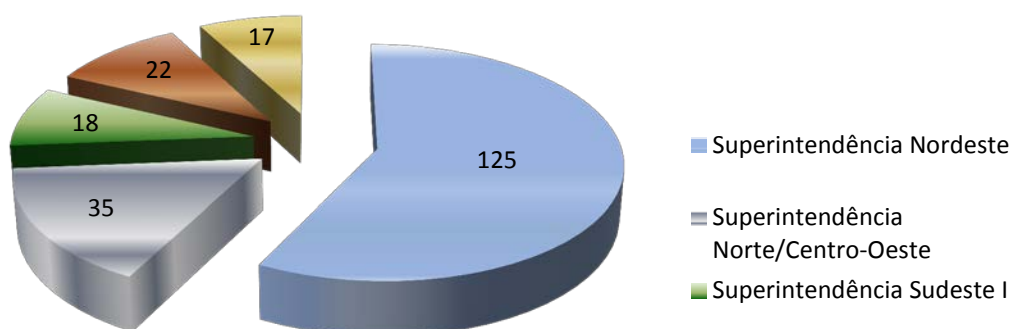
O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, alcançando 1.504 municípios do mapa da extrema pobreza, ampliando assim sua cobertura populacional, sobretudo em áreas de maior vulnerabilidade social.

Em 2013, teve início a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica (CAB) – Envelhecimento, o qual orientará na identificação da capacidade funcional da pessoa idosa, além de permitir o acompanhamento longitudinal da situação de saúde.

Cabe destacar também as academias da saúde que são espaços de promoção da saúde que incentivam a realização de atividades físicas, práticas corporais, artísticas, contribuindo para o bem estar, autonomia e a mobilização da população idosa, proporcionando também a convivência intergeracional. No período de 2011 a 2014, foram habilitados 4.071 polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado, sendo que, desse total, 1.056 polos encontram-se em processo inicial de habilitação, 1.387 estão em fase preparatória, 1.108 polos encontram-se com obras iniciadas e 520 já estão concluídos.

Em relação à política de previdência social, um dos destaques da Agenda da Pessoa Idosa é o Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX que tem como objetivo ampliar o atendimento da previdência social em municípios com mais de 20 mil habitantes. Desde o início do PEX, em 2009, até dezembro de 2014, foram inauguradas 333 unidades de atendimento da previdência social, sendo 217 no período entre 2012 e 2014.

#### **Agências Inauguradas por Superintendência (2012-2014)**

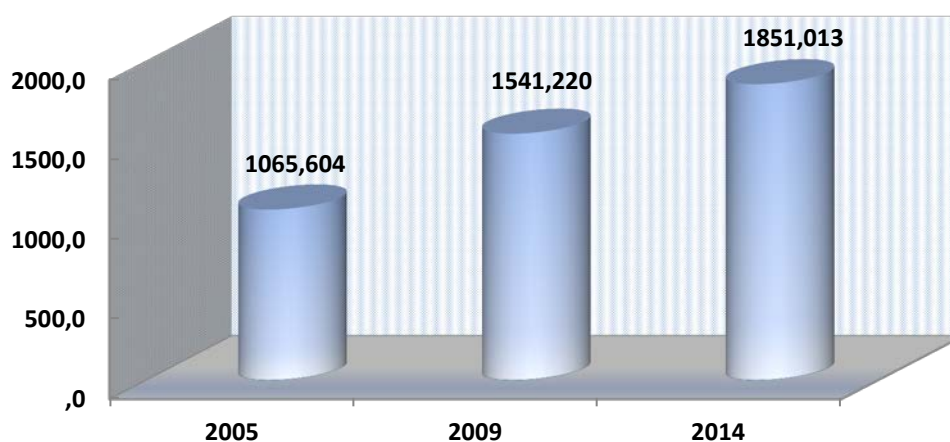


Fonte: INSS. Elaboração: SPI

Em fevereiro de 2014, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS emitiu 31,2 milhões de benefícios, sendo que 21,3 milhões foram destinados às pessoas idosas, onde 13,9 milhões eram benefícios urbanos e 7,4 milhões eram benefícios rurais.

Quanto às políticas de assistência social, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que é um direito previsto na Constituição Federal, por meio do qual as pessoas com idade de sessenta e cinco anos ou mais e as pessoas com deficiência que não tenham condições de prover o seu próprio sustento recebem um benefício de um salário-mínimo mensal. Em junho de 2014, dos 4,2 milhões de Benefícios de Prestação Continuada emitidos pelo INSS, 1,85 milhão de benefícios foram destinados à pessoa idosa.

### **Evolução do BPC pagos à pessoa idosa em milhares**



Fonte: INSS. Elaboração: SPI

Entre os serviços oferecidos pelos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. O SCFV para Idosos tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam para o processo de envelhecimento saudável, para o desenvolvimento de autonomia e de sociabilidades, para o fortalecimento dos vínculos familiares e para o convívio comunitário. Nesse serviço, são oferecidas atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer que valorizam suas experiências e estimulam e potencializam a condição de escolher e decidir, bem como a participação social. Os usuários do serviço são pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. Em agosto de 2013 (mês de referência para o Censo SUAS 2013), foram atendidos 422 mil idosos.

Os Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS ofertam serviços especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, incluindo pessoas vítimas de violência e a suas



famílias, como a pessoa idosa. As ações possibilitam a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades é viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre incentivando à autonomia da dupla “cuidador e dependente”. A intervenção visa diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa. De acordo com o Censo SUAS 2013, foram acompanhados 36.489 casos de pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar e 46.457 casos de pessoas idosas vítimas de negligência e abandono.

Em relação à política de educação, o Programa Brasil Alfabetizado – PBA foca na alfabetização de jovens, adultos e pessoas idosas. Ele tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e pessoas idosas. No período entre 2008 e 2012, o PBA atendeu a 1.719.359 pessoas idosas, representando 25,4% do total de pessoas atendidas pelo programa neste período.

Destaca-se a integração do PBA com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, a partir da inclusão dos egressos do programa de alfabetização entre os públicos prioritários da EJA, como uma forma de promover a continuação dos estudos pelas pessoas recém-alfabetizadas. No primeiro semestre 2014, foram registradas 478.592 matrículas em novas turmas no âmbito do EJA, nas esferas municipais e estaduais, abrangendo 907 prefeituras e 14 redes estaduais. Nesse contexto, a taxa de analfabetismo funcional passou de 23,4%, em 2005, para 18,1%, em 2013. No âmbito da população idosa, a taxa passou de 56,3% para 45,5% no mesmo período.

No que cabe às políticas de esporte e lazer, o Programa Vida Saudável promove acesso da pessoa idosa à prática de atividades físicas, culturais e de lazer. O Programa tem o objetivo democratizar o lazer e o esporte recreativo, priorizando o protagonismo da pessoa idosa, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário. Desde o início do PPA 2012-2015, o Programa Vida Saudável contribuiu para o acesso às atividades físicas para 61 mil idosos.

Na área do desenvolvimento urbano, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV tem como finalidade incentivar a produção e aquisição de novas unidades

habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00. O foco PMCMV é estimular a produção de habitação de interesse social pelo mercado privado formal, reduzindo o déficit habitacional do país, e ao mesmo tempo, gerando emprego e renda para a população, por meio do aumento de investimentos no setor da construção civil. No âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, desde 2009, foram beneficiados mais de 40 mil pessoas idosas com renda até R\$ 1.600,00. Do total de 650 mil unidades contratadas até janeiro de 2014, cerca de 6% foram contratadas por pessoa idosa.

Ainda em relação ao desenvolvimento urbano, há elaboração de planos e projetos e execução de obras de rotas acessíveis (rotas mais usadas pelas pessoas, trajetos que ligam pontos relevantes na estrutura urbana), as quais contribuem para um deslocamento confortável e seguro das pessoas, inclusive as idosas, nas cidades. Ao longo do ano de 2013, foram contratados com estados e municípios 35 projetos e obras de acessibilidade para a construção de 130 km de calçadas acessíveis, sobretudo no entorno de grandes empreendimentos de mobilidade urbana. Contribuindo também para oferecer condições adequadas de mobilidade e acessibilidade, inclusive para pessoas idosas, há no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a modalidade de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, que objetiva proporcionar à população um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via, com elementos que promovam a acessibilidade universal. Como resultado desses investimentos, já foram executados 802 quilômetros de calçadas associadas à pavimentação asfáltica das vias.

Entre os destaques referentes à política da pessoa idosa na alçada dos direitos humanos, o Governo Federal ampliou de forma significativa a oferta de capacitação dos profissionais que atuam como cuidadores no atendimento domiciliar, no acompanhamento particular, nas instituições de longa permanência, entre outras. Os cursos priorizam a formação para um atendimento humanizado, promovendo uma formação ética e profissional no atendimento à população idosa e suas necessidades. No âmbito Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec já foram ofertadas 12 mil vagas no curso de formação inicial e continuada em Cuidador de Idosos, com carga horária de 160 horas.

Em 2013, foi publicado o Decreto nº 8.114, que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, com objetivo conjugar esforços da União, dos estados, do distrito federal, dos municípios em colaboração com a sociedade civil, para valorização e defesa dos direitos da pessoa idosa. Na esfera do Compromisso, foi instituída a Comissão

Interministerial, composta por quatorze ministérios e de três Secretarias da Presidência da República, que é responsável por monitorar as ações de construção de políticas para garantia do envelhecimento ativo em âmbito nacional.

Cabe destaque também para o lançamento da Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa. Nesse contexto, o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos – SDH é um dos principais instrumentos para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. Em 2013, o Disque 100 registrou mais de 10 mil denúncias de violência física contra a pessoa idosa. Uma forma de violação cada vez mais comum são os abusos em contratos de crédito consignado os quais a população idosa é particularmente vulnerável. O Disque 100 registrou 16.785 denúncias de violação dos direitos das pessoas idosas que envolvem abuso financeiro em 2013, sendo que 69% das vítimas são mulheres idosas e 31% são homens idosos.

### Denúncias de violência física contra pessoas idosa por região – 2013

REGIÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Norte	93	83	51	59	72	61	66	64	26	52	39	38	704
Nordeste	461	334	364	234	270	190	198	246	178	226	215	192	3.108
Centro-oeste	126	97	83	84	67	66	76	79	47	51	60	64	900
Sudeste	731	487	429	357	341	282	308	325	249	332	334	311	4.486
Sul	258	172	171	144	134	77	133	93	99	103	105	115	1.604
<b>Total</b>	<b>1.669</b>	<b>1.173</b>	<b>1.098</b>	<b>878</b>	<b>884</b>	<b>676</b>	<b>781</b>	<b>807</b>	<b>599</b>	<b>764</b>	<b>753</b>	<b>720</b>	<b>10.802</b>

Fonte:

Disque 100/SDH. Elaboração: SPI

Por fim, vale lembrar que as políticas para as pessoas idosas passaram por um processo de institucionalização e fortalecimento nas últimas décadas. Desde a Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos da pessoa idosa, bem como a criação da Política Nacional do Idoso em 1994, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, em 2002, e o Estatuto do Idoso, em 2003. Houve também a instituição do Fundo Nacional do Idoso, em 2010, um instrumento que possibilita o financiamento de políticas na temática da pessoa Idosa. Entretanto, ainda há importantes desafios a serem enfrentados em relação violação dos direitos da pessoa idosa, sendo que a Agenda Pessoa Idosa expressa uma estratégia de governo, no âmbito do PPA 2012 – 2015, para combater situações de vulnerabilidade que continuam afligindo esta parcela da população brasileira.

# Políticas para as Mulheres

---

A institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e de promoção de sua autonomia requer a incorporação, nos instrumentos de implementação das políticas públicas, das especificidades das mulheres e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania, percorrendo uma trajetória transversal em todo o Governo Federal. Essa característica transversal da política remete à participação de outras políticas que executam objetivos específicos, mas correlatos às políticas para mulheres. Esse fator amplia a importância da reorganização de todas as políticas públicas, para garantir que as considerações sobre as especificidades das mulheres sejam assimiladas por todas as estruturas governamentais.

A transversalidade das políticas para as mulheres se evidencia no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM 2013-2015, que foi construído articulando-se as resoluções da 3ª Conferência e as disposições contidas no PPA 2012-2015, num amplo processo de pactuação de ações com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no Plano. O PNPM está organizado em dez capítulos: igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; cultura, esporte, comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. Além desses dez capítulos, há também a preocupação com gestão e monitoramento, para bem implementar, acompanhar e monitorar o PNPM 2013-2015, com integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais.

A Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres incorpora todo o PNPM 2013-2015 e é composta por 36 Programas, 111 Objetivos e 273 Metas nas áreas de igualdade racial, educação, saúde, assistência social, desenvolvimento social, direitos humanos, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, segurança pública, trabalho e emprego, meio ambiente, entre outras.

## **Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres**

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema complexo e multidimensional, agravado, ainda mais, pela tolerância que se tem com esse tipo de violência e a impunidade observada em muitos casos. Segundo dados da Central de Atendimento – Ligue 180, os autores das agressões são, em 81% dos casos, pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as vítimas. Em 62% dos casos que chegaram ao Ligue 180, a violência é cometida por companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. Os relatos de 19% apontaram como autores das agressões os ex-companheiros, ex-maridos e ex-namorados. Apenas 6% da violência têm como autores pessoas externas às relações afetivas. A violência física representa 54% dos casos relatados e a psicológica, 30%. O número de mulheres que denunciaram a violência logo no primeiro episódio aumentou, chegando a 3.150 em 2013. O crescimento indica que as mulheres estão perdendo o medo de fazer denúncias assim que as agressões se iniciam. No ano, houve 620 denúncias de cárcere privado e 340 de tráfico de pessoas. Foram registradas ainda 1.151 denúncias de violência sexual em 2013, o que corresponde à média de três por dia.

Para fazer frente a essa situação, o Brasil avançou na institucionalização de políticas e planos de enfrentamento à violência contra a mulher, com destaque para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mas especialmente com a edição da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que constitui hoje o principal instrumento protetivo das mulheres em situação de violência.

Em 10 anos, a Rede Especializada de Atendimento à Mulher mais que triplicou, passando de 332 serviços, em 2003, para 1.027 serviços, em 2013. Atualmente, existem 500 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Núcleos especializados em delegacias comuns, 231 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 77 casas-abrigo, 45 Defensorias Especializadas, 46 Promotorias Especializadas ou Núcleos de atendimento à Mulher no MP, 100 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher e 27 Núcleos de atendimento ao Tráfico de Pessoas/Mulheres.



Fonte: SPM/PR. Elaboração SPI/MP

No apoio a projetos de reaparelhamento de órgãos de segurança pública, instituições especializadas têm sido priorizadas, tendo sido aprovados 13 projetos de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres no último ano. Especial atenção também está sendo dispensada aos direitos das mulheres encarceradas, estando em discussão proposta elaborada que trata de uma política nacional específica para as mulheres presas e egressas do sistema penal. Além disso, foram transferidos aproximadamente R\$ 225 milhões para geração de vagas prisionais femininas, tendo sido contratadas 2.800 vagas em 2013.

Outro ponto importante em 2013 foi o lançamento do Programa Mulher: Viver sem Violência, que está sendo desenvolvido a partir da implementação das Casas da Mulher Brasileira, da ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (com transformação para o Disque 180, que permite acionamento imediato aos órgãos competentes), da organização e humanização do atendimento à violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios, da construção e reforma dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, da promoção de campanhas continuadas de conscientização do enfrentamento à violência contra a mulher e da distribuição de unidades móveis para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

O principal destaque do Programa diz respeito às Casas da Mulher Brasileira, equipamento público inovador no âmbito do Governo, que será construída em 26 capitais da Federação e cuja função principal será a de integrar, num único espaço físico, os serviços necessários ao atendimento à mulher em situação de violência, quais sejam: Delegacia

Especializada de Atendimento à Mulher, Promotoria Pública Especializada da Mulher, Defensoria Pública Especializada da Mulher, atendimento psicossocial, orientação e direcionamento a programas de auxílio e promoção da autonomia, dentre outros. Será realizada, ainda, a integração com os demais serviços das redes de saúde, segurança pública e socioassistencial. Dessa forma, a mulher que se encontre em situação de violência receberá um atendimento integrado, humanizado, especializado e, principalmente, ágil, aumentando a resolutividade na aplicação da Lei Maria da Penha. Já foram iniciadas as obras em Brasília (DF), Campo Grande (MS) e Vitória (ES).

No sentido de coibir a violência nas Regiões de Fronteiras Secas, bem como o tráfico de mulheres, serão criados 7 Centros de Atendimento às Mulheres em Brasília (AC), Corumbá (MS), Santana do Livramento (RS), Jaguarão (RS), Bonfim (RR), Ponta Porã (MS) e Tabatinga (AM) e ampliados os 3 já existentes localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR).

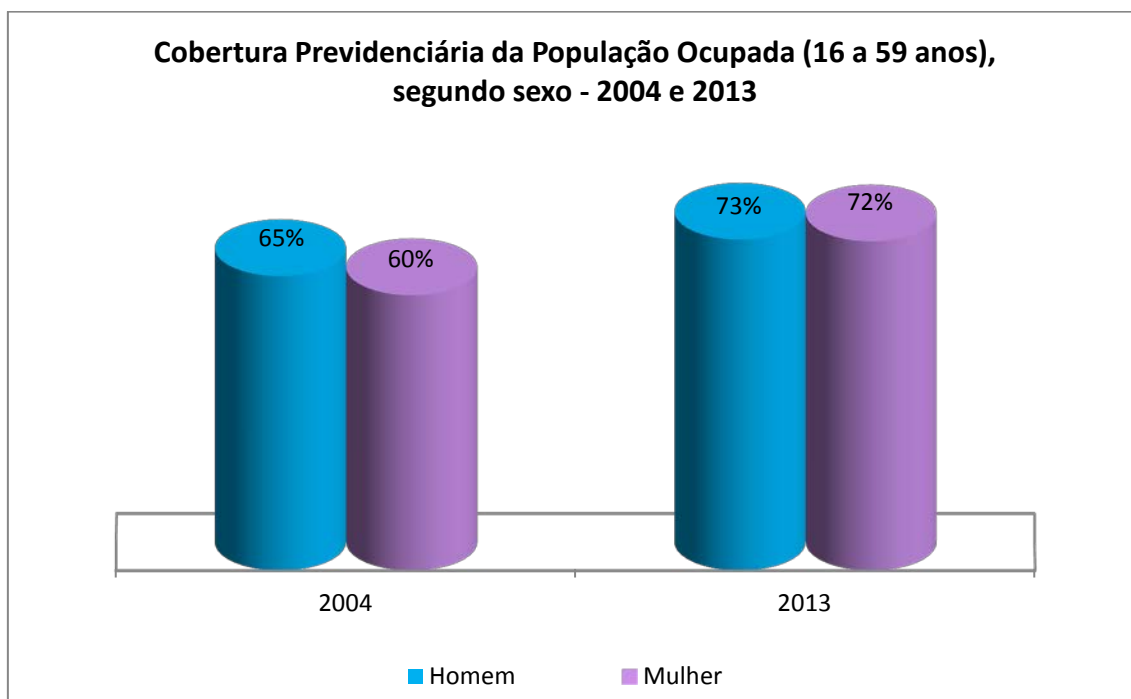
Ressalta-se, ainda, a importância das Unidades Móveis terrestres, que contribuem fortemente para a capilarização e interiorização dos serviços da Rede de atendimento, atendendo a demanda das mulheres do Campo e Floresta. Já foram entregues 53 Unidades Móveis para os 26 estados da federação e o Distrito Federal. O uso desse equipamento propicia atividades educativas, palestras, informações sobre a lei Maria da Penha e atendimento às mulheres em situação de violência. As ações são realizadas por uma equipe multiprofissional envolvendo delegacias especializadas, Defensoria Pública, Ministério Público e juizados especializados e profissionais dos estados e municípios para o atendimento psicossocial.

No que tange às ações do SUS no Programa Mulher: Viver sem Violência, destaca-se a elaboração conjunta de Norma Técnica sobre Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios (em fase de finalização), a capacitação para profissionais de saúde e segurança pública e a qualificação de 30 hospitais universitários no que se refere à atenção integral às mulheres em situação de violência e interrupção da gestação prevista em lei, bem como a qualificação de hospitais de referência em atenção humanizada às mulheres e adolescentes em situação de abortamento em regiões prioritárias do país.

### **Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica**

A questão da igualdade no mundo do trabalho vem acompanhada pela ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários, pela comparação do rendimento de mulheres e homens, pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, entre outras. Nesse sentido, é importante citar a aprovação, em 2013, da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, ampliando de 13 para 29 os direitos garantidos a essas trabalhadoras, com destaque para o seguro desemprego, o FGTS, a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa e a jornada de 8h diárias.

Em relação à cobertura previdenciária da população ocupada, dados da PNAD apontam que na faixa etária de 16 a 59 anos, a cobertura era de 62,9%, em 2004, e chegou a 72,5%, em 2013. Esse acréscimo se deve ao bom desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, associado a políticas de inclusão previdenciária como o Microempreendedor Individual – MEI e à modalidade de segurados facultativos de baixa renda. Observando-se os dados desagregados por sexo, constata-se diminuição da desigualdade de gênero em relação à proteção previdenciária, fruto da melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho.

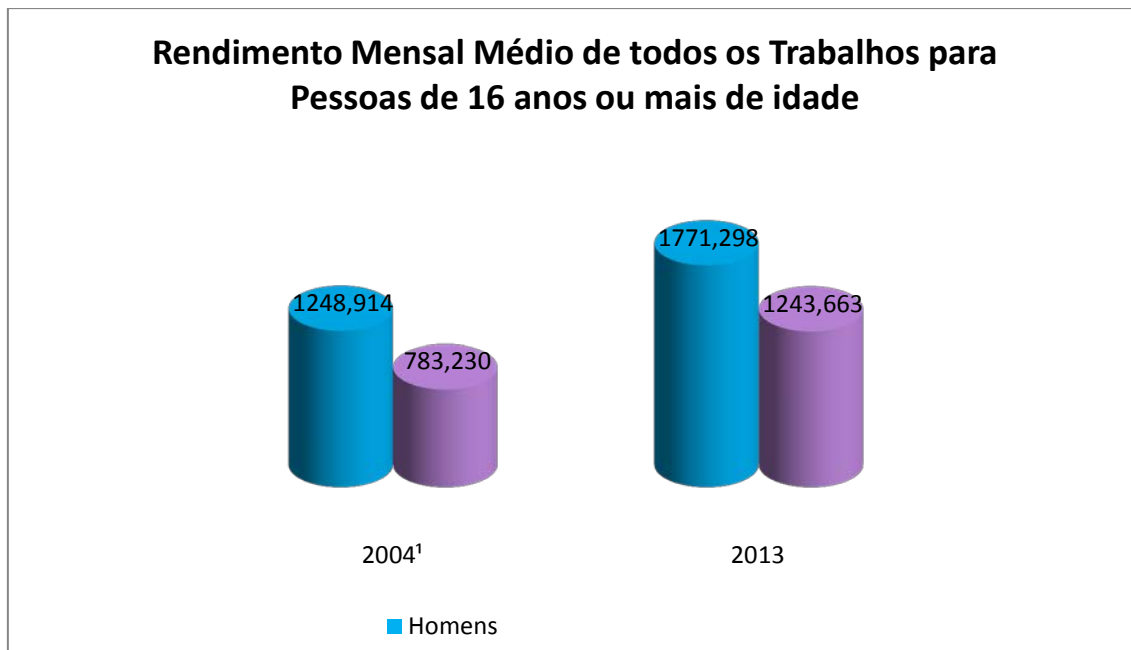


Fonte: Microdados das PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

Na comparação do rendimento mensal médio entre homens e mulheres, observa-se que ainda há uma diferença significativa. No entanto, essa diferença tem diminuído, pois em 2004 as mulheres ganhavam em média 62,7% do rendimento dos homens e, em 2013, esse



percentual cresceu para 70,2%. Em 2013, o rendimento médio dos homens foi de R\$ 1.771 e de R\$ 1.244 para as mulheres.



Fonte: Microdados das PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

<sup>1</sup> Corrigido pelo INPC para set/2013.

Quanto às admissões ocorridas no período de janeiro a dezembro de 2013, 1.352.965 mulheres foram beneficiadas com admissão por primeiro emprego; 6.889.234 mulheres foram beneficiadas com admissão por reemprego; 8.588 mulheres foram beneficiadas com admissão por reintegração e 183.354 mulheres foram contratadas por prazo determinado, totalizando 8.434.141 admissões em contratos de trabalho formais.

Em termos de capacitação, destaca-se o apoio com recursos financeiros (mediante convênios) a projetos apresentados pelo poder público estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica. Nos anos de 2012 e 2013, foram apoiados 91 projetos, dos quais 51 são para capacitações em áreas tradicionalmente masculinas. Nesse período, também houve capacitação de 16.695 mulheres urbanas, do campo e da floresta para acesso ao mercado de trabalho. No Programa Mulheres Mil que oferece cursos de educação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social, desde 2011, foram atendidas mais de 59 mil mulheres, sendo que 40% são da Região Nordeste. Somente em 2014, foram quase 20 mil mulheres atendidas. Já no âmbito do Plano

Nacional de Qualificação (PNQ), das 14,5 mil vagas ofertadas, 51% foram preenchidas por mulheres.

Uma das estratégias para a garantia do acesso das mulheres rurais às políticas públicas e para o fomento de sua autonomia econômica é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), por meio da emissão de Registro e Certidão de Nascimento (RN), Carteira de Identidade (CI), Carteira de Trabalho (CTPS), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Serviços Previdenciários (auxílio-doença, licença maternidade, entre outros), CadÚnico e, em alguns estados, também de Registro Geral da Pesca (RGP), Bloco de Notas de Produtora Rural e Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). No período 2012-2013, foram emitidos 653.026 documentos, sendo 71% nas Regiões Norte e Nordeste.

Por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais foram contratadas 14 organizações sem fins lucrativos para desenvolver projetos nas modalidades de Apoio à Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária, atendendo a 427 organizações produtivas de mulheres pelo país e totalizando 10.000 mulheres rurais atendidas por essa ação entre 2012 e 2013.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres beneficiou 3.440 mulheres rurais distribuídas por 12 Territórios da Cidadania, mediante contratos firmados em 2012 e 2013. Em outubro de 2013, a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (II CNDRSS) aprovou o percentual de 50% de atendimento a mulheres nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Desde 2012, foram contratados serviços de ATER para Mulheres que beneficiaram 440 grupos produtivos de mulheres.

Com relação ao crédito rural, nos anos de 2012 e 2013, mais de 2,5 milhões de famílias acessaram o Pronaf, sendo que, 18% dos contratos foram efetivados por mulheres. Também cabe destacar que a linha Pronaf Mulher até R\$ 30 mil passou a ser operada pela metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado em todo o Brasil. O grande público do microcrédito produtivo orientado está na informalidade, representando 92,18% do valor concedido no ano de 2013. As mulheres representaram 63% dos clientes em 2013, com um volume de microcrédito concedido de R\$ 5,7 bilhões. Entre 2012 e 2013, houve uma expansão de 30,35% no total de mulheres beneficiadas por operações de microcrédito e uma expansão de 44,16% no volume total de microcrédito concedido a mulheres.

Também vale mencionar os benefícios trazidos às mulheres pela implantação das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para consumo e para produção na região do semiárido brasileiro. Sendo a água um recurso limitado no semiárido, é tarefa frequente das mulheres, e por vezes também das crianças, a coleta de água em açudes ou outras fontes. Sendo assim, a chegada da cisterna pode significar muito mais tempo para a realização de outras tarefas. Além deste efeito, o Programa possibilita a participação da mulher em atividades de mobilização e capacitação para auxílio na construção das cisternas e no tratamento e uso da água. Até junho de 2014 foram entregues mais de 633 mil cisternas de água para consumo humano e cerca de 68 mil tecnologias sociais de água para a produção de alimentos na região do semiárido.

Além do acesso à água, como parte de uma rota de inclusão produtiva no meio rural, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais articula a assistência técnica e extensão rural especializada na pobreza rural e a transferência de recursos não reembolsáveis diretamente para as famílias beneficiárias. Esses recursos apoiam o desenvolvimento do projeto produtivo de cada família e permitem ampliar ou diversificar a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda. O Programa, desde a sua criação, dá prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Ainda no que se refere à promoção da autonomia econômica das mulheres, cabe destacar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no qual o governo federal compra alimentos da agricultura familiar e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Do orçamento geral do PAA, 5% devem ser aplicados na compra de produtos de organizações exclusivas ou com predominância da participação de mulheres. Para ampliar a participação das mulheres no Programa, é proposto aos executores um percentual mínimo de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras. Em 2013, 36.125 mulheres agricultoras forneceram alimentos para o PAA, perfazendo 37% do total de fornecedores do Programa. Nos anos de 2011 e 2012, a participação de mulheres no PAA foi de 23% e 29%, respectivamente.

A ampliação da oferta de equipamentos sociais contribui para ampliar o tempo disponível das mulheres e sua autonomia. Nesse sentido, é importante citar a ampliação do atendimento educacional por meio da construção de escolas de educação infantil. No âmbito do PAC 2, até 2012, foi aprovada a construção de 3.122 creches e pré-escolas, atendendo a

1.579 municípios, com investimento de R\$ 3,6 bilhões. Em 2013, foi apoiada a construção de 2.068 creches e pré-escolas em outros 631 municípios e investimento de R\$ 4 bilhões.

Em relação à moradia, destaca-se que o Programa Minha Casa, Minha Vida prioriza o atendimento às famílias que tenham mulheres como responsáveis pela unidade familiar. Além disso, prevê que os contratos sejam formalizados preferencialmente em nome da mulher. Nesse sentido, destaca-se que das mais de 500 mil famílias de baixa renda (que recebem até R\$ 1.600,00 mensais) beneficiadas pelo programa, 87% dos proprietários das Unidades Habitacionais são mulheres.

### **Saúde da Mulher**

Com relação à atenção à saúde da mulher, ressalta-se a criação da “Rede Cegonha”, programa que incentiva a qualificação da atenção obstétrica e infantil no Brasil, por meio de ações como a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos, bem como o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos. Todos os estados e 5.488 municípios já aderiram à Rede Cegonha, beneficiando cerca de 2,5 milhões de gestantes.

Dentre os resultados já alcançados, ressalta-se: a qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetritzas; a capacitação de 390 parteiras tradicionais em estados das Regiões Norte e Nordeste; a incorporação dos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes em todo o território nacional; e o desenvolvimento do sistema SISPRENATAL WEB, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas na Rede Cegonha.

Ainda no âmbito da saúde da mulher, o SUS tem priorizado ações de rastreamento e diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer de colo de útero para modificação do atual quadro epidemiológico. Assim, está sendo incentivada a realização do exame citopatológico e da mamografia bilateral para rastreamento. Também estão sendo destinados recursos adicionais para a qualificação dos serviços que realizam esses exames.

# População LGBT

---

A população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, conhecida pela sigla LGBT, enfrenta grandes desafios para a vivência plena de sua orientação sexual e identidade de gênero por conta da discriminação e da violência resultante da homofobia, ainda muito presentes na sociedade brasileira. A invisibilidade social e as discriminações sofridas por essa população trazem como consequência um tipo especial de fragilidade, que demanda a atenção dos gestores na construção e aplicação de políticas públicas de defesa e suporte, além da implantação dos mecanismos que as efetivem. As próprias tentativas de aplicação de políticas afirmativas sofrem forte resistência dos setores mais conservadores da sociedade.

Discriminações são violências cometidas contra indivíduos pelos mais diversos motivos. A discriminação traz consigo um forte componente simbólico, ou seja, é uma violência que se exerce por atos e palavras que oprimem ou destroem física e psicologicamente, por olhares de raiva ou desprezo, pela preterição nas seleções profissionais, além de vários outros sinais de rejeição. Apenas os membros da população discriminada percebem em toda a sua extensão a forma e a dimensão do preconceito, que influencia não apenas na conformação das identidades individuais, mas também no delineamento de possibilidades de existência e trajetória de vida da população LGBT na sociedade.

A Agenda Transversal da População LGBT reúne os programas e ações de Governo Federal, com iniciativas intersetoriais amplas, que incluem os temas de saúde, assistência social, política para as mulheres lésbicas, educação básica, autonomia e emancipação da juventude e promoção e defesa dos direitos humanos. São basicamente ações de promoção e defesa de direitos, promoção da autonomia, e, principalmente, enfrentamento à violência de que são vítimas frequentes. A coordenação das ações é feita pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Coordenação Geral de Direitos LGBT, vinculada à Secretaria Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos. Ela é responsável pela coordenação da formulação e pela implementação de políticas públicas voltadas a essa população, além das articulações a nível nacional e internacional com outros órgãos vinculados ao tema.

Algumas ações foram realizadas no sentido de se conhecer a realidade da população LGBT no Brasil e se produzir dados que possibilitem o entendimento dos maiores condicionantes de sua vulnerabilidade. No Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 60 mil casais homossexuais residentes sob o mesmo teto no país. Apesar do recorte restrito, pela primeira vez houve um número censitário sobre as relações estáveis homoafetivas no Brasil, recentemente reconhecidas como união civil pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 2011, foi lançado pelo Governo Federal o I Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, e em 2012 o II Relatório, com números ainda maiores de violências registradas. O crescimento dos números não reflete necessariamente o aumento da violência, mas sua maior visibilidade, podendo refletir maior eficiência e conhecimento dos canais de denúncia. Tais dados são fundamentais para o enfrentamento a todas as formas de homofobia e às demais formas de preconceito no país, possibilitando a quantificação e percepção da realidade de violações de direitos humanos vivida pela população LGBT.

Entende-se homofobia como preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas. Neste conceito<sup>4</sup> estão incluídas a lesbofobia, a gayfobia, a bifobia e a transfobia. Entre o primeiro (2011) e o segundo Relatório (2012) houve crescimento de 166% no número de denúncias, que passou de 1.159 para 3.084. O primeiro demonstrou que, de janeiro a dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. No Relatório de 2012 (ver **Quadro 1** abaixo), ocorreram 9.982 violações denunciadas em 3.084 situações, envolvendo 4.851 vítimas.

---

<sup>4</sup> A discussão conceitual sobre a denominação de homofobia, de maneira genérica, ou a utilização de suas variações – lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia, ou homo-lesbo-transfobia é ponto importante nas discussões do CNCD/LGBT por tratar da visibilidade e especificidade das várias formas de violência perpetradas contra essa população.

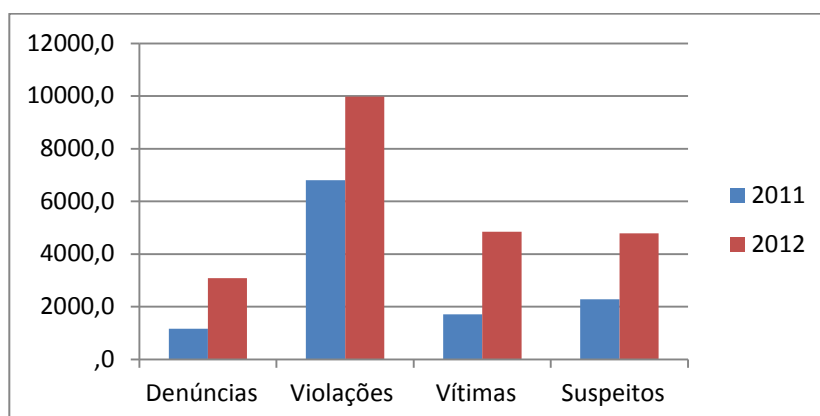
### Quadro 1 – Comparação de I e II Relatório de Violência Homofóbica

I e II Relatório sobre Violência Homofóbica	2011	2012	% de aumento
Denúncias	1.159	3.084	166,09%
Violações	6.809	9.982	46,60%
Vítimas	1.713	4.851	183,19%
Suspeitos	2.275	4.784	110,29%
Média violação/vítima	3,97	3,23	

Fonte: SDH

No Relatório de 2011 as denúncias foram feitas principalmente pelas próprias vítimas (41,9%), enquanto no segundo Relatório, as denúncias foram feitas principalmente por terceiros (47,3%).

### Gráfico I – Comparação dos números do I e II Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil



Fonte: SDH/PR

Tais números trazem algumas revelações importantes: a primeira diz respeito ao padrão de sobreposição de violências cometidas contra essa população. Os dados revelam uma média de 3,97 (2011) e 3,23 (2012) violações sofridas por cada uma das vítimas, o que parece indicar como a homo-lesbo-transfobia se faz presente no desejo de destruição (física, moral ou psicológica) não apenas da pessoa específica das vítimas, mas também do que elas representam - ou seja, da existência de pessoas LGBT em geral.

Outro aspecto trazido pelas estatísticas é o maior número de suspeitos em relação ao de vítimas. A diferença acentuada sugere o caráter de violências cometidas por mais de um agressor ao mesmo tempo: grupos de pessoas que se reúnem para espancar homossexuais é um exemplo comum deste tipo de crime.

É fundamental salientar que essas estatísticas referem-se às violações reportadas, não correspondendo à totalidade das violências ocorridas cotidianamente contra LGBT, infelizmente mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público.

Apesar da subnotificação, os números apontam para grave quadro de violências homofóbicas no Brasil: no ano de 2011, foram reportadas 18,65 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia, subindo esse número para 27,35 em 2012. A cada dia, durante o ano de 2011, 4,69 pessoas foram vítimas de violência homofóbica no país, e em 2012, 13,29 pessoas, tal como reportado nos dois Relatórios. Tais violências são agravadas quando as vítimas são do gênero feminino, negras, ou ainda, jovens.

Na apresentação do Segundo Relatório, o Governo reconhece que:

“Promover e defender Direitos Humanos exige inúmeros e contínuos esforços. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) trabalha com determinação para criar políticas públicas capazes de responder aos mais diferentes anseios da sociedade em termos da efetivação dos direitos de todas as pessoas. Para isso, assume uma postura crítica e verdadeira, expondo os avanços conquistados nas últimas décadas, mas também **demonstrando que ainda há inúmeras violações de Direitos Humanos presentes em nossa sociedade que precisam ser visibilizadas para, assim, serem enfrentadas com maior propriedade e eficácia.**

As persistentes violações de Direitos Humanos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) são um melhor exemplo dessa postura. Em 2012, pela primeira vez no Brasil, foram lançados dados oficiais sobre as violações de Direitos Humanos da população LGBT reportadas ao Poder Público Federal por meio do “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, no ano de 2011.

O aumento significativo do número de violações noticiadas ao Poder Público Federal é extremamente preocupante e exige uma postura firme e comprometida, não só do Governo Federal, como também dos Governos Estaduais e Municipais,



**dos demais Poderes da República, da sociedade civil e de cada cidadão e cidadã individualmente.”<sup>5</sup>**

É fundamental ressaltar que se trata, sobretudo, da consciência e mudança de atitude de cada um, pois os tipos de violações de direitos e violência estão disseminados em todas as camadas da sociedade, com maior incidência em certos grupos específicos, e que a mudança nesse quadro exige a coparticipação da sociedade.

No que se refere à participação de todos os poderes da república, vale ressaltar a dificuldade de aprovação do Projeto de Lei 122/2006, que criminaliza a homofobia no Brasil, que teve seu texto apensado ao Novo Código Penal e adiada a sua apreciação pelos senadores, além de as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” terem sido suprimidas do texto original, o que vai requerer ações de mobilização da sociedade e do Governo na tentativa de manutenção das mesmas. Quanto ao PL 658/2011, que reconhece o nome social de travestis e transexuais, está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, mas os mesmos já são atendidos pelo SUS com seu nome social.

Uma das ações de enfrentamento da realidade da violência pelo Governo Federal foi a realização de campanha de maior amplitude em 2011: FAÇA DO BRASIL UM TERRITÓRIO LIVRE DE HOMOFÓBIA. Também, no dia 29 de janeiro de 2013 – dia da Visibilidade TRANS foi realizada campanha de estímulo às denúncias de transfobia no Disque Direitos Humanos. As denúncias podem ser encaminhadas por três canais: o Disque 100, que atende denúncias sobre violações de Direitos Humanos em geral, mas cujos atendentes recebem treinamento específico para o atendimento da população LGBT; o Ligue 180, que atende as denúncias de violências contra a mulher e gera automaticamente uma notificação, se constituindo num canal alternativo para as mulheres lésbicas, e a Ouvidoria do SUS.

Os avanços para a cidadania e fortalecimentos dos direitos de LGBT nos últimos anos foram principalmente a criação do Conselho Nacional contra a Discriminação – CNCD/LGBT e a aprovação de inúmeras leis estaduais e municipais que estabelecem multas e sanções para as situações de discriminação. Com o objetivo de se criar uma rede de combate à homofobia e promoção de direitos LGBT foi lançado o Sistema Nacional de

---

<sup>5</sup> Apresentação do RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL: ANO DE 2012, pág 7.

Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT em junho de 2013, o qual tem como meta combater os determinantes sociais, culturais e ambientais da violência. O Sistema Nacional LGBT também atua no sentido da efetivação de políticas afirmativas, através do diálogo e da articulação interfederativa na busca da equidade de direitos, na criação de órgãos executores de políticas LGBT, na instituição de conselhos e políticas públicas estaduais, municipais e no Distrito Federal, além da criação de uma rede de enfrentamento à violência contra LGBT. Nesse sentido foi criado o Comitê Nacional de Políticas LGBT, que reúne gestores e gestoras LGBT para pactuação de linhas a serem adotadas nas políticas dos estados e municípios de que são representantes.

Também fazendo parte desse sistema, foram implantados oito Comitês de Enfrentamento a todas as formas de homofobia (homo-lesbo-transfobia), nos estados do Amazonas, Distrito Federal, Pará, Piauí, Alagoas, Acre, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os Comitês são espaços de implementação do Sistema Nacional LGBT e suas estruturas e também de controle social e monitoramento das denúncias de violações contra essa população recebidas pelo Disque Direitos Humanos. São espaços de articulação entre a sociedade civil organizada, instituições privadas e governo visando acompanhar e monitorar casos de homofobia, lesbofobia e transfobia a fim de evitar a impunidade e o esquecimento dos mesmos.

#### **Comitês de Enfrentamento à Homo-lesbo-transfobia:**



Já os Centros de Promoção e Defesa de Direitos LGBT são espaços de acolhimento e encaminhamento de vítimas LGBT e seus familiares e amigos e estão em fase de conclusão

e aguardando a inauguração centros em cinco estados: Bahia, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Alagoas.

### **Centros de Promoção e Defesa de Direitos LGBT:**



Nesses últimos anos novos conselhos estaduais e municipais LGBT foram criados em todo o Brasil. Ao todo, já existem Conselhos Estaduais em Goiás, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Roraima, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. Os Conselhos Municipais estão instalados em São Paulo, Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba e São Carlos/SP, Alagoinha e Belém do São Francisco/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Cariacica/ES, Itapipoca/CE, João Pessoa/PB, Maceió/AL, São João Del Rey/MG, Alagoinhas/BA, Boa Vista/RR e Rondonópolis/MT.

Foram criados Grupos de Trabalho de Segurança Pública nos Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e implementadas alas específicas para gays, travestis e transexuais nos presídios dos estados de Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Além dessas ações, estão distribuídos nos programas de governo, entre ações de saúde, políticas para as mulheres, assistência social, educação básica e autonomia e emancipação da juventude, recortes referentes à orientação sexual.

Uma das ações em destaque é a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2009 e publicada por meio da Portaria nº 2.836 de 01 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, assinada durante a 14ª Conferência Nacional de Saúde. Nesse mesmo dia também foi assinada a Resolução da CIT - Comissão

Intergestores Tripartite- nº 02 que aprova o Plano Operativo que apresenta estratégias e ações para as gestões federal, estadual e municipal a serem implementadas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Dentre as ações previstas no Plano Operativo está a ampliação do Processo Transexualizador no SUS através da Portaria nº. 2.803, de 19 de novembro de 2013, que identifica e amplia a rede de atenção à saúde e a linha de cuidado de transexuais e travestis, atualizando o processo de habilitação dos serviços que prestam assistência aos usuários (as) com demanda para o Processo Transexualizador e estabelece padronização dos critérios de indicação para a realização dos procedimentos previstos, de transformação do fenótipo masculino para feminino e do feminino para o masculino e garantindo a hormonização de pessoas travestis e transexuais pelo SUS. Ainda em relação à saúde de transexuais e travestis, destaca-se a inclusão do nome social de travestis e transexuais no Cartão do Sistema Único de Saúde – Cartão SUS - que reconhece a legitimidade da identidade desses grupos através do acesso à rede pública.

O instrumento de notificação às violências interpessoais e autoprovocadas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) passa por aperfeiçoamento incorporando as violências por motivação homo/lesbo/transfóbica, bem como a informação acerca da identidade de gênero e orientação sexual da pessoa atendida e inclui um campo para o nome social da vítima de violência.

A criação de espaços de participação social e de diálogo da gestão com os movimentos sociais tem se ampliado com a criação de Comitês Técnicos de Saúde LGBT e Comitês de Equidade em Saúde nos estados e municípios. Houve também aumento do número de unidades de saúde com notificação de violência, que passou de 5.898 para 9.124 em 2013, e apoio aos núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nos 26 estados e no Distrito Federal.

Foi apoiada a oferta de vagas para 7.095 profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, perfazendo um total de 12.572 vagas desde 2011, no Programa Gênero e Diversidade na Escola. Foi realizada capacitação de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher – Disque 180 - no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.

Foram distribuídos materiais pedagógicos para 45 mil escolas públicas do país para enfrentamento do *bullying* no ambiente escolar e oferecido o curso Escola que Protege, sendo 2.385 vagas apoiadas em 2013 para formação continuada de professores e profissionais que atuam na Rede de Proteção Integral, contemplando entre outros temas questões ligadas ao enfrentamento do sexismo e da homo-lesbo-transfobia.

Nas ações para Juventude passou-se a incorporar o enfoque do jovem LGBT, com o assento da Secretaria Nacional da juventude no CNCD/LGBT, além da realização de audiências dessa Secretaria com organizações da sociedade civil para tratar da temática LGBT.

No que se refere à capacitação de lideranças das mais variadas temáticas, só em 2013 chegou a 1.097 o número de oficinas, de periodicidade anual, para formação de lideranças comunitárias e educadores populares, através da Rede de Educação Cidadã.

# População em Situação de Rua

---

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo, mas seus membros possuem em comum a pobreza extrema, a inexistência ou fragilidade dos vínculos familiares e a inexistência de moradia convencional regular. Atualmente essa população é estimada em 50.000 pessoas.

Historicamente, seus membros não têm disposto de maiores possibilidades de organização, mas em 1999 surgiu o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) com a realização do 1º. Encontro Nacional de Catadores de Papel. E no início dos anos 2000, como resposta a diversos episódios de violência contra a população em situação de rua, surgiu o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Sua formação foi fruto da crescente indignação com a violência e negação de direitos a que esse público está submetido. Dentre as manifestações que deram origem ao MNPR se destaca o 1º Ato pela Vida que ocorreu na cidade de São Paulo no dia 22 de agosto de 2004 e o III Festival Lixo e Cidadania que aconteceu em Belo Horizonte em setembro de 2004. Desde então, o MNPR conquistou diversos avanços, podendo se destacar a realização da primeira Pesquisa Nacional da População de Rua, a conquista de um assento no Conselho Nacional da Assistência Social e no Conselho Nacional de Saúde, e a implantação de diversos comitês estaduais e municipais da população em situação de rua. Em 2003, tem início um encontro anual da Presidência da República com as lideranças de catadores e de população de rua, e a partir de 2005, cresce no país um movimento de articulação dessas pessoas que têm na formulação e acesso às políticas sociais específicas sua principal bandeira de luta.

Como resposta a esse movimento, o Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e a instalação do Comitê Intersetorial para o seu Acompanhamento e Monitoramento – CiampRua, que se constituiu na conquista de maior expressão quanto à formulação e implementação de políticas públicas para esse grupo populacional. O apoio técnico-administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê são proporcionados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

A principal demanda, sem dúvida, é a saída da condição de morador de rua, com acesso e possibilidade de manutenção de moradia apropriada ou funcionamento dos centros de albergamento, esses últimos podendo funcionar como situação provisória ou definitiva

para algumas pessoas, idosos especialmente, ou para aqueles que não têm condições de acesso e manutenção de uma habitação. Foi criado um grupo de trabalho ligado ao programa Minha Casa, Minha Vida destinado a discutir a criação de moradias transitórias como alternativa de atendimento habitacional para essa população – opção ao albergamento e à propriedade definitiva.

A situação de extrema vulnerabilidade dessa população também a coloca como público das políticas públicas voltadas para geração de trabalho e renda, ampliação do acesso aos serviços de saúde e de assistência social, enfrentamento à violência e fim do preconceito.

As políticas públicas de atendimento a essa população são apresentadas basicamente em três dimensões da atuação do Estado:

- promoção e defesa de direitos dessa população, como a existência de unidades de atendimento e acolhimento de qualidade, a busca, contagem e caracterização dessa população, sua inserção nos benefícios sociais, capacitação de lideranças e apoio à sua organização;
- promoção da autonomia, como, por exemplo, através da qualificação do trabalho como catadores, parte dos quais são moradores de rua, e
- enfrentamento à violência de que são vítimas.

Na área da saúde, ações como Consultórios na Rua, unidades de acolhimento e centros de atendimento psicossocial funcionam como medidas emergenciais de garantias mínimas de segurança alimentar, abrigo e cuidado à saúde. Até março de 2014, havia 114 Consultórios na/de Rua em funcionamento. Esses consultórios objetivam ampliar o acesso e aprimorar o atendimento integral à saúde da população em situação de rua.

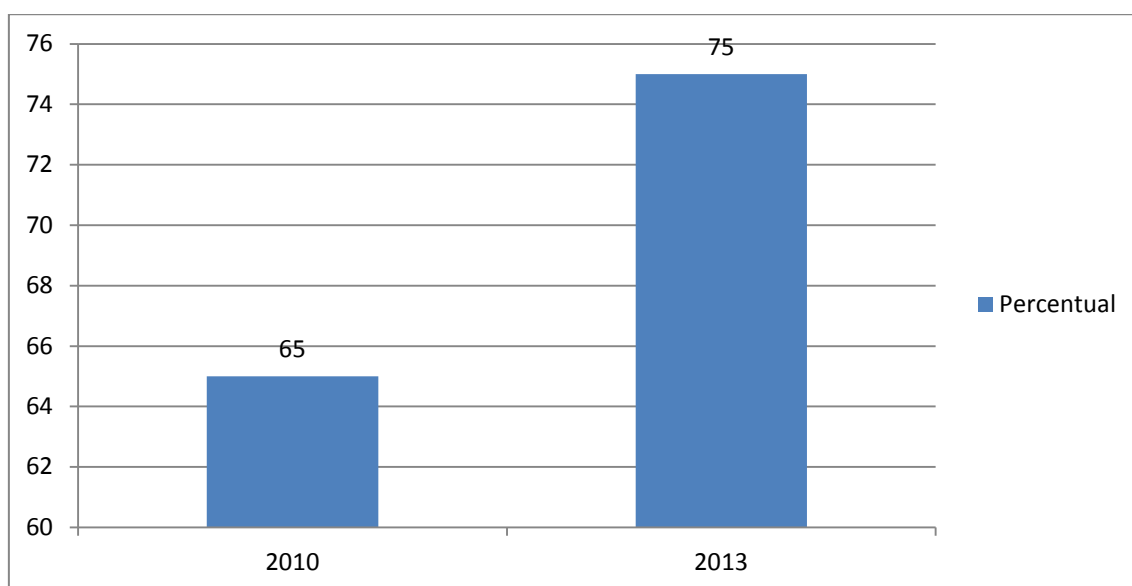
Os Consultórios são de três tipos, a depender do número de profissionais que os compõem. O Tipo 1 é formado minimamente por quatro profissionais, entre agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem, técnico em saúde bucal, cirurgião dentista, educador físico e graduados nas áreas de arte e educação, enfermeiro, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional. O Tipo 2 é composto de no mínimo seis profissionais, incluindo enfermeiro, psicólogo e assistente social. A diferença para o consultório Tipo 3 é a presença do médico.

O enfrentamento da questão das drogas, com destaque para o álcool e crack, é de suma importância, por serem, inclusive, em muitos casos, os motivos da perda da moradia e da permanência na situação de rua. O Programa Crack, é Possível Vencer tem papel importante no atendimento e opções oferecidas à população de rua, especialmente aquela que passou a essa situação em decorrência da dependência química, e está presente em todos os estados brasileiros. Dos 133 municípios maiores de 200 mil habitantes, 118 já realizaram adesão ao programa. Suas ações possuem como característica mais importante ampliação da oferta da rede de cuidados, através de concessão de incentivos aos municípios pactuados para a implementação e custeio de um conjunto de equipamentos que permitem o desenvolvimento articulado e integrado de serviços de abordagem, atendimento, tratamento e acolhimento de pessoas com dependência química em situação de rua. Respeitando o contexto sociocultural da população, experiências já implantadas têm mostrado resultados satisfatórios, com relevante produção de assistência primária, de prevenção, de melhora do acesso aos serviços de saúde e de promoção de qualidade de vida.

Quanto ao acolhimento e albergamento, merece destaque o aumento no número dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previstos no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ele constitui-se em unidade de referência da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que atuam com diversos públicos, o Centro POP destina-se especificamente ao atendimento especializado à população em situação de rua.



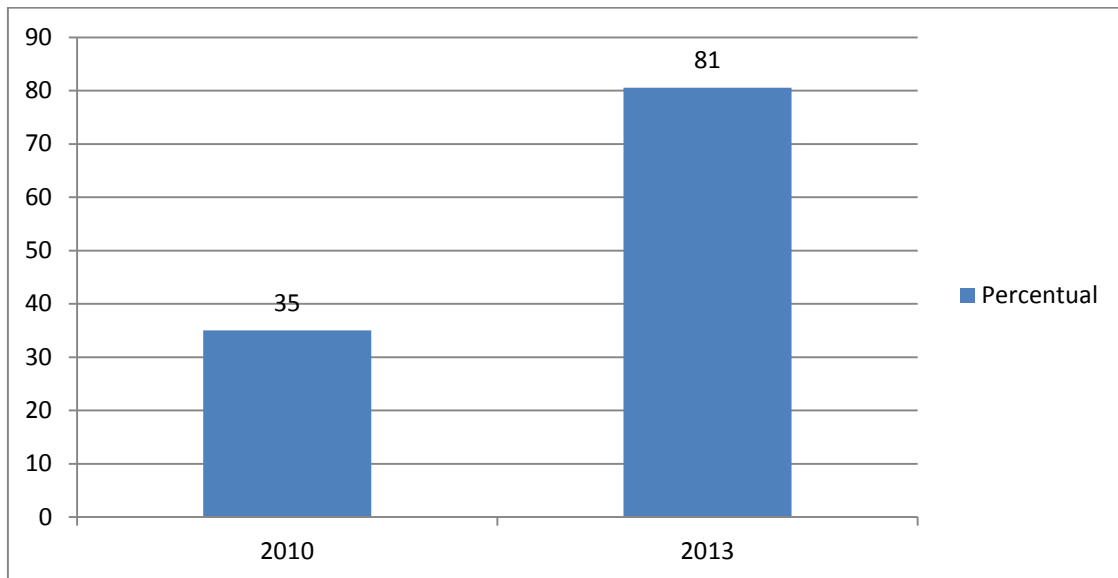
**Gráfico 1 - Municípios maiores de 50 mil habitantes com serviços de acolhimento**



Fonte: SIOP

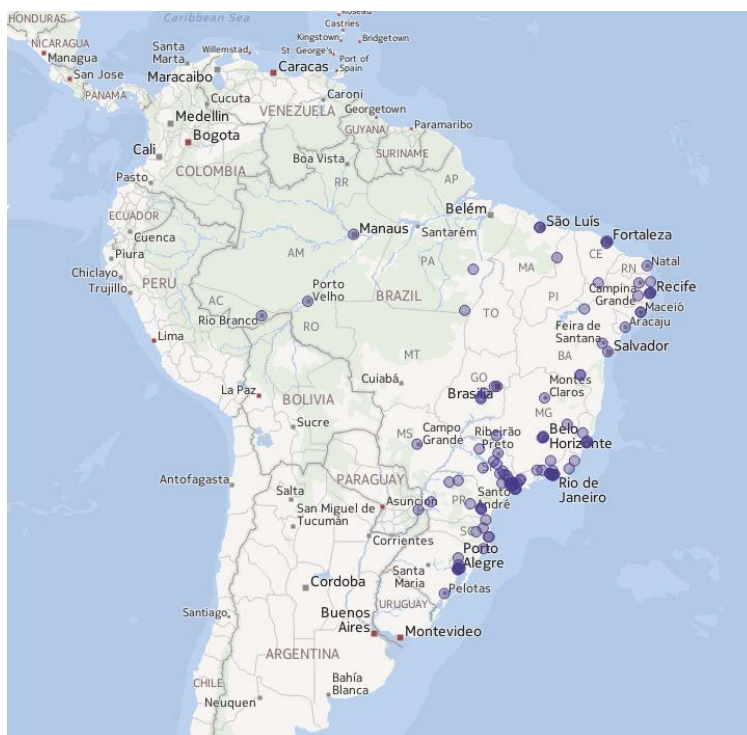
O Centro POP representa espaço de referência para o convívio e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem ser proporcionadas vivências para o alcance da autonomia, para a organização, a mobilização e a participação social. Nesses Centros Pop deve ser ofertado, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, podendo ser ofertado também o Serviço Especializado em Abordagem Social. No mapa abaixo (**Figura 1**) é possível perceber a distribuição dos CentrosPop, atualmente 105 no país, presentes nas capitais e nas maiores cidades.

## Gráfico 2 - Municípios maiores de 100 mil habitantes com Serviço Especial para PopRua



Fonte: SIOP

## Figura 1 – Distribuição dos CentrosPop



Rede de CentrosPop no Brasil

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-pop.html>

Entre as ações do Plano Brasil sem Miséria destinadas a esse público destaca-se a ampliação de vagas em serviço de acolhimento específicos, que atingem 227 municípios com mais de 100 mil habitantes, que recebem o cofinanciamento federal para oferta de 24.975 vagas.

Também muito importante tem sido a Busca Ativa para inclusão no CadÚnico da população ainda não beneficiada pelos programas de superação da miséria. Desde 2012, são realizadas oficinas na busca de parcerias e do aprimoramento da estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados, bem como as famílias em situação de extrema pobreza, situação na qual se incluem as pessoas em situação de rua. Essa identificação sem dúvida é um primeiro passo para o acesso de pelo menos parte deles aos benefícios sociais. Além disso, estão sendo criadas capacidades para mapeamento/localização, identificação e registro no CadÚnico, com o desenvolvimento de um formulário específico para essa população. Trata-se de passo inicial de vinculação e acesso a serviços e políticas públicas, ou seja, uma forma de elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua. Em novembro de 2013, 20.059 famílias em situação de rua já estavam cadastradas.

Moradias provisórias e/ou definitivas, por exemplo, são exemplos de inclusão dessa população às políticas públicas das quais ficam geralmente excluídos pela sua vulnerabilidade e invisibilidade. Momentos de capacitação de lideranças são também importantes para o processo de defesa de direitos, e existem ações específicas nesse sentido na Agenda da População em Situação de Rua – mais de 1.097 oficinas anuais de formação em direitos humanos foram oferecidas desde 2012, para lideranças comunitárias e educadores populares de públicos diversos.

Um dos objetivos da Política Nacional para População em Situação de Rua é instituir a contagem oficial da população em situação de rua – o Censo da População de Rua. O dimensionamento de seu contingente e a caracterização dos seus membros é um dos passos importantes para o enfrentamento da situação, pois um de seus maiores méritos será possibilitar o acesso dessa população aos benefícios do governo. O Censo da População de Rua já se encontra em fase de testes de metodologia de pesquisa, apesar das dificuldades inerentes a recensear uma população sem local fixo de residência.

Em seguida vem o enfrentamento à violência a que estão frequentemente expostas, especialmente as crianças, em face da ausência de abrigo, noturno ou diurno, para boa parte

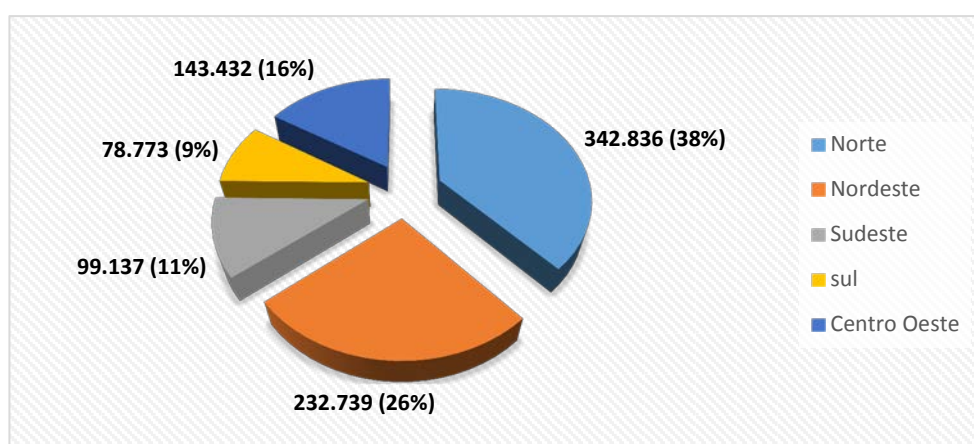
dessa população – para isso as ações de treinamento e sensibilização da própria polícia são parte importante do processo. A redução da letalidade nas ações policiais também é um dos objetivos da agenda.

Na linha da promoção da autonomia pelo trabalho e da possibilidade de superar a condição de morador de rua a Agenda tem como principais objetos o fomento a cooperativas de catadores e a redes de cooperação, que têm se sobressaído como importantes passos na direção da superação dessa condição. O Projeto Cataforte III foi criado com a finalidade de estruturar redes solidárias de cooperativas e associações de catadores de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado de recicláveis de forma competitiva, além da prestação de serviços nas políticas públicas de coleta seletiva de resíduos sólidos e de logística reversa. Desde 2012 já foram apoiadas 536 cooperativas.

# Povos Indígenas

A diversidade cultural, conceito fundamental para a construção contemporânea de políticas públicas, é imensa entre os povos indígenas do Brasil, considerado um dos países mais socialmente diverso do mundo. A atual população indígena brasileira, segundo resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 896.917 indígenas, dos quais 324.834 habitam as zonas urbanas e 572.083 vivem na zona rural e destes 517.383 vivem nas Terras Indígenas. O Censo revelou que em todos os Estados da Federação, inclusive no Distrito Federal, há populações indígenas. Dados do Censo também demonstram que os povos indígenas compõem 305 etnias e falam cerca de 274 línguas diferentes.

**Gráfico 1- Distribuição da população indígena nas diversas regiões**



Fonte: Censo 2010 – IBGE

Elaboração: SPI/MP

Além disso, a Fundação Nacional do Índio – Funai, registra 69 referências de grupos indígenas ainda não contatados, que são considerados povos em isolamento voluntário. O Brasil respeita a autodeterminação desses povos, desenvolvendo ações voltadas à proteção dos territórios ocupados por eles, assegurando a premissa do não contato, de modo a garantir a integridade física e sociocultural desses povos.

Com base na Constituição Federal de 1988, no Estatuto do Índio, nos instrumentos jurídicos internacionais - como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas -, a política

de Estado vem superando obstáculos para fortalecer a estrutura jurídica e institucional, com objetivo de proteger e promover os direitos dos povos indígenas e garantir seu protagonismo e autodeterminação.

Na atualidade, os direitos dos povos indígenas estão presentes em todos os aspectos da vida nacional e internacional, e tem sido dada de forma crescente, maior relevância pelo Governo Brasileiro na formulação e execução das políticas públicas voltadas a esses povos.

Um dos maiores desafios da política indigenista é melhorar a integração e sinergia das ações do Governo Federal em parceria com estados, municípios e sociedade civil, buscando maior eficácia e eficiência das políticas públicas, com vistas à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, base fundamental à atuação do Estado e que referenciam as ações governamentais diante desses povos.

A situação dos povos indígenas no Brasil ainda é de grande vulnerabilidade, desafiando os gestores de políticas a reconhecer as especificidades e complexidade da questão indígena na elaboração e execução de políticas públicas, onde, na maioria das vezes, as políticas universais não reconhecem o contexto sociocultural de cada povo no enfrentamento das iniquidades as quais ainda estão submentidos.

A gestão sustentável das Terras Indígenas pode ser considerada um dos principais instrumentos da política indigenista, permitindo às comunidades um desenvolvimento fundamentado em modelos próprios, que reconheça a diversidade e alcance à autodeterminação dos povos originários. Para isso, em junho de 2012, foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

A Agenda Transversal Povos Indígenas envolve a proteção e promoção de seus direitos e possui relação com os direitos humanos e sociais, com o meio ambiente e com a diversidade cultural. Ela contempla uma série de programas temáticos do PPA 2012-2015, com destaque para o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que busca, dentre outros, garantir aos índios a plena ocupação e gestão de suas terras; implantar e desenvolver a PNGATI; promover o acesso amplo e qualificado aos direitos sociais e de cidadania; e preservar e promover seu patrimônio cultural.

O Brasil avançou consideravelmente na demarcação das Terras Indígenas, principalmente após a Constituição Federal de 1988. Esta Magna Carta assegurou o direito originário dos Povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, conforme seus usos, costumes e tradições, assegurando, dessa forma, a sua reprodução física e cultural. O Quadro abaixo demonstra o status das Terras Indígenas e o total de superfície conforme o estágio de regularização fundiária. O total significa aproximadamente 13% de todo o território nacional, sendo que 98% das áreas indígenas estão na Amazônia Legal, contribuindo significativamente para conservação deste bioma.

**Tabela 1 – Atual situação fundiária das Terras Indígenas**

<b>Situação</b>	<b>Terras Indígenas</b>	<b>Superfície (em ha)</b>
<b>Interditada</b>	<b>6</b>	<b>1.084.049,00</b>
<b>Dominial</b>	<b>6</b>	<b>31.070,70</b>
<b>Reserva Indígena</b>	<b>30</b>	<b>33.358,70</b>
<b>Delimitada</b>	<b>38</b>	<b>2.320.707,91</b>
<b>Declarada</b>	<b>65</b>	<b>4.519.850,10</b>
<b>Homologada</b>	<b>14</b>	<b>531.917,01</b>
<b>Regularizada</b>	<b>426</b>	<b>104.589.278,50</b>
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>113.110.231,91</b>

Fonte: Fundação Nacional do Índio – Funai

Elaboração: SPI/MP

Em 2013, cinco processos de Terras Indígenas foram concluídos e encaminhados ao Ministério da Justiça. Foram publicadas as delimitações de sete terras indígenas, que resultou no reconhecimento de 76.492 hectares, em benefício a uma população de cerca de 10.000 indígenas. Das Terras Indígenas reconhecidas, seis contemplam populações

historicamente marginalizadas, que vivem em situação de vulnerabilidade social e de confinamento territorial. Esse foi o caso, por exemplo, do povo Guarani Kaiowá, quando delimitada a Terra Indígena Iguatemepeguá I/MS.

Foram, ainda, concluídos oito estudos de identificação e delimitação e um relatório de constituição de reserva indígena. Além disso, foram realizadas dezenas de análises de contestações administrativas, tendo sido declaradas pelo Ministério da Justiça três Terras Indígenas, totalizando cinco terras declaradas nos anos de 2012 e 2013.

Foram reconhecidas, através de decreto de homologação, oito Terras Indígenas nos anos de 2012 e 2013 e adotados procedimentos administrativos para editar o decreto de desapropriação de três áreas para constituição de reserva indígena.

Dados recentes demonstram que o desmatamento de Terras Indígenas na Amazônia Legal significou apenas 1% do total, em contrapartida às áreas privadas onde o desmatamento significou 59% do total. O restante foi registrado em unidades de conservação (27%) e assentamentos da reforma agrária (13%).

As ações de monitoramento e fiscalização nas Terras Indígenas são extremamente importantes para combater o desmatamento e diversos outros ilícitos ambientais. Várias ações foram realizadas em 2013 em articulação e parceria entre a Funai e outras instituições governamentais, como: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Exército brasileiro e órgãos ambientais estaduais, dentre outros. Dessa forma, foram realizadas 81 atividades de monitoramento e fiscalização em 127 Terras Indígenas.

A assinatura do Decreto nº 7.744 de junho de 2012 que cria a PNGATI representa um avanço importante. O Decreto teve como base as propostas aprovadas nas consultas regionais aos Povos Indígenas entre 2009 e 2010. Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo Brasileiro, a PNGATI incorporou eixos temáticos e objetivos específicos os quais dialogam diretamente com as metas fundamentais à promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

No processo de implantação da PNGATI, o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, fruto de parceria entre a Funai, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, Fundo Mundial de



Meio Ambiente - GEF, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não governamental TNC do Brasil, tem contribuído para os resultados esperados. O objetivo do projeto é fortalecer as práticas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nas Terras Indígenas e promover a inclusão social, consolidando estas áreas como essenciais para conservação da diversidade biológica e sociocultural nos biomas florestais brasileiros. Nesta primeira fase, o Projeto GATI está atuando nos seguintes biomas: Amazônia; Caatinga e Mata Atlântica sul e nordeste; Pantanal e Cerrado. Dessa forma, as ações da PNGATI, nos anos de 2012 e 2013, permitiram a implantação de trinta e cinco projetos de gestão ambiental em diversas Terras Indígenas.

O uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas é um dos eixos da PNGATI e visa encontrar novas tecnologias sustentáveis para as atividades produtivas, permitindo o uso equilibrado dos recursos naturais existentes, possibilitando, dessa forma, o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas, respeitando os modos tradicionais de organização da produção, geração de renda, bem como, as suas organizações sociais.

O Programa do PPA 2012-2015, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, estabelece como meta a implantação de projetos que tem por objetivo criar mecanismos para auxiliar a estruturação e execução da política de etnodesenvolvimento. Nesse sentido, no ano de 2012 e 2013, foram implantados 803 projetos em diversas áreas indígenas, contemplando o protagonismo indígena e a sustentabilidade das ações. As principais diretrizes trabalhadas envolveram a utilização de sementes e dos conhecimentos tradicionais, contando com assistência técnica específica às formas de produção indígenas.

Em relação à política de educação escolar indígena, a Constituição Brasileira e as normas legais complementares asseguram a estes povos educação diferenciada e bilíngue. Com conhecimentos próprios, os povos indígenas possuem diferentes espaços e tempos de ensino e aprendizagem. Eles se socializam de acordo com as suas culturas e, portanto, a produção do conhecimento diz respeito às formas de transmissão dos saberes; às atividades tradicionais e rituais; modos próprios de manejo dos recursos naturais e de gestão do território; produção da cultura material, entre outros.

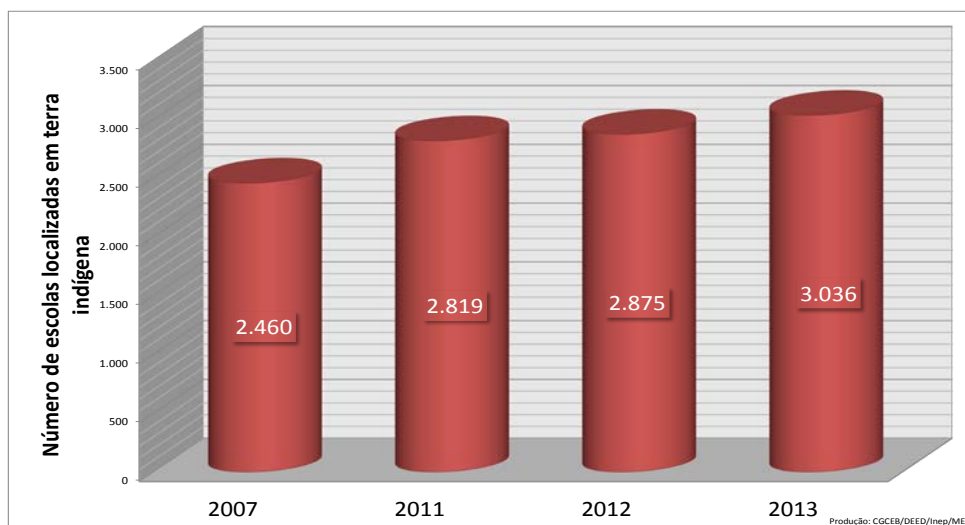
A educação escolar diferenciada para os povos indígenas está inserida no pacto federativo, e é de responsabilidade tanto de estados e municípios como do Governo Federal.

O Ministério da Educação monitora as políticas voltadas à educação escolar indígena. Além disso, possui instrumentos que articulam com estados e municípios educação de qualidade que reconhece os diferentes processos educativos e respeita as formas próprias de organização social e as diferentes visões de mundo dos Povos Indígenas.

Segundo os dados constantes no Resumo Técnico do Censo Escolar 2013 (INEP), as matrículas de Educação Indígena totalizam 238.113, sendo: 22.612 na Educação Infantil; 175.348 no Ensino Fundamental; 15.721 no Ensino médio; 567 na Educação Profissionalizante (concomitante ou subsequente); 23.834 na Educação de Jovens e Adultos, e 31 na Educação Especial. De 2012 até o primeiro semestre de 2014, foi aprovada a construção de 164 escolas indígenas.

O gráfico abaixo demonstra que o número de escolas localizadas em terras indígenas cresceu 23,41% entre 2007 e 2013.

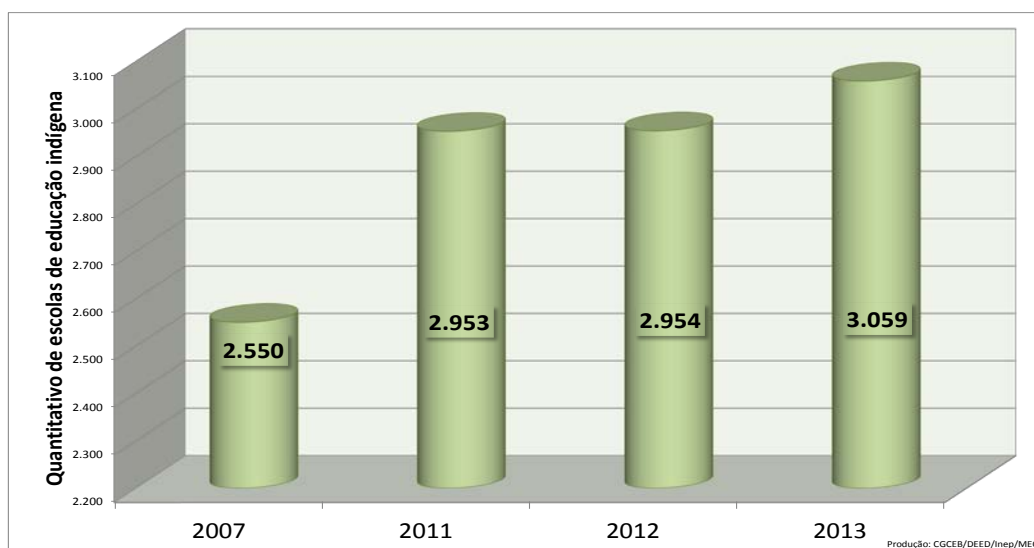
**Gráfico 2 – Número de escolas localizadas em terra indígena**



Fonte: Censo Escolar/INEP

Por outro lado o número de escolas que ofertam educação indígena cresceu aproximadamente 20%, entre os anos de 2007 e 2013. Neste caso, estão inseridas as escolas localizadas em Terras Indígenas e as que estão fora, mas que oferecem educação diferenciada, conforme legislação vigente.

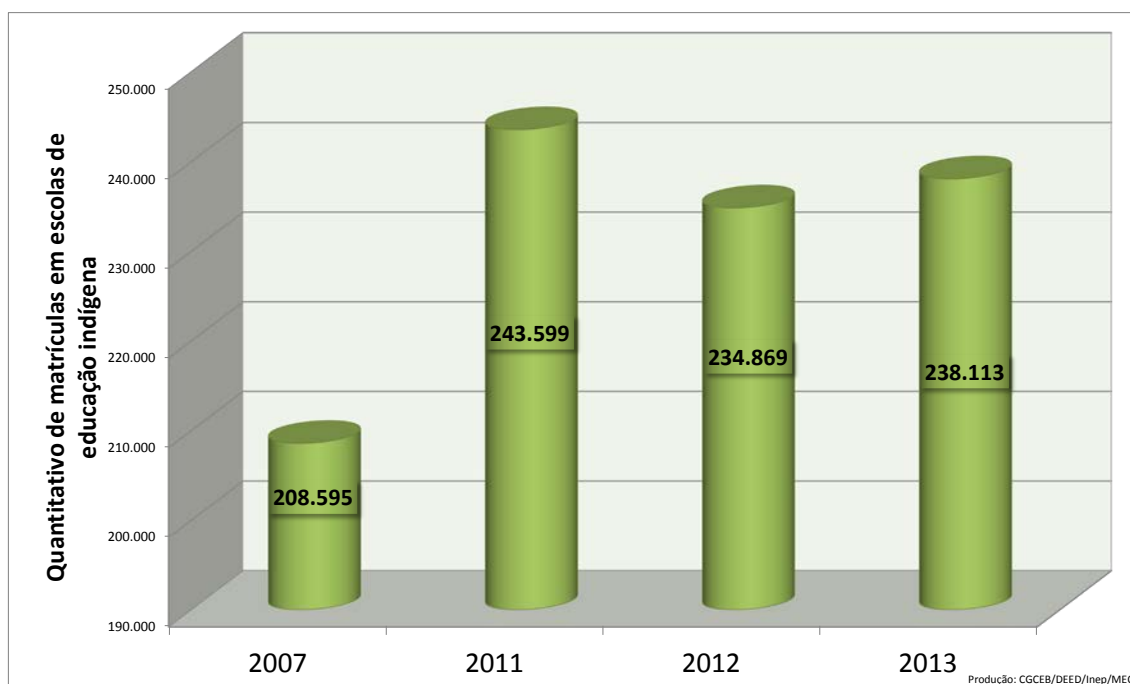
**Gráfico 3 - Quantitativo de escolas de educação indígena**



Fonte: Censo Escolar/INEP

O gráfico abaixo demonstra a evolução de matrículas entre 2007 e 2013. O aumento de alunos matriculados foi de aproximadamente de 14% em relação a 2007.

**Gráfico 4 - Quantitativo de matrículas em escolas de educação indígena**



Fonte: Censo Escolar/INEP

Com objetivo de permitir o acesso à educação intercultural, bilíngue/multilíngue, visando valorizar a sociodiversidade dos povos indígenas, foram instituídos através do

Decreto nº 6.861/2009 do Governo Federal os Territórios Etnoeducacionais-TEEs. Nessa perspectiva, os TEEs constituem um modelo específico de regime de colaboração entre os entes federados organizados por meio do diálogo permanente entre os povos indígenas e os gestores públicos. Até 2013, foram pactuados 23 TEEs, sendo que 7 estão em fase de pactuação e 14 em fase de consulta com vistas a elaboração de Planos de Ação para o atendimento escolar, a formação de professores e a produção de materiais didáticos nas línguas indígenas e na língua portuguesa.

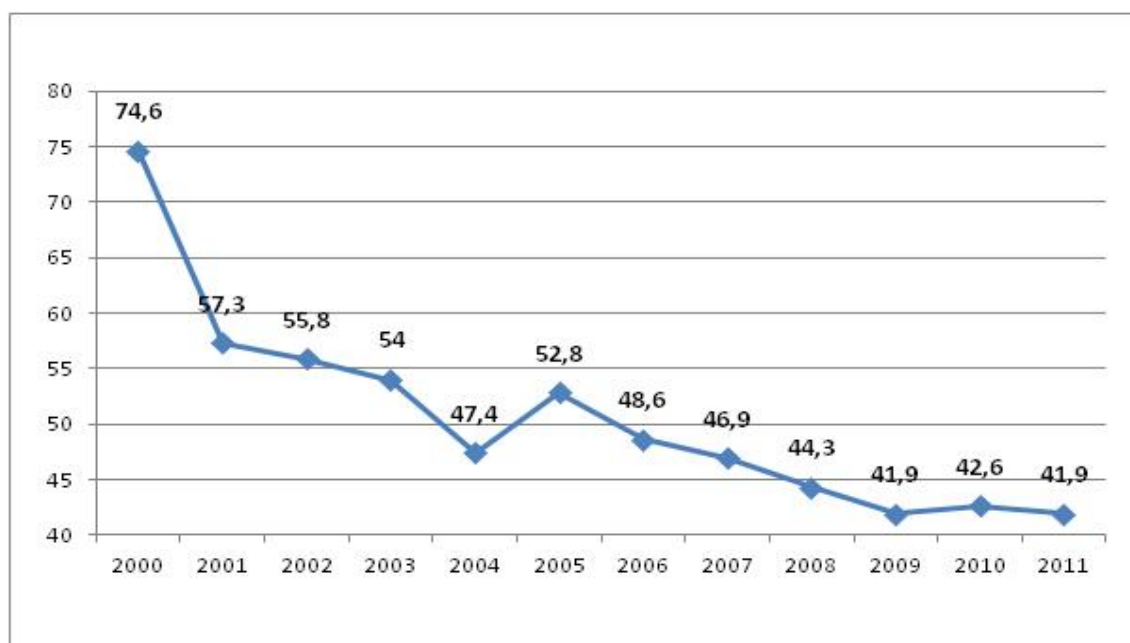
O balanço de um ano da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), completado em agosto, demonstra que um terço das universidades federais e 83% dos institutos federais já reservam 50% de suas vagas para a política de cotas. Esta meta era esperada somente para o ano de 2016. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 vagas foram para estudantes cotistas.

Soma-se a isso, a implantação do Programa Bolsa Permanência no ano de 2013, que permite o repasse de auxílio financeiro com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para o caso dos estudantes indígenas e quilombolas o valor é de novecentos reais, significando o dobro em relação aos demais estudantes. No ano de 2013, o Governo Federal pagou o total de 5.889 bolsas, sendo 1.506 para estudantes indígenas.

Considerando o incentivo à política cultural, as ações implementadas na área de preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas têm resultado, no último biênio, na conservação, registro e divulgação de objetos, imagens, desenhos, narrativas, cantos, dentre outros; no desenvolvimento de projetos de pesquisa e documentação linguística e cultural; na formação de jovens pesquisadores indígenas em técnicas de registro de suas línguas, culturas e acervos e na gestão do patrimônio cultural. Esse conjunto de ações no campo da conservação e tratamento de acervos vem possibilitando, de forma crescente, disponibilizar o acesso às informações sistematizadas sobre as línguas e culturas indígenas e aos registros documentais a eles referentes. Proporcionando, dessa forma, condições efetivas para que os indígenas assumam a gestão do patrimônio cultural, o gerenciamento de bancos de dados e sítios na internet referentes às suas culturas, instrumentalizando-os para protagonizarem seus próprios projetos de preservação e difusão cultural.

No campo da política de saúde indígena, a diminuição da taxa de mortalidade infantil indígena tem representado um grande desafio, apesar da significativa queda na última década. O gráfico abaixo demonstra que entre os anos 2000 a 2011 o declínio da taxa foi de aproximadamente 56%. No ano de 2013, em números absolutos, morreram 753 crianças menores de um ano de idade e 920 menores de cinco anos. Para o enfrentamento desse desafio, as ações de saúde indígena tem sido cada vez mais integradas com outras políticas públicas, com objetivo de promover uma ação integral para o alcance da redução da mortalidade infantil.

**Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil Indígena**



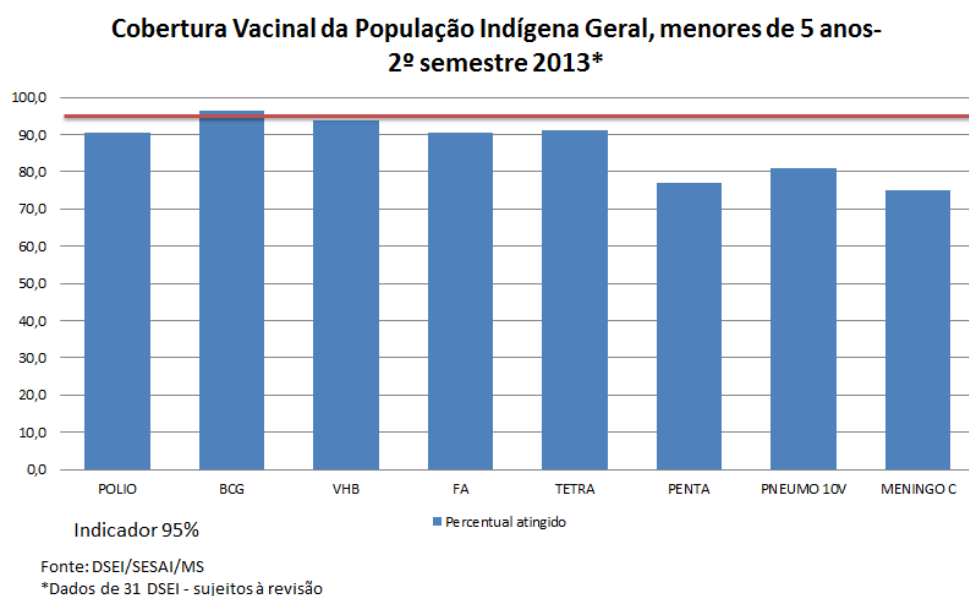
Fonte: SESAI/MS . Elaboração: SPI/MPOG

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, até agosto de 2014 foi contratado 286 médicos pelo Programa Mais Médicos, sendo 125 no ano de 2013. Soma-se a contratação de 23 servidores médicos, entre 2013 e 2014, e mais 314 profissionais realizadas pelas entidades conveniadas em 2013, totalizando 623 novos médicos contratados. Importante resaltar, que os médicos contratados contam com um programa de especialização específico para a atuação em saúde indígena. Além disso, foram qualificados 653 profissionais em diversas áreas de atuação na Atenção a Saúde Indígena, com destaque aos profissionais que atuam na redução da Mortalidade Materna e Infantil.

Em relação a cobertura vacinal foram completadas, em 2013, 84.102 imunizações em crianças menores de 7 anos, o que corresponde a 72.1% da população. Durante o mês da campanha de vacinação, foram aplicadas 183.038 doses de vacinas, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 aldeias (94.2%).

O gráfico abaixo mostra a cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos por tipo de vacina, relativo ao segundo semestre de 2013.

**Gráfico 6 – Cobertura Vacinal da População Indígena, menores de 5 anos**



Fonte: DSEI/SESAI/MS

Elaboração: SPI/MP

Com a finalidade de contribuir para a redução da morbimortalidade – provocada por doenças de veiculação hídrica – e para o aumento da expectativa de vida dos indígenas, o Governo Federal nos anos de 2012 e 2013, contratou 267 obras para implantação de sistemas de abastecimento de água (SAA). Esta ação tem como objetivo promover o controle de doenças e outros agravos.

Para estruturação e melhoria dos Estabelecimentos de Saúde indígenas, foram contratadas, em 2013, nove intervenções nas Casas de Apoio à Saúde Indígena – CASAI, sendo uma de implantação e oito de reforma ou ampliação.

Com objetivo de contribuir para a qualificação da gestão da Assistência Farmacêutica prestada aos indígenas foi implantado o Sistema de Informação da Assistência Farmacêutica (HORUS) em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI e 40 CASAI.

No âmbito da segurança alimentar, em 2013, foram distribuídas 353.853 cestas de alimentos para aproximadamente 65.000 famílias indígenas em situação de insegurança alimentar, selecionadas de acordo com critérios da Fundação Nacional do Índio - Funai e a Secretaria Especial Indígena - SESAI.

Com relação a participação e controle social, o Governo Federal instituiu a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, criada pelo Decreto de 22 de março de 2006 e instalada em abril de 2007. Os povos indígenas passaram assim, de espectadores na construção da política para atores na formação das políticas públicas indigenistas mediante a instituição da CNPI. A Comissão é vinculada ao Ministério da Justiça e Presidida pela Presidência da Funai, e é composta por vinte lideranças indígenas (dez titulares e dez suplentes), duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais, além de convidados permanentes, dentre os quais o Ministério Público Federal.

A CNPI já realizou, desde a sua instalação, 19 reuniões ordinárias e 7 reuniões extraordinárias, perfazendo um total de 25 reuniões de grande importância para a definição da política indigenista do Governo brasileiro.

A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos. Em 2013, a CNPI conseguiu realizar uma ampla agenda de trabalho para discussão de temas diversos que afetam diretamente os direitos dos povos indígenas.







Secretaria-Geral da  
**Presidência da República**

Ministério do  
**Planejamento**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA